



Eletrobras

Relatório da Administração

2019



SUMÁRIO



	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
2	PANDEMIA COVID-19.....	6
3	PERFIL DA ELETROBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	9
	3.1. Companhia.....	9
	3.2. Estrutura Societária	11
	3.3. Planejamento Estratégico	14
4	PANORAMA ECONÔMICO-SETORIAL	16
	4.1. Geração.....	17
	4.2. Transmissão	23
	4.3. Operações no Exterior	27
	4.4. Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro	29
5	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	32
	5.1. Cepel e Investimentos em P&D+I	32
	5.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos.....	33

6	GOVERNANÇA CORPORATIVA	34
	6.1. Assembleias Gerais de Acionistas.....	35
	6.2. Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento	35
	6.3. Conselho Fiscal.....	38
	6.4. Diretoria Executiva	38
	6.5. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade	40
	6.6. <i>Compliance</i> e Práticas Anticorrupção	41
	6.7. Processo de Investigação Independente	41
	6.8. Auditoria Interna	42
	6.9. Ouvidoria.....	43
7	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	45
	7.1. Desempenho Empresarial	45
	7.2. Responsabilidade Social.....	45
	7.3. Gestão Ambiental	47
	7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem	50
	7.5. Gestão de Pessoas.....	51
8	FUNÇÕES DE GOVERNO	59
	8.1. Gestão de Programas de Governo	59
9	MERCADO DE CAPITAIS	62
	9.1. Rating (Classificação de Risco)	66
	9.2. Relacionamento com Acionistas e Investidores	67
10	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	68
11	AUDITORES INDEPENDENTES	69
	11.1. Serviços de Auditoria Externa.....	69
12	DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	70
	12.1. Destaque do Resultado Consolidado.....	70
	12.2. Receita, Custos e Despesas Operacionais.....	72
	12.3. Participação Societária.....	77
	12.4. Resultado Financeiro	78
	12.5. EBITDA Consolidado.....	78
	12.6. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado.....	79
	12.7. Análise do Resultado da Controladora	80
13	BALANÇO SOCIAL	84
	BALANÇO SOCIAL 2019.....	84

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



Wilson Ferreira Junior
Presidente da Eletrobras

Quando olharmos para trás, lembraremos de 2019 como um ano de marcos icônicos que reafirmou a posição da Eletrobras como maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina. Com a ativação da 18ª e última turbina, inauguramos a monumental hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Maior usina 100% brasileira, com 11.233 MW de potência, Belo Monte transforma a pujança do rio Xingu em energia renovável para cerca de 60 milhões de brasileiros. O compromisso com a energia limpa, que representa 96% da matriz do Sistema Eletrobras, também nos inspirou a implantar um marco de inovação e sustentabilidade: a usina solar flutuante no reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

As águas do rio Teles Pires, no Mato Grosso, começaram a gerar energia nas duas turbinas da usina hidrelétrica de Sinop, com capacidade total de 401,88 MW de potência. Com o objetivo de concluir as obras da usina nuclear de Angra III, no estado do Rio de Janeiro, houve a inclusão deste empreendimento no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, além de ter sido realizado, pela Eletrobras, *market sounding* para identificação de potenciais parceiros. Destacam-se ainda a entrada em operação comercial de 7 parques eólicos, além de outros 10 parques em implantação, com capacidade total de 190 MW. Esses e outros investimentos levaram a Eletrobras a superar outra marca histórica em 2019: mais de 51 mil MW de potência instalada, respondendo por 30,1% da geração do país. E, com 45,2% das linhas de transmissão, mantém-se na liderança nesse segmento do mercado.

Os desinvestimentos foram igualmente importantes para a estratégia de recuperação da companhia. Com a privatização das distribuidoras, a Eletrobras voltou ao seu tradicional *core business*: geração e transmissão de energia. Somadas à venda de participações minoritárias em sociedades de propósito específico, tais medidas contribuíram para a recuperação da confiança na Eletrobras com reflexo direto no valor de mercado da Companhia que subiu de R\$ 33 bilhões, em 2018, para mais de R\$ 51 bilhões em 2019.

As práticas de gestão e governança corporativa também foram intensamente desenvolvidas e aprimoradas em 2019. Ao longo do ano, em 27 reuniões de trabalho, o Conselho de Administração (CA) participou ativamente do monitoramento dos projetos estratégicos e metas do Plano Diretor de Negócios e

Gestão (PDNG 2019-2023), bem como elaborou e aprovou as diretrizes do próximo ciclo de planejamento estratégico. Foi também o ano de consolidação do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) da Eletrobras, que assessora o CA no acompanhamento do PDNG, examinando a captação de recursos e a disciplina na alocação de capital, com análises da eficácia dos controles internos, de questões de auditoria e de conformidade.

Vale destacar ainda o redimensionamento do quadro de pessoal, com economia anual estimada de R\$ 746 milhões a partir de 2020 considerando os dois planos de desligamentos voluntários; o início do projeto Orçamento Base Zero (OBZ), que reforça a cultura de gestão de custos e transparência; a redução da alavancagem de 3,1 para 1,6 vezes; investimentos na automação de nossas subestações; implantação do sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*) em todas as Empresas Eletrobras; e ainda a consolidação do Centro de Serviços Compartilha dos (CSC).

O reconhecimento do mercado e do governo certificou o bom desempenho da Companhia, garantindo o mesmo nível de certificação de 2018, mas avançando no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 de 50 para 56 pontos, apenas quatro níveis abaixo da pontuação máxima. A Eletrobras está mais enxuta, integrada, eficiente e sustentável. Os desafios, entretanto, ainda são muitos, sobretudo para que seja alcançado um dos principais objetivos da Eletrobras: recuperar a capacidade de investimento da companhia, e assim ampliar a possibilidade de atuar com continuado sucesso em ambiente de elevada competitividade.

Em 2020 conquistou mais um marco importante. Nos primeiros dias de janeiro, os acionistas aprovaram a unificação das operações das subsidiárias Eletrosul e CGTEE, criando a Eletrobras CGT Eletrosul. A nova empresa aprofundará a sinergia das operações no Sul do Brasil, proporcionando maior eficiência, melhoria de processos e otimização de resultados.

Ao longo desse ano, em paralelo ao trabalho pela evolução constante da Eletrobras, acompanharemos o andamento do projeto de lei de capitalização da companhia apresentado ao Congresso Nacional em 2019 por nosso acionista controlador, a União. Foi também aprovada a alienação da Amazonas GT para a Eletronorte, otimizando a governança das subsidiárias e a estrutura de capital do grupo Eletrobras.

Além disso, a Eletrobras vem monitorando, desde janeiro de 2020, a evolução e os possíveis impactos causados pela pandemia do coronavírus, o Covid-19, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, do governo do Estado do Rio de Janeiro e dos governos dos Estados das cidades em que se encontram suas controladas. A Companhia adotou providências para monitorar, de forma eficiente, o avanço do coronavírus, preservar seus empregados e evitar a propagação da doença, inclusive por meio da criação de um Comitê de Crise, que tem por objetivo coordenar todas as ações relativas à pandemia.

Agradecemos a nossos acionistas, colaboradores e demais parceiros pela confiança, reconhecimento e sinergia na construção de uma companhia exitosa.

Wilson Ferreira Junior

José Guimarães Monforte

José Guimarães Monforte
Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras



2. PANDEMIA COVID-19

A Eletrobras vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e dos governos dos Estados e das cidades onde se encontram suas empresas e unidades operacionais, monitora o avanço do coronavírus e busca preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença, inclusive por meio da criação de um Comitê de Crise, que tem por objetivo coordenar e monitorar todas as ações relativas à pandemia.

Devido à necessidade de preservar suas atividades essenciais, a Companhia, na medida do possível, antecipou férias, aprovou compensação de banco de horas, autorizou o teletrabalho, restringiu a realização de viagens nacionais, reuniões com a participação de número elevado de pessoas, proibiu viagens internacionais e colocou os colaboradores que apresentaram sintomas em quarentena, tendo solicitado ainda que seus prestadores de serviços observassem, igualmente, todas as orientações do Ministério da Saúde.

No que se refere à operação, a Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, dado o setor estratégico em que está inserida, e, principalmente, por ser a maior empresa brasileira de energia elétrica, com mais de 51 mil MW de potência instalada, respondendo por 30% da geração do país e com 45% das linhas de transmissão acima de 230kV. Dentre as medidas, foi criado um plano de ação de contingência com o objetivo de mapear, monitorar e orientar os empregados sobre as ações necessárias nas operações de geração e transmissão.

Devido aos impactos da pandemia, o Governo Federal estimou que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil ficará estagnado em 2020, expandindo apenas 0,02%. Esta revisão foi divulgada no dia 20 de março de 2020, pelo Ministério da Economia, que anteriormente previa um crescimento do PIB da ordem de 2,1%.

A correlação entre crescimento do PIB e consumo de energia elétrica indica potencial redução no consumo de energia em alguns setores como industrial e o comercial. Nesta conjuntura, existe a possibilidade de impactos nos ambientes de negócio de comercialização de energia elétrica, no qual a empresa está inserida. As demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2019, ora apresentadas, não sofreram impactos do referido evento.

Em 31 de dezembro de 2019, a Eletrobras apresentou R\$ 33.687 milhões de receita bruta, sendo R\$ 23.374 milhões de receita de geração, R\$ 9.544 milhões de receita de transmissão e R\$ 769 milhões de outras receitas.

A receita de geração decorre dos negócios realizados no ACR - Ambiente de Contratação Regulada (incluindo o regime de cotas) e ACL - Ambiente de Contratação Livre, bem como do Mercado de Curto Prazo, no qual são liquidadas as diferenças entre os montantes gerados, contratados e consumidos.

Tendo em vista que no ACR existe uma grande diversificação de clientes (distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN) e que a carteira de clientes das distribuidoras também é amplamente pulverizada, estima-se que haja menor probabilidade de perdas econômicas advindas dos contratos realizados neste ambiente, em que pese a probabilidade de crescimento da inadimplência do consumidor final das referidas distribuidoras. A inadimplência do consumidor e a queda de demanda podem, entretanto, gerar descasamento de fluxo de caixa para as distribuidoras e estas suspenderem ou atrasarem pagamentos para a Eletrobras.

Por atuarem em ambiente regulado, as distribuidoras têm regras bem definidas de direitos e obrigações. Anualmente, têm direito ao reajuste da tarifa de seus consumidores, repondo, principalmente, os custos da Parcela A (custos não gerenciáveis), que envolvem a compra de energia, os custos de transmissão e os encargos setoriais. No entanto, para terem esse direito à recomposição tarifária anual, as distribuidoras precisam estar adimplentes com as suas obrigações setoriais. Dessa forma, com as regras vigentes estabelecidas pela Aneel, não é esperado aumento significativo da inadimplência por parte das distribuidoras, pois impossibilitaria o seu reajuste tarifário anual.

Com relação ao ACL, há um aumento da probabilidade de inadimplência nos contratos, bem como da solicitação de renegociação dos montantes contratados, tendo em vista uma potencial redução da demanda de energia, refletindo, portanto, em risco de impacto na receita esperada para os próximos meses.

Ademais, nesta conjuntura, espera-se que haja baixa de liquidez no mercado de energia, o que pode refletir em dificuldades de se fazer novos negócios de comercialização. Destaca-se, neste sentido, possíveis cancelamentos e atrasos de leilões de energia nova promovidos pelo Governo Federal.

No que tange aos possíveis impactos no setor de transmissão para as Empresas Eletrobras, os centros de operação do sistema e das instalações são providos de sistemas de *backup*, os quais possibilitam que suas operações sejam imediatamente assumidas por outros centros em caso de eventual contaminação, permitindo que sejam realizadas ações de descontaminação e uma nova equipe possa assumir, em segurança, o turno de operação.

A transmissão de energia no Brasil é um negócio regulado, em que a remuneração do serviço se dá através de tarifa definida pela Aneel, conhecida como Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida no momento do leilão de concessão, com revisões periódicas definidas em regulamento específico. Não é impactada, de maneira geral, por fatores externos momentâneos. Não há, atualmente, indicações de que o surto de COVID-19 venha impactar as receitas dos ativos de transmissão, uma vez que a RAP contratada está relacionada à disponibilidade dos ativos no sistema interligado, não tendo relação com o fluxo de energia transmitido.

Ademais, é importante destacar que, historicamente, o segmento de transmissão de energia tem baixa inadimplência, mesmo em momentos de crise econômica aguda, como as de 2009 e 2015-2016. A inadimplência média dos últimos 12 meses é menor que 0,5%, ou seja, as transmissoras têm recebido mais de 99,5% das receitas. Entretanto, em um cenário muito adverso, as receitas das transmissoras

podem ser impactadas caso a capacidade de pagamento dos usuários seja comprometida, particularmente em um cenário de sobrecontratação das concessionárias de distribuição de energia elétrica e de desvalorização cambial.

Além disso, a Eletrobras tem empreendimentos de transmissão em fase de implantação, que podem sofrer atrasos em caso de necessidade de paralisação total desses empreendimentos ou em decorrência de dificuldades de locomoção das equipes de obras.

Não obstante o exposto acima, devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, nem por quanto tempo estes efeitos irão perdurar. Além disso, as medidas anticíclicas, sem precedentes, que estão sendo adotadas no mundo todo podem contribuir para a redução dos impactos econômicos da pandemia.

Consequentemente, ainda não está claro de quanto será a redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução, sendo necessário, portanto, o monitoramento do mercado e atualização das estimativas quando houver a divulgação de informações oficiais pelos órgãos responsáveis. Antes da atual situação, a previsão do crescimento da carga no Sistema Interligado era de 4,2% no ano de 2020. Estimativas preliminares realizadas por alguns agentes de mercado indicam que o crescimento da carga no ano de 2020 tem caído para valores em torno de 2,4%.

Como mencionado anteriormente, devido à correlação entre crescimento do PIB e consumo de energia elétrica, é esperado um impacto no mercado de energia elétrica. Todavia, ainda não existem pressupostos confiáveis do comportamento da renda para se obter uma estimativa mais precisa do impacto no mercado de energia elétrica.

No que se refere ao fluxo de caixa, a Controladora encerrou o ano de 2019, com um caixa positivo de R\$ 6,8 bilhões (R\$ 10,8 bilhões no consolidado), o que lhe dará uma maior segurança para os potenciais impactos acima relatados em suas operações.

Em relação à exposição cambial, a Companhia esclarece que em sua posição consolidada de balanço apresenta o cenário de exposição cambial dolarizada passiva de USD 306 milhões na data base de 31/12/2019, conforme quadro a seguir:

(TABELA 1)

EXPOSIÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA (CONSOLIDADO) 31/12/2019 - USD MILHÕES	
Ativo	1.901
Passivo	(2.207)
= Resultado da Exposição	(306)

A despeito da posição de balanço demonstrar exposição consolidada passiva ao dólar, quando observado o efeito sobre o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do bônus, em montantes correspondentes a US\$ 625 milhões, US\$ 500 milhões e US\$ 750 milhões, vencendo respectivamente na forma de *bullets* em 2021, 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de US\$ 2,2 bilhões que compõe a exposição cambial de balanço, US\$ 1,87 bilhão, ou 85%, estão concentrados em três datas específicas, todas de longo prazo.



3. PERFIL DA ELETROBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. Companhia

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras” ou “Companhia”), foram constituídas pela Lei nº 3.890-A, de 11 de junho de 1962, sob a forma de sociedade por ações de capital misto. São 58 anos de atuação nos setores de geração, transmissão, e comercialização de energia elétrica no Brasil e no exterior, assim como na realização de pesquisas e serviços voltados para a eficiência energética e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

No dia 5 de novembro de 2019, o Presidente da República enviou, ao Congresso Nacional, Projeto de Lei nº 5.877/2019 sobre a desestatização da Eletrobras. O projeto de lei cumprirá todo o rito legislativo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, até sua sanção e promulgação, procedimentos que, até a presente data, ainda não foram realizados.

Principais atividades

A Eletrobras atua em geração, transmissão e comercialização de energia elétrica no país e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Em 31 de dezembro de 2019, o Brasil alcançou a capacidade instalada de 170 GW, dos quais a Eletrobras contribuiu com 30% ou seja 51 GW. Desse total 23,6% equivalem à sua participação proporcional em projetos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 15,5% vêm de empreendimentos compartilhados, incluindo aqui a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW).

Cerca de 96% da capacidade instalada da Companhia é oriunda de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), como solar, nuclear, eólica e hidráulica, perseguindo, assim, a missão e visão de seu Planejamento Estratégico. Dada a sua participação na matriz elétrica do país, em 2019, do total instalado oriundo de fontes com baixa emissão de GEE, 42% pertencem à Eletrobras.

A malha de linhas de transmissão das Empresas Eletrobras atingiu, em 31 de dezembro de 2019, aproximadamente, 71 mil km, sendo que 64,1 mil km são de linhas corporativas do Sistema Eletrobras e 7 mil km correspondem à participação da Eletrobras por meio de SPEs. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ± 800 , 750, ± 600 , 525/500, 345 e 230 kV, a Companhia é responsável por 64,8 mil km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 45,25% do total das linhas do Brasil nas referidas tensões.

Investimentos Realizados

Os investimentos do Sistema Eletrobras somaram R\$ 3.328 milhões, o que corresponde a 58,3% do orçamento de 2019. Deste total, R\$ 2.488 milhões correspondem a gastos corporativos e R\$ 840 milhões em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 2.049 milhões em Geração, R\$ 1.068 milhões em Transmissão e R\$ 211 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2018, observa-se um acréscimo de 34,5% no total do investimento corporativo no segmento de geração em contrapartida a um decréscimo de 33,7% no segmento de transmissão. No investimento em parcerias, houve uma queda em relação a 2018, no total aplicado em geração e um aumento em transmissão.

As realizações de 2019 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispendios Globais e a Portaria M.E nº 563/2019 e Lei nº 13.808/2019

INVESTIMENTOS REALIZADOS (TABELA 2)

(R\$ milhões)

INVESTIMENTO (CORPORATIVO + PARCERIAS)	ORÇADO 2019	% 2019	REALIZADO 2019	REALIZADO 2018	REALIZADO 2017
Geração	2.827	72%	2.049	2.214	2.512
Implantação Corporativa	977	72%	703	593	759
Ampliação Corporativa	272	70%	190	84	3
Manutenção	925	53%	487	351	208
Expansão SPEs	654	102%	669	1.186	1.542
Transmissão	2.516	42%	1.068	1.430	1.668
Implantação Corporativa	12	24%	3	18	44
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.399	49%	691	1.042	729
Manutenção	735	28%	203	293	273

INVESTIMENTO (CORPORATIVO + PARCERIAS)	ORÇADO 2019	% 2019	REALIZADO 2019	REALIZADO 2018	REALIZADO 2017
Expansão SPEs	369	46%	171	77	622
Distribuição	-	-	-	756	865
Ampliação Corporativa	-	-	-	331	467
Manutenção Corporativa	-	-	-	203	199
LPT (Dist) Corporativa	-	-	-	222	199
Outros(1)	362	58%	211	200	168
Total	5.705	58%	3.328	4.600	5.213

(1) Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Geração – Destaca-se o investimento de R\$ 650 milhões na usina nuclear de Angra III, para a manutenção de atividades essenciais necessárias para preservação das obras civis, dos equipamentos já instalados no canteiro de obras e dos equipamentos estocados nos almoxarifados da Eletronuclear. Houve, por outro lado, o cancelamento dos contratos de montagem eletromecânica; suspensão de contrato de obras civis, suspensão temporária dos contratos frustrando a realização em aproximadamente 27%.

Outro destaque é a finalização do *overhaul* da usina termelétrica de Candiota, onde foram liberados R\$ 216 milhões, correspondendo a 72% do total orçado no Plano de Negócios para esta usina. O parque eólico de Casa Nova, da controlada Chesf, enfrentou problemas com vandalismo e com fornecedores o que acabou tendo reflexos negativos na retomada da obra resultando em uma realização de R\$ 31 milhões no período, 41% do orçamento.

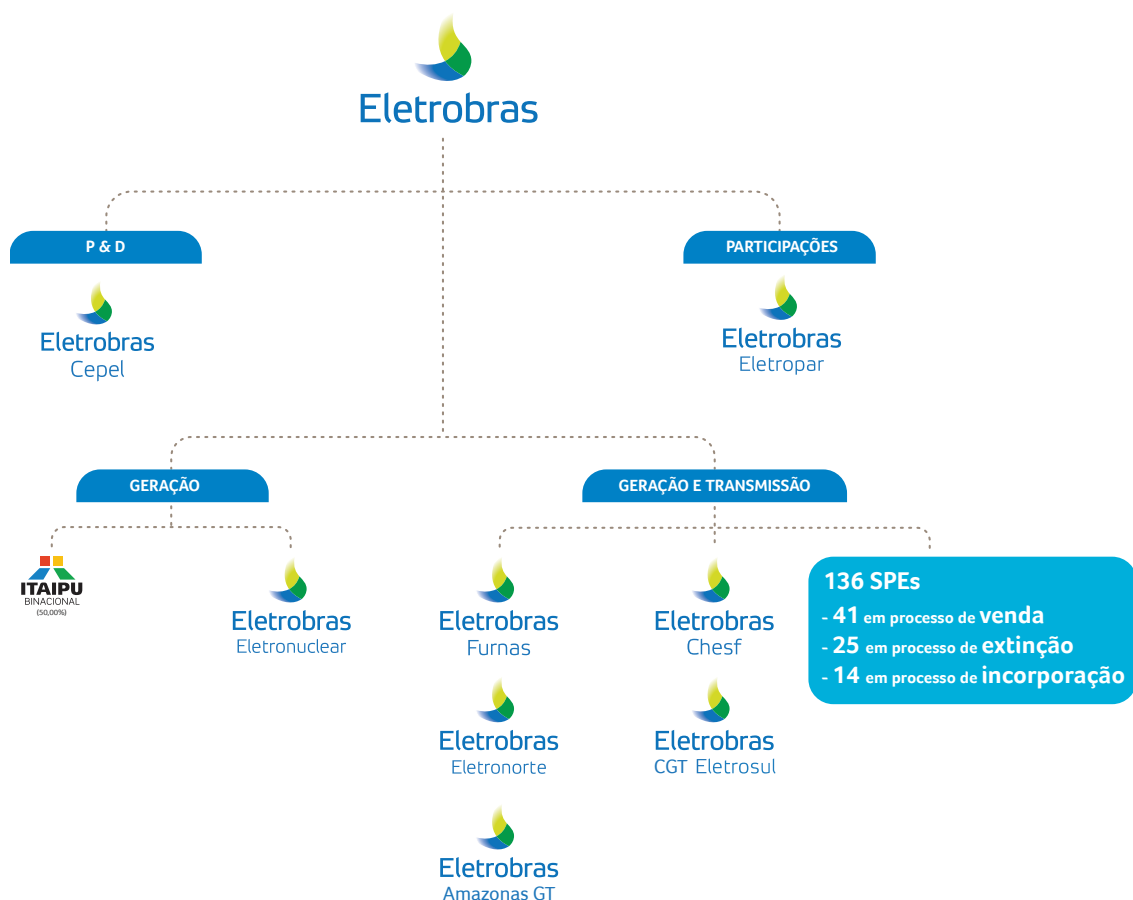
Foram investidos ainda R\$ 265 milhões na usina hidrelétrica (UHE) Sinop; R\$ 138 milhões na SPE ESBR, responsável pela UHE Jirau; e R\$ 126 milhões nos Complexos Eólicos Pindaí, que teve a entrada em operação de 35 dos 55 aerogeradores. Esses projetos em parcerias representaram 80% dos investimentos realizados por meio de SPEs, em 2019.

Transmissão – As aplicações em Ampliação e em Reforços e Melhorias corresponderam 77% do Investimento Corporativo. As frustrações deram-se, principalmente, por problemas com obtenção de licenças ambientais, atrasos e ausência de autorizações da Aneel. No que tange às SPEs, destacam-se os investimentos de R\$ 130 milhões nas SPEs Mata de Santa Genebra e de R\$ 34 milhões na Transmissora Delmiro Gouveia, com a compra, pela Chesf, de 27,69% do capital desta SPE, assumindo assim o controle da empresa. A Transnorte Energia, responsável pelo projeto da linha de transmissão Manaus-Boa Vista, deixou de investir R\$ 329 milhões devido a não retomada das obras em função da ausência de licença de instalação do empreendimento, que está em tratativas entre a SPE, Funai e Ibama.

3.2. Estrutura Societária

O Sistema Eletrobras, em 31 de dezembro de 2019, era formado pela *Holding* e por 8 controladas, sendo 7 operacionais, 50 % da participação de Itaipu Nacional e o Cepel. Possui participações acionárias em 136 SPEs no Brasil, sendo 108 de geração, 25 de transmissão e três em serviços, além de duas SPEs no exterior; e em 25 empresas coligadas. No dia 2 de janeiro de 2020, foi concluída a incorporação da Eletrosul pela CGTEE, conforme previsto no PDNG 2019-2023, resultando na controlada Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul). Em fevereiro de 2020 também foi aprovada a transferência da Amazonas GT para a Eletronorte. Considerando os eventos ocorridos em 2020, o quadro abaixo já contempla a nova estrutura do Sistema Eletrobras.

SISTEMA ELETROBRAS (FIGURA 1)



O quantitativo de SPEs está levando em consideração as participações diretas e indiretas em SPE, e desconsiderando as SPEs que participam em mais de uma Empresa Eletrobras, diferentemente dos quantitativos considerados nos quadros de cada empresa. Neste total, estão incluídas duas SPEs no exterior. Das 136 SPEs nacionais e internacionais, 40 estão em processo de desinvestimento; uma SPE em processo de venda a partir do Leilão nº 01/2018; 39 SPEs em processo competitivo de alienação durante o ano de 2019.

Alterações Societárias

Aumento de Capital

Em dezembro, a Eletrobras liquidou a operação de aumento de seu capital social, no valor de R\$ 7.467 milhões que resultou na capitalização de R\$ 4.054 milhões de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados pela União em anos anteriores e na entrada de R\$ 3.413 milhões de aportes pelos acionistas minoritários, impactando positivamente o caixa da Companhia, em 31/12/2019. O aumento de capital foi homologado em janeiro de 2020, com a respectiva reforma de estatuto social.

A Eletrobras promoveu os aumentos de capital na Chapada do Piauí I *Holding*, em 27/03/2019, no valor de R\$ 6,8 milhões, e em 26/12/2019, com R\$ 19,6 milhões. Também participou do aumento de capital da Chapada do Piauí II *Holding* com R\$ 24,5 milhões. Em 13/09/2019, subscreveu 446.785 units no valor de R\$ 4,6 milhões, para manter em 7,94% a sua participação acionária na AES Tietê Energia.

Na SPE Hermenegildo III foi aprovado o aumento de capital, no montante de R\$ 11,8 milhões, correspondentes a 11.833.949 ações ordinárias, mediante a integralização de AFACs. Após a capitalização, a participação societária da Eletrobras na SPE passou a ser de 167.921.409 ações ordinárias, equivalente a 99,99% do total de seu capital social.

Leilão das SPEs

Através do Leilão Eletrobras nº 01/2018, realizado em 27/09/2018, foram alienadas 26 SPEs: A SPE Intesa foi transferida para o comprador em 28 de dezembro de 2018, outras 24 tiveram sua transferência concluída durante o ano de 2019 e a SPE Centroeste de Minas mudou de controle em 13 de janeiro de 2020. Além dessas 24 participações transferidas em 2019, houve o encerramento de dez SPEs eólicas pertencentes ao Complexo Itaguaçu da Bahia, a incorporação da SPE Extremoz na Chesf e a venda da SPE Paraíso pela Eletrosul, através de chamada pública, como detalhado na tabela.

MOVIMENTAÇÃO DE SPEs EM 2019 (TABELA 3)

DESCRIÇÃO	Nº DE SPEs	PROPRIETÁRIA	MOVIMENTO	DATA DO EVENTO
Complexo Itaguaçu da Bahia (Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A. e Geradora Eólica Ventos de São Rafael S.A.)	10	Furnas	Encerramento	20/02/2019
Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A. e Sete Gameleiras S.A.	3	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	28/03/2019
Baraúnas I Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A., Mussambê Energética S.A., Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A.	5	CHESF	Venda (Leilão 01/2018)	28/03/2019
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	29/04/2019
Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Companhia Transirapé de Transmissão, Companhia Translente de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão	4	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	31/05/2019
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	25/06/2019
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – AETE	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	01/07/2019
Paraíso Transmissora de Energia S.A.	1	ELETROSUL	Venda (Chamada Pública)	14/08/2019
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	3	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	23/08/2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.	5	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	07/10/2019
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN S.A.	1	CHESF	Incorporação	01/11/2019
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME	1	ELETROBRAS	Venda (Leilão 01/2018)	13/11/2019
Total	36			

Em 30 de julho de 2019, a Eletrobras abriu o Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 para a venda das SPEs remanescentes do Leilão Eletrobras nº 01/2018, tendo recebido propostas firmes em 31/10/2019. O processo está amparado pelo Decreto nº 9.188/2017 e, atualmente, encontra-se em fase de negociação das propostas.

3.3. Planejamento Estratégico

Com a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, a Eletrobras quer se colocar em 2030 entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.	Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.	• Foco em resultados; • Ética e transparência; • Empreendedorismo e inovação; • Valorização e comprometimento das pessoas; • Sustentabilidade.

A Companhia está presente nos principais projetos estruturantes do país, participando ativamente da expansão do sistema elétrico brasileiro com papel fundamental na construção do Sistema Interligação Nacional, exercendo assim os objetivos de sua criação.

Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2019 a 2023 (PDNG 2019-2023), sendo um desdobramento do Plano Estratégico 2015-2030. As principais iniciativas foram divulgadas ao mercado por meio do Fato Relevante datado de 27/12/2018. O processo contou com uma evolução significativa no nível de acompanhamento e diligência por parte dos órgãos de governança da Companhia.

As principais realizações do PDNG 2019-2023, para cada uma das Diretrizes Estratégicas estão relacionadas abaixo, uma vez que, até o fechamento deste Relatório, o PDNG 2020-2024 segue em fase de análise pela Administração e quando aprovado, a Eletrobras divulgará como Fato Relevante.

Crescimento Rentável:

- » Entrega do projeto de lei de desestatização da Eletrobras;
- » A Usina Térmica Nuclear (UTN) Angra 3 foi incluída, em julho de 2019, no Programa de Parceria de Investimentos (PPI).
- » Conclusão de estudos de cenários para descotização e para a UHE Tucuruí.
- » Refinanciamento em 2020 dos *bonds* que venceriam em 2021.
- » Aumento de capital no valor de R\$ 7.467 milhões

Governança e Integridade Empresarial

- » Aprovação da nova política de gestão de riscos e mapa de riscos por todos os conselhos da *Holding* e controladas;
- » Criação da unidade de apuração de denúncias;
- » Elaboração do Regulamento do Programa de Integridade – *Compliance*.

Excelência Operacional

- » Economia estimada de R\$ 746 milhões/ano com 1.726 desligamentos no Plano de Demissão Consensual.
- » Definidos os planos de ação da 1ª fase do Orçamento Base Zero (OBZ).
- » Aprovação da incorporação da CGTEE e Eletrosul.
- » Contrato de compra e venda da Amazonas GT previsto para 1º Trimestre de 2020.
- » Go Live (ERP) em todas as subsidiárias.

Atuação Sustentável

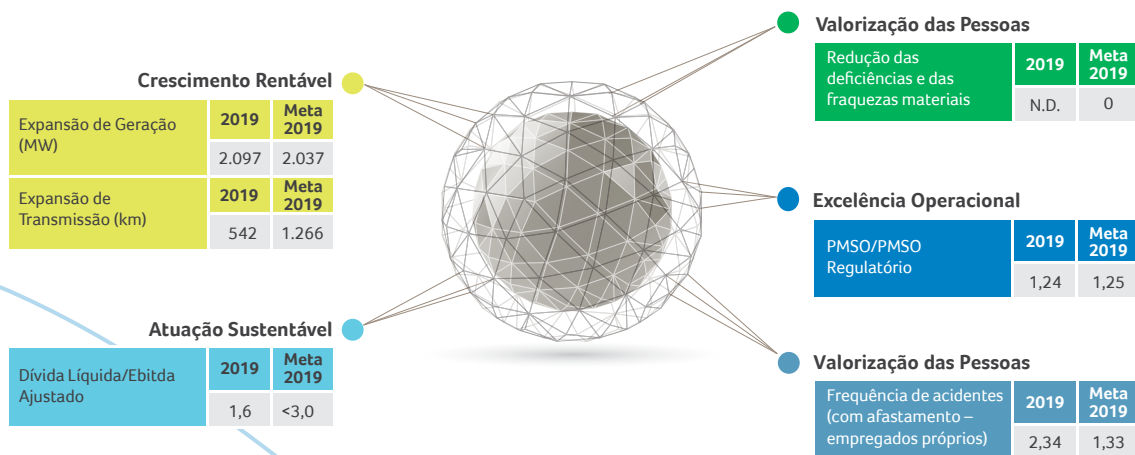
- » Início do procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 das SPEs remanescentes;

Valorização das Pessoas

Implantação da padronização dos critérios de segurança do trabalho.

Na figura a seguir, constam os resultados alcançados no ano de 2019 dos principais desafios das Diretrizes Estratégicas reunidos no Desafio 22 – Excelência Sustentável:

RESULTADOS DE 2019 PARA CADA DIRETRIZ ESTRATÉGICA (FIGURA 2)





4. PANORAMA ECONÔMICO-SETORIAL

O PIB do Brasil de 2019 apresentou fraco desempenho, com uma lenta recuperação da economia, parcialmente afetado pelo fraco consumo das famílias. No acumulado do ano, houve crescimento de 1,1%, quando comparado com 2018.

A inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,31% a.a. em 2019 (contra 3,75% a.a. em 2018), acima do piso (4,25% a.a.) estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA foi pressionado em 2019, sobretudo pelo aumento dos preços das carnes, combustíveis, seguidos dos planos de saúde que tiveram alta de 8,25% a.a.

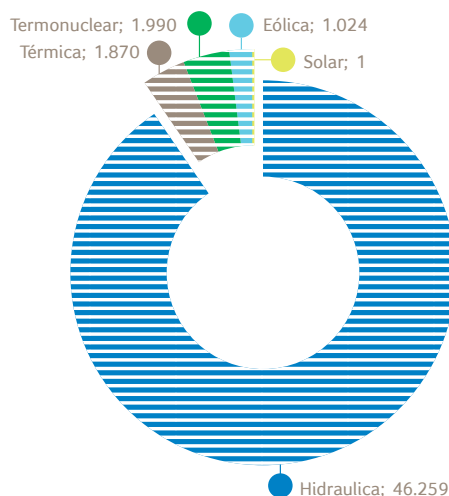
Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 482.084 GWh até dezembro de 2019, com um aumento de 2,08% a.a. em comparação com 2018, seguindo a alta do PIB. O clima e ciclo de faturamento fizeram o consumo da classe residencial crescer 1,2% a.a. A classe comercial apresentou alta de 3,77% a.a., com crescimento em todas as regiões e o consumo industrial decresceu 1,3% a.a.

Quanto às regiões geográficas, todas registraram alta em 2019, sendo a mais expressiva a região Nordeste com percentual de 2,98% a.a. de crescimento em consumo.

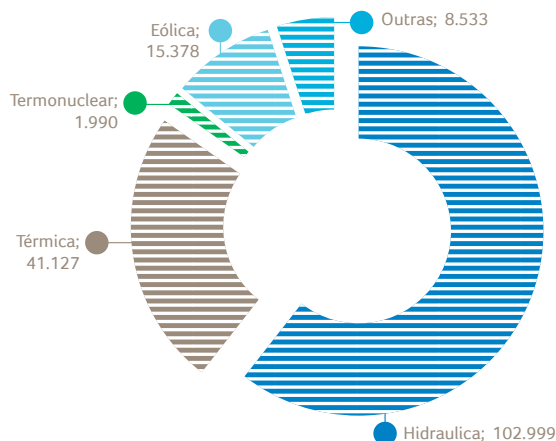
CONSUMO DE ENERGIA (TABELA 4)

(Em GWh)			
CLASSE	2019	2018	%
BRASIL	482.084	472.242	2,1%
RESIDENCIAL	141.929	136.022	4,3%
INDUSTRIAL	167.405	169.549	-1,3%
COMERCIAL	92.172	88.815	3,8%
OUTROS	80.577	77.856	3,5%

ELETOBRAS (GRÁFICO 1)



BRASIL (GRÁFICO 2)



CAPACIDADE INSTALADA POR FONTE E NÚMERO DE USINAS QUE POSSUEM PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ELETOBRAS (TABELA 5)

TIPO	HIDRÁULICA		TÉRMICA		NUCLEAR		EÓLICA		SOLAR		TOTAL	
	MW ALAVANCADO	USINAS	MW ALAVANCADO	USINAS	MW ALAVANCADO	USINAS	MW ALAVANCADO	USINAS	MW ALAVANCADO	USINAS	MW ALAVANCADO	USINAS
Corporativos não renovados	10.870,45	12	1.870,22	12	1.990,00	2	199,10	8	0,93	1	14.930,71	35
Corporativos renovados pela Lei nº 13.182/2015	3.132,30	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,30	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.089,73	17	-	-	-	-	-	-	-	-	13.089,73	17
Propriedade Compartilhada	15.848,14	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15.848,14	4
SPE	23.558,25	12	-	-	-	-	1.174,49	54	-	-	24.732,74	66
SPE em Regime O&M Kei 12.783/13	807,50	1	-	-	-	-	-	-	-	-	807,50	1
Total Geral	67.306,37	48	1.870,22	12	1.990,00	2	1.373,59	62	0,93	1	72.541,11	125

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que possuam acionistas minoritários, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

Agregações - Destaca-se, em 2019, a entrada em operação de seis unidades geradoras da UHE Belo Monte, que passou a ser a maior usina hidroeétrica 100% brasileira e duas unidades geradoras da UHE Sinop. Também começaram a operar os parques eólicos:

- » Parques Acauã, Angical 2, Ararapá e Teiú 2 do Complexo Eólico Pindaí I;
- » Parques Coqueirinho 2, Papagaio do Complexo Eólico Pindaí II; e
- » Parque Tamanduá Mirim 2 do Complexo Eólico Pindaí III.

Desagregações - Foram desativadas as UTEs Santana e Serra do Navio, da Eletronorte; as UTEs Flores e Iranduba, da Amazonas GT e desconsiderados 405,90 MW pela venda das térmicas da Amazonas D, privatizada em 2018.

No ano de 2019, foram concluídas também as transferências das participações acionárias das SPEs da Chesf (Banda de Couro, Baraúnas I e II, Morro Branco I e Mussambê) e da Eletrobras Holding (Pedra Branca, São Pedro do Lago, Sete Gameleiras) ao vencedor do lote H no leilão 01/2018 e, ainda, das SPEs da Eletrobras Holding referentes aos lotes C (Serra das Vacas I, II, III e IV) e lote F (Miassaba 3, Rei dos Ventos 1 e 3) aos respectivos vencedores no leilão 01/2018.

O processo de desinvestimento em SPEs reduziu a capacidade instalada em 230 MW nas empresas do Sistema Eletrobras em 2019.

EVOLUÇÃO FÍSICA POR EMPRESA (TABELA 6)

(Em MW)

EMPRESA	CORPORATIVO (A)	CORPORATIVO SOB REGIME DE O&M (B)	SPE (C)	SPE SOB REGIME DE O&M (D)	AGREGAÇÃO LÍQUIDA 2019 (*)	TOTAL (A+B+C+D)
Eletrobras Holding	-	-	2.377,01	-	369,78	2.377,01
Eletronorte	8.891,14	78,00	2.406,78	-	795,66	11.375,92
Chesf	1.928,70	8.394,73	2.710,19	-	666,40	13.033,62
Furnas	4.089,07	4.617,00	2.935,46	402,94	11,95	12.044,47
Eletronuclear	1.990,00	-	-	-	-	1.990,00
Eletrosul	476,02	-	1.215,51	-	(4,00)	1.691,53
CGTEE	350,00	-	-	-	-	350,00
Itaipu Binacional	7.000,00	-	-	-	-	7.000,00
Amazonas GT	1.280,88	-	-	-	(90,62)	1.280,88
Total	26.005,81	13.089,73	11.644,95	402,94	1.343,26	51.143,43

(*) A Agregação Líquida Total 2019 leva em consideração a redução de 405,90 MW pela venda das térmicas da Amazonas D ao consórcio vencedor do leilão da distribuidora.

Energia Gerada e Vendida

As empresas Eletrobras geraram, em 2019, um total de 185.025 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, o que representou um aumento de 1% em relação a 2018, conforme verificado na tabela a seguir:

ENERGIA GERADA (TABELA 7)

(Em GWh)

EMPRESAS ELETROBRAS	2019 (GWH)	2018 (GWH)	CRESCIMENTO
Eletrobras	6.280,74	5.403,10	16%
Itaipu Binacional	39.722,26	48.292,80	-18%
Eletronorte	36.523,33	37.874,73	-4%
Chesf	28.491,15	23.173,08	23%
Furnas	42.613,45	37.253,51	14%
Eletronuclear	16.126,85	15.674,65	3%

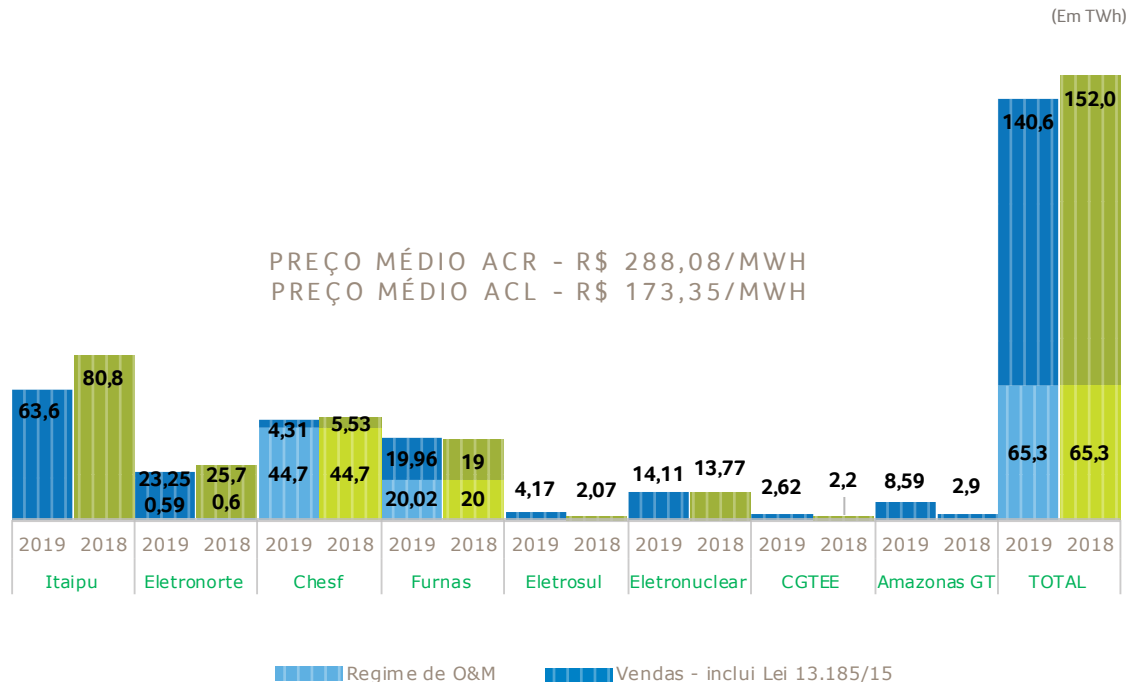
EMPRESAS ELETROBRAS	2019 (GWH)	2018 (GWH)	CRESCIMENTO
Eletrosul	7.330,95	7.773,78	-6%
CGTEE	1.668,31	1.489,64	12%
Amazonas GT	5.864,23	4.667,36	26%
Amazonas D (1)	403,37	1.642,60	-75%
Total Eletrobras	185.024,64	183.245,26	
Total Crescimento (%)	1%		

(1) Geração proporcional ao período compreendido entre janeiro e abril de 2019, quando houve a transferência de controle acionário.

Variações positivas: As mais significativas foram observadas nas empresas Eletrobras, Chesf, Furnas e Amazonas GT com a entrada em operação das Unidades Geradoras (UG) 13 a 18 da UHE Belo Monte, que tem participação da Eletrobras e das controladas Chesf e Eletronorte; UG 01 e 02 da UHE Sinop, que tem participação da Chesf e Eletronorte; dos parques Acauã, Angical 2, Ararapá, Teiú 2 (Complexo Eólico Pindaí I), Papagaio e Coqueirinho 2 (Complexo Eólico Pindaí II) e Tamanduá Mirim 2 (Complexo Eólico Pindaí III), todos da Chesf; e da UTE Mauá 3 a gás natural em ciclo combinado da Amazonas GT. Também teve variação positiva na CGTEE com a UTE Candiota III após o processo de modernização (*overhaul*).

Variações negativas: As reduções mais significativas foram observadas nas empresas Amazonas D, que foi privatizada pela Eletrobras, e em Itaipu, em razão do ano hidrológico de 2019 ter tido poucas chuvas na região do reservatório.

ENERGIA VENDIDA GERADORAS (GRÁFICO 3)



Disponibilidade Operacional

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

FATOR DE DISPONIBILIDADE POR FONTE PRIMÁRIA – USINAS CORPORATIVAS, PROPRIEDADE COMPARTILHADA E ITAIPU (TABELA 8)

(Em %)

FATOR DE DISPONIBILIDADE - USINAS CORPORATIVAS, PROPRIEDADE COMPARTILHADA E ITAIPU BINACIONAL			
FONTE DE ENERGIA PRIMÁRIA	2019	2018	2017
Carvão	92,77	68,10	49,77
Eólica	98,99	98,81	96,85
Gás	91,00	85,38	73,50
Hídrica	95,92	96,70	94,93
Óleo	-	99,35	56,12
Solar	99,30	99,27	98,88
Urânio	92,80	90,36	91,96

FATOR DE DISPONIBILIDADE POR FONTE PRIMÁRIA – SPES (TABELA 9)

(Em %)

FATOR DE DISPONIBILIDADE SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPES (%)			
FONTE DE ENERGIA PRIMÁRIA	2019	2018	2017
Eólica	92,52	96,48	95,84
Hídrica	98,21	97,11	96,77

Com relação à Disponibilidade Média de Geração (%) por Empresas Eletrobras, esses valores foram obtidos através da média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.

DISPONIBILIDADE OPERACIONAL NA GERAÇÃO (TABELA 10)

(Em %)

DISPONIBILIDADE OPERACIONAL NA GERAÇÃO – USINAS CORPORATIVAS, PROPRIEDADE COMPARTILHADA E ITAIPU BINACIONAL			
EMPRESAS ELETROBRAS	2019	2018	2017
Amazonas Energia (1)	96,46	95,97	70,87
CGTEE	92,77	68,10	49,77
Chesf	96,80	97,78	97,54
Eletronorte	94,41	96,72	88,22
Eletronuclear	92,80	90,36	91,96
Eletrosul	95,14	96,89	94,03
Furnas	94,60	94,52	96,64
Itaipu	97,55	97,16	97,10

O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\Sigma(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2019 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Fator de Disponibilidade}) / \Sigma(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2019 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras})$;

- (1) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia em 2017 e 2018 foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas;

Eficiência Técnica em Geração

MÉDIA DA EFICIÊNCIA DE GERAÇÃO DE TERMELÉTRICAS POR FONTES DE ENERGIA E POR REGIME REGULATÓRIO (TABELA 11)

(Em %)

MÉDIA DA EFICIÊNCIA DE GERAÇÃO DE TERMELÉTRICAS POR FONTES DE ENERGIA E POR REGIME REGULATÓRIO			
FONTE DE ENERGIA PRIMÁRIA	2019 (1)	2018	2017
Carvão	34,96	37,00	30,49
Gás Natural	44,30	37,81	35,86
Óleo	-	-	40,89
Urânio	37,70	35,60	35,26

O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\Sigma(\text{Energia Gerada 2019 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Eficiência}) / \Sigma(\text{Energia Gerada 2019 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras})$ e os valores apresentados referem-se às usinas próprias das Empresas Eletrobras.

(1) Não foi considerada a UTE Mauá 3 (Amazonas GT) nos cálculos em função do comissionamento do ciclo combinado. Além disso, as UTEs Flores e Iranduba operam por determinação de portaria do MME e por isso, também não foram consideradas no cálculo.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Apenas os estudos de viabilidade somavam, em 2019, cerca de 17GW de capacidade instalada de geração.

ESTUDOS E PROJETOS DE USINAS HIDRELÉTRICAS (TABELA 12)

EMPREENDIMENTOS EM ESTUDO DE VIABILIDADE				
EMPREENDEDOR	TIPO	EMPREENDIMENTO	UF	MW
Eletrobras (33,33%), Eletronorte (33,33%)	Hidrelétrica	AHE Jatobá	PA	1650,0
Eletrobras (33,33%), Eletronorte (33,33%)	Hidrelétrica	AHE São Luiz do Tapajós	PA	8040,0
Eletronorte (28,57%)	Hidrelétrica	AHE Marabá	PA/TO/MA	1850,0
Eletrobras (50%)	Hidrelétrica	AHE Garabi (*)	Arg/Bra	1152,0
Eletrobras (50%)	Hidrelétrica	AHE Panambi (**)	Arg/Bra	1048,0
Outros Projetos do Sistema Eletrobras	Hidrelétrica			3.430
Total				17.170,00

Comercialização de Itaipu

A Lei nº 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2019, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 66.849 GWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3,6 bilhões. A potência contratada refere-se à parte da potência mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia acima da vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 3.222 GWh.

Durante o ano de 2019 foram negociados, entre a Eletrobras, a Ande e a Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o período de 2019 a 2022. Em 13 de dezembro de 2019, foi assinada, entre as partes, a Carta Compromisso, que estabelece os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no período de 2019 a 2022.

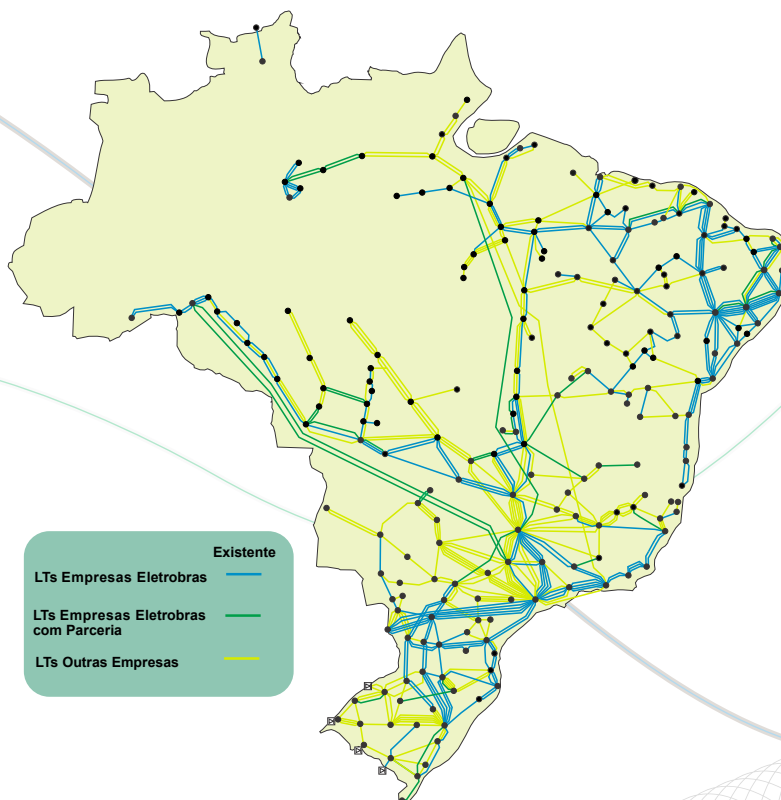
Em 2023 as disposições do Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) ao Tratado de Itaipu serão revistas, tendo em vista o disposto no item VI do referido Anexo. Com isso, o Ministério de Minas e Energia constituiu grupo de trabalho com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos, para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de ITAIPU, do qual a Eletrobras participa como convidada.

4.2. Transmissão

Em 31 de dezembro de 2019, a malha de linhas de transmissão das Empresas Eletrobras atingiu um total de 71.153,60 km, sendo 8.318,35 km corporativas não renovadas; 55.819,83 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei nº 12.783/13; e 7.015,42 km correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de SPes. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, ou seja, as tensões de ± 800 , 750, ± 600 , 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.893,64 km, o que representa 45,25% do total de linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

O mapa a seguir apresenta as principais linhas de transmissão do sistema elétrico brasileiro, existentes até 2019, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras e com a participação destas em parceria.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL (MAPA 2)



LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES EM 2019 (TABELA 13)

EMPRESAS ELETROBRAS	CORPORATIVAS			SPES		TOTAIS		
	CORPORATIVAS NÃO RENOVADAS EM KM (A)	RENOVADAS PELA LEI 12.783/13 EM KM (B)	SUBESTAÇÕES	SPE – PARTICIPAÇÃO ELETROBRAS KM (C)	SUBESTAÇÕES	TOTAL KM (A+B+C)	ALAVANCADO PELA ELETROBRAS (D)	TOTAL ALAVANCADO (A+B+D)
Amazonas GT	389,84	0,00	6	0,00		389,84	0,00	389,84
Chesf	2.608,00	18.589,30	129	1.175,76	9	22.373,06	2.399,50	23.596,80
Eletrobras	0,00	0,00	1	603,93	4	603,93	1.220,70	1.220,70
Eletronorte	2.010,56	9.005,82	64	1.694,37	3	12.710,75	3.457,90	14.474,28
Eletrosul	1.563,85	9.513,31	40	1.147,55	12	12.224,71	1.493,00	12.570,16
Furnas	1.746,10	18.711,40	69	2.393,81	29	22.851,31	5.235,18	25.692,68
Total Eletrobras	8.318,35	55.819,83	309	7.015,42	57	71.153,60	13.806,28	77.944,46

Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem participação, através de SPE.

Eficiência do Serviço de Transmissão

Disponibilidade Global

A Disponibilidade Global, de característica sistêmica, é calculada levando-se em consideração todos os desligamentos das Linhas de Transmissão (LT) das Empresas Eletrobras, mesmo aqueles que não estão sob sua responsabilidade, mas estavam disponíveis para a operação, e desligadas por outros fatores.

Disponibilidade Operacional

A Disponibilidade Operacional, de característica técnica-gerenciável, é calculada levando-se em consideração apenas os desligamentos das LT das Empresas Eletrobras, sejam aqueles ocasionados por falhas e defeitos como aqueles para manutenção preventiva e corretiva. Este é o indicador que deve ser acompanhado para medir o desempenho das instalações sob a ótica de O&M.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE GLOBAL E OPERACIONAL DE LINHAS DE TRANSMISSÃO (TABELA 14)

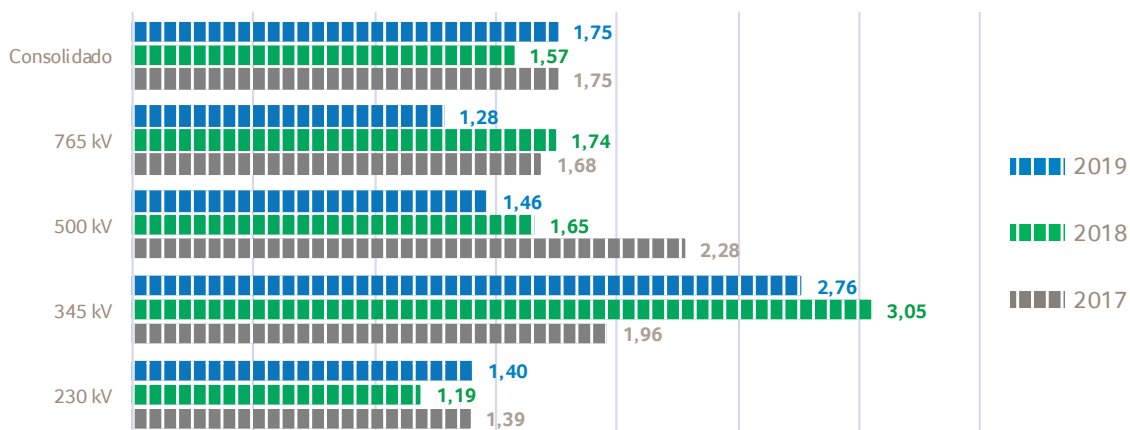
(Em %)

EMPRESAS ELETROBRAS	2017		2018		2019	
	OPERACIONAL	GLOBAL	OPERACIONAL	GLOBAL	OPERACIONAL	GLOBAL
Amazonas GT	99,97	99,97	99,91	99,91	99,90	99,90
Chesf	99,96	99,78	99,91	99,64	99,97	99,46
Eletronorte	99,93	99,87	99,95	99,08	99,98	99,65
Eletrosul	99,90	99,82	99,93	99,86	99,97	99,92
Furnas	99,76	99,19	99,86	99,22	99,89	98,88
Total	99,89	99,81	99,90	99,46	99,95	99,41

Desligamentos por 100 km de Linha de Transmissão das linhas de transmissão corporativas.

O indicador informa o número de desligamentos por cada 100km de LT e complementa a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação.

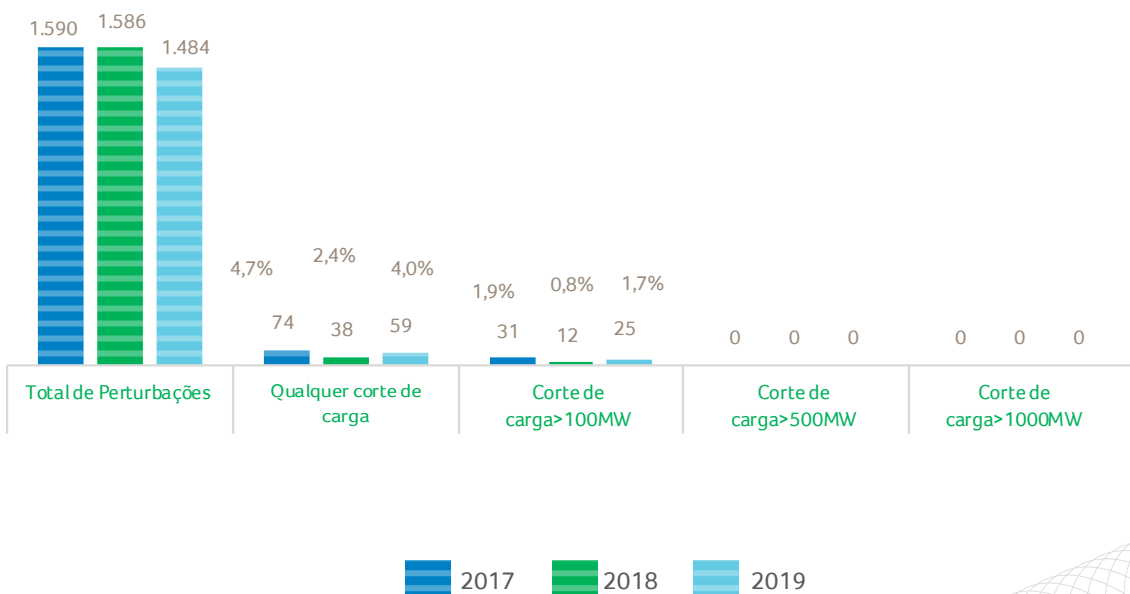
INDICADOR DE DESLIGAMENTOS (GRÁFICO 4)



Perturbações na Rede de Transmissão

Em 2019, o número total de perturbações na rede básica de transmissão das Empresas Eletrobras apresentou uma redução de 6,4% em relação a 2018, e não houve ocorrências com corte de carga superior a 500 MW.

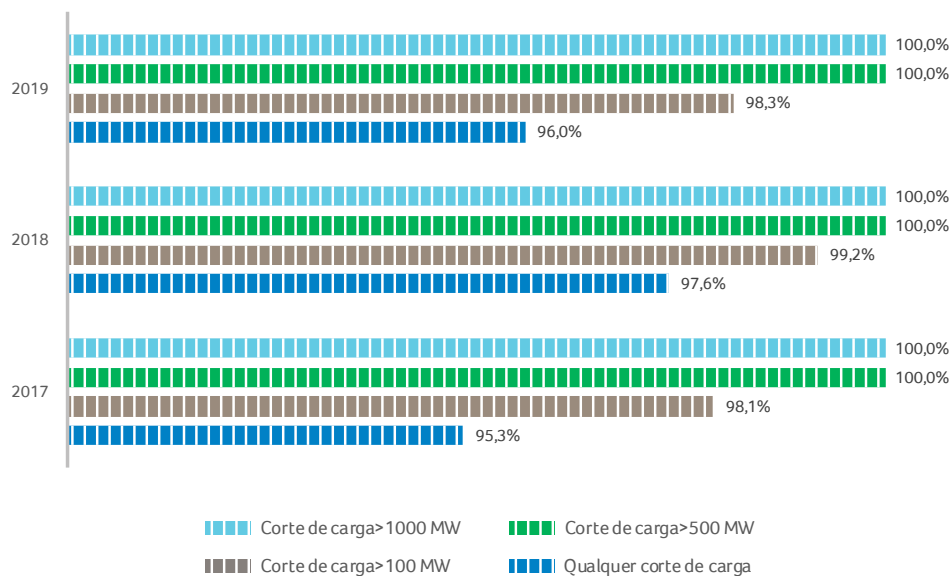
PERTURBAÇÕES E CORTES DE CARGA NA REDE BÁSICA DE TRANSMISSÃO DA ELETROBRAS (GRÁFICO 5)



Índice de Robustez

O Índice de Robustez avalia a capacidade da rede básica em suportar contingências sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem melhorando o seu desempenho nos últimos anos, tendo em vista o menor número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2019.

ÍNDICE DE ROBUSTEZ DO SISTEMA ELETROBRAS (GRÁFICO 6)



Perdas na Transmissão

Observa-se a redução nas perdas técnicas ao longo dos últimos três anos, devido à política de despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS) e à evolução da topologia da rede conforme planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

ÍNDICE DE PERDAS TÉCNICA NA TRANSMISSÃO DE ENERGIA POR EMPRESA (TABELA 15)

EMPRESAS ELETROBRAS	2019	2018	2017
Amazonas GT	0,13	0,10	0,17
Chesf	1,84	1,98	2,44
Eletronorte	0,95	0,96	1,10
Eletrosul	1,40	1,34	1,37
Furnas	1,79	1,96	2,00
Total	1,52	1,62	1,78

(Em %)

Evolução Física em Transmissão

Destaca-se em 2019, o decréscimo total de 194,7 km de linhas de transmissão (LT) em parceria, resultado de ações iniciadas em anos anteriores.

Agregações: conclusão das obras da LT 230 kV Eunápolis – Teixeira de Freitas II C.2, com 152 km de extensão e da LT 230 kV Messias – Maceió II C.1, com 19,71 km de extensão e da LT 230 kV Lechuga – Jorge Teixeira C3, com 30 km de extensão. Instalação de Autotransformador de 1650 MVA, nas SE Vitória e SE Foz do Iguaçu 60Hz.

Desagregações: Nas SPEs houve uma redução líquida de 617,19 km resultante de: 101,49 km (entrada em operação) e 718,68 km (alienação). Assim distribuídos:

TOTAL DE ENERGIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO (TABELA 16)

EMPRESAS ELETROBRAS	TOTAL DE LINHAS E AGREGAÇÃO/DESAGREGAÇÃO FÍSICA DE TRANSMISSÃO EM 2019 (KM)				
	CORPORATIVO (A)	CORPORATIVO SOB REGIME DE O&M (B)	SPES – PARTICIPAÇÃO ELETROBRAS (C)	TOTAL DE EVOLUÇÃO FÍSICA LÍQUIDA ELETROBRAS* (A+B+C)	DESAGREGAÇÃO FÍSICA ALAVANCADA**
Amazonas GT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chesf	331,00	49,60	0,00	380,60	380,60
Eletronorte	0,00	3,90	0,00	3,90	3,90
Eletrosul	0,00	0,00	101,49	101,49	199,00
Furnas	26,00	12,00	0,00	38,00	38,00
Eletrobras Holding	0,00	0,00	-718,68	-718,68	-1.709,00
Total	357,00	65,50	-617,19	-194,69	-1.087,50

*Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

** Total de linha da SPE considerando a parte do parceiro.

4.3. Operações no Exterior

A Eletrobras, em 2019, atuou prioritariamente, em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. Procurou ainda fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais.

Com relação ao potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia, destaca-se o avanço do Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional em parte da Bacia do rio Madeira pela empresa WorleyParsons Engenharia Ltda. O estudo foi contratado, conjuntamente, pela Eletrobras, Empresa Nacional de Electricidad da Bolívia (ENDE) e Banco de Desarrollo de América Latina (CAF) com a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2020.

Ainda em relação à Bolívia, destaca-se o início dos estudos para a interconexão elétrica Brasil-Bolívia, realizado pela Eletrobras em parceria como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ENDE, cujo término é esperado para o segundo semestre de 2020.

A Eletrobras também manteve sua parceria estratégica com a estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), com o objetivo de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, destacam-se novamente os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que visa a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Como consequência da apresentação dos resultados destes estudos às principais autoridades ligadas ao setor elétrico desses países, em 2018, começaram as análises individuais (bilaterais) de integração elétrica visando avançar com o projeto global.

As demais ações recomendadas, como por exemplo os estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname, dependem da realização de um encontro em nível ministerial, também identificado como “Encontro de Alto Nível”, previsto para o 2020.

PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRAS NA AMÉRICA DO SUL (MAPA 3)



A comercialização internacional de energia elétrica permanece como foco de atuação da Eletrobras no exterior. Atualmente, a empresa atua como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE (Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas).

Em dezembro de 2019, a Eletrobras possuía uma Carteira de Projetos Internacionais composta por oito projetos, mantendo 4,7 GW em projetos de geração e 1.500 km em projetos de transmissão.

Interligações Fronteiriças

Brasil - Argentina

- » Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana (Brasil), com capacidade de 50 MW, e uma linha de transmissão em 132 kV, que interliga a conversora à Paso de los Libres (Argentina).

Brasil - Paraguai

- » Quatro linhas de transmissão em 500 kV que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita (Paraguai) e à subestação Foz do Iguaçu (Brasil).

Brasil - Uruguai

- » Estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 kV, que interliga a conversora à subestação Livramento (Brasil);
- » Conexão entre a SE Presidente Médici (Brasil) e a SE San Carlos (Uruguai), com capacidade de 500MW.

Brasil - Venezuela

- » » Linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista (RR) à cidade de Santa Elena (Venezuela).

4.4. Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro

Geração

Uma série de mudanças regulatórias estiveram em discussão no Setor Elétrico Brasileiro em 2019, com destaque para os temas objeto do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico, instituído pela Portaria MME nº 187/2019, como separação de lastro e energia, abertura de mercado e o aprimoramento do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

- Nesse contexto, foram abertas consultas públicas associadas ao GT Modernização, além de outras relevantes, como a Consulta Pública MME nº 82/2019 que trata da revisão dos valores de referência para níveis de disponibilidade das usinas (TEIF e IP).
- No âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), destacamos a abertura da Audiência Pública nº 03/2019, que trata de revisar a Resolução Normativa nº 596/2013, a fim de viabilizar o cálculo do valor das indenizações de geração associadas às concessões prorrogadas ou não, com base na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.850/2012.
- Também deve ser destacada a Consulta Pública Aneel nº 026/2019, que trata da revisão da metodologia de cálculo da remuneração do capital, aplicável, no segmento de geração, à geração cotista e à nuclear.
- Ainda em 2019, foi aberta a Tomada de Subsídio Aneel nº 06/2019, que trata da prestação de serviços auxiliares, assunto que recebe especial atenção, face à previsão de aumento de penetração de fontes renováveis intermitentes no setor elétrico brasileiro.

Transmissão

A Resolução Homologatória nº 2565/2019 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2019-2020 (01/07/2019 a 30/06/2020). Em 31/12/2019 a RAP das Empresas Eletrobras foi da ordem de R\$ 11.493 milhões, representando um aumento de aproximadamente 6,76 % em relação a 2018.

RESUMO – CONSOLIDAÇÃO DA RAP 2019 (TABELA 17)

(Em R\$ mil)

EMPRESA	RESUMO - CONSOLIDAÇÃO DA RAP 2019				
	CORPORATIVAS RENOVADAS PELA LEI 12.783/13 (O&M)		CORPORATIVAS NÃO RENOVADAS (B)	RAP CORPORATIVA (A+B)	TOTAL SPES *
	CORPORATIVA RENOVADA TOTAL (A)	PARCELA RBSE			
Chesf	2.895,75	2.457,95	360,49	3.256,24	305,45
Eletronorte	1.528,39	1.314,26	493,04	2.021,43	290,20
Eletrosul	1.018,06	840,53	351,72	1.369,78	137,42
Furnas	4.546,12	2.800,78	239,92	4.786,04	462,26
Eletrobras	-	-	-	-	98,12
Amazonas GT	-	-	59,44	59,44	-
Total	9.988,33	7.413,52	1.504,60	11.492,93	1.293,44

* Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

Os descontos de Parcela Variável (PV), parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão mantiveram-se relativamente estáveis, não apresentando grandes variações percentuais.

(TABELA 18)

PERCENTUAL DE PERDA VARIÁVEL DA RAP	2019	2018	2017
Anual	2,28%	2,16%	2,41%

Em 2019, ocorreu o Leilão nº 002/2019 e não houve mudanças na metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) dos leilões prevista no Procedimento de Regulação Tarifária (Proret). Entretanto, o custo real de capital de terceiros, fator que compõe um dos parâmetros da Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC), foi reduzido de 6,94% para 6,61% ao ano.

Para aumentar a atratividade dos leilões de transmissão, a Aneel publicou três novas resoluções normativas e, também, consultas e audiências públicas

- » Resolução Normativa Aneel nº 846/2019: Aprovou os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência.
- » Resolução Normativa Aneel nº 847/2019: Revogou a Resolução Normativa nº 709/2016 que tratava da separação das atividades operacionais e de Holding das empresas de transmissão de energia

elétrica. A revogação acabou um ponto controverso da regulação da agência que comprometia a competitividade dos leilões e impactava os processos de reestruturação societária das empresas. Desde maio de 2018, a Aneel tinha deixado de aplicar a regra da Resolução Normativa nº 709/2016 nos leilões de transmissão, porque ela limitava a participação de investidores nos certames.

- » Resolução Normativa Aneel nº 853/2019: Estabeleceu as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica associada à disponibilidade e à capacidade operativa de Funções Transmissão Conversora (FT) e conversora de instalações de transmissão em Corrente Contínua em Alta Tensão (CCAT). As novas regras passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2020 e permitem a apuração adequada da qualidade do serviço prestado. Até então a Aneel aplicava os mesmos parâmetros de apuração de indicadores das instalações em corrente alternada.
- » Audiência Pública nº 009/2019: Definição de metodologia de cálculo e atualização da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica (WACC). A participação da Eletrobras foi realizada por meio de contribuição conjunta de suas controladas, visando à definição de um valor que seja adequado, justo e compatível com a realidade e os riscos vivenciados pelos segmentos.
- » Audiência Pública nº 026/2019: Aprimoramento da proposta de revisão dos requisitos do regime de operação das instalações de transmissão e de geração de energia elétrica estabelecidos nos Procedimentos de Rede. As Empresas Eletrobras, além da discussão e contribuição própria, também participaram dos debates sobre a teleassistência por meio da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia (Abrate).
- » Consulta Pública nº 006/2019: Avaliação da necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos da transmissão. Tal aprimoramento decorre do desequilíbrio gerado pelo envelhecimento de grande parte dos ativos de transmissão. A remuneração das concessionárias de transmissão decorre essencialmente da aplicação da taxa regulatória de remuneração sobre a Base de Remuneração Regulatória Líquida, sendo que os ativos totalmente depreciados não fazem parte dessa Base e deixam de gerar retorno ao concessionário, o qual recebe apenas um valor equivalente às despesas de O&M desses equipamentos. A participação da Eletrobras foi realizada por meio de contribuição conjunta de suas controladas enviada pela *Holding*.
- » Consulta Pública nº 022/2019: Tomada de subsídios para a elaboração da Agenda Regulatória 2020/2021 da Aneel. A contribuição da Eletrobras tratou de temas para revisão e criação de normativos para dar tratamento regulatório à remuneração dos equipamentos de transmissão com vida útil esgotada, aperfeiçoar a regulamentação associada a reforços e melhorias e estabelecer regras de indenização para ativos não depreciados ou amortizados ao final ou extinção de contrato de concessão.

5. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA



5.1. Cepel e Investimentos em P&D+I

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) contribui para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) em equipamentos e sistemas, de forma a atender as características singulares do setor elétrico brasileiro. Em 2019, merecem destaque dois projetos de P&D Aneel na carteira da State Grid; a assinatura de convênio com o Centro de Engenharia e Desenvolvimento (CEiiA), Portugal; a inauguração do Laboratório de Sistemas Fotovoltaicos - Simulador Solar (LabSol), como resultado da carteira de projetos da Petrobras (Associada Especial do Cepel); a conclusão dos projetos “Sistema BD Motor”; e a admissão da Amazonas GT como Associado Especial do Cepel, com uma carteira de projetos para fazer frente às necessidades da empresa e apoio técnico em procedimento de medição e análises dos Reatores da subestação Coletora Porto Velho (Eletronorte). Para o desenvolvimento dos projetos do Cepel, em 2019 foram investidos R\$ 237,9 milhões em contratos de projetos de P&D, serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios, sendo que as Empresas Eletrobras aplicaram R\$ 196 milhões, no atendimento de sua obrigação estatutária, e o restante correspondeu ao aporte de outros Associados Especiais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CEPEL (TABELA 19)

APORTES DE RECURSOS	(EM R\$ MIL)		
	2019	2018	VARIAÇÃO (%)
Linhas e Estações	34.436	38.300	-10,09%
Redes Elétricas	22.938	24.011	-4,47%
Tecnologias da Distribuição	13.355	13.706	-2,56%
Materiais, Eficiência Energética e Geração	25.386	25.286	0,40%
Pesquisa Experimental	71.794	55.247	29,95%
Total	237.852	214.094	11,10%
Pesquisa Experimental	71.794	55.247	29,95%
Total	237.852	214.094	11,10%

5.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Em 2019, os projetos de melhoria contínua tiveram como foco utilizar metodologias ágeis para definir e otimizar os ciclos, em especial de gestão dos contratos estratégicos, do processo de fechamento, consolidação e análise das demonstrações contábeis e do sistema de gestão de denúncias.

Governança de Tecnologia da Informação

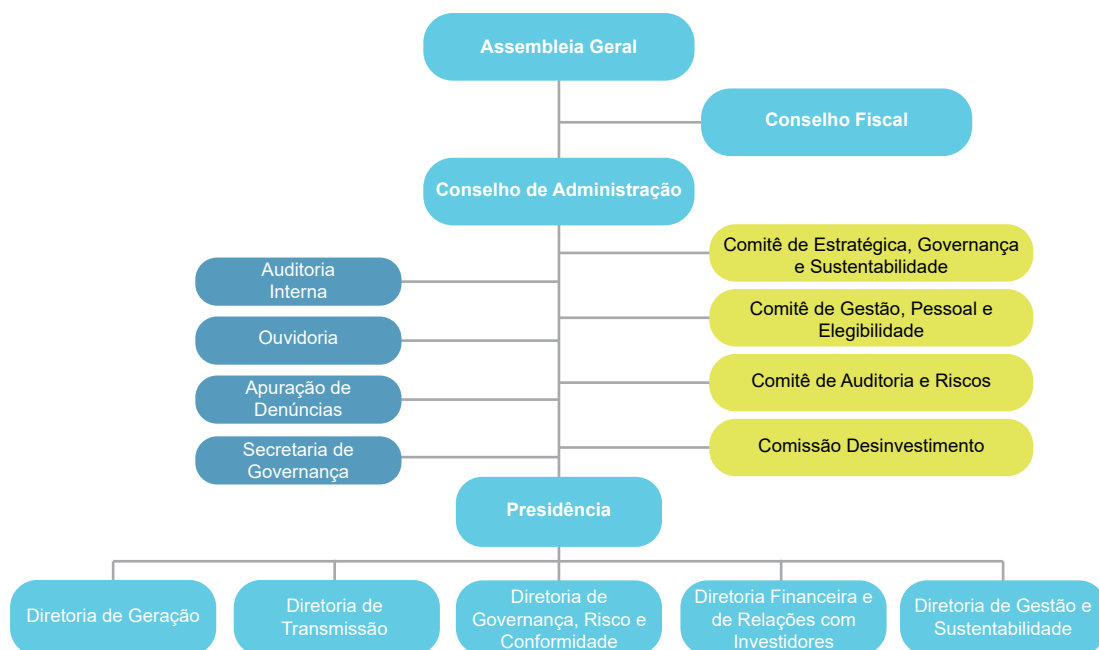
O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de planejamento das ações de TI para apoiar as necessidades estratégicas das Empresas Eletrobras. Foram investidos, aproximadamente R\$ 6 milhões, em aquisição de equipamentos mais modernos, destinados a proteção da rede de dados e acesso à Internet e cerca de R\$ 40 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação da Instância Única. Em 2019, o Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicação das Empresas Eletrobras (Cotise) foi o responsável por:

- » Implantação do SAP Instância Única (SAP IU) nas empresas Eletrobras foi finalizado, em janeiro de 2020, com a inclusão da Eletronorte, a última a ser anexada ao sistema, atingindo o objetivo principal do Programa de Implantação do Padrão de ERP (ProERP).
- » Utilização do Business Intelligence e Analytics nas Empresas Eletrobras referentes as bases de dados das soluções integradas.
- » Padronização do Centro de Serviços Compartilhados, visando otimizar e agilizar, por meio de definição do processo, metodologia e framework de desenvolvimento.
- » Gestão unificada de demandas de TI das Empresas Eletrobras, incluindo um processo único para otimizar os atendimentos, possibilitando novas soluções integradas.
- » Implantação dos módulos Process Control (PC) e Risk Management (RM), da suíte SAP-Governance, Risk and Compliance (GRC), com objetivo de aprimorar a gestão de riscos e controles associados às Empresas Eletrobras.

Para o ano de 2020 estão previstas implantações de processos de gestão integrada, gestão fiscal, gestão de documentos, além de soluções de robotização e de inteligência artificial, como nova força de trabalho digital, proporcionando melhores processos através da automação e do uso mais eficiente dos recursos humanos. Encontra-se em andamento, também, em todas as Empresas Eletrobras, o projeto relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esse projeto tem quatro fases: mapeamento, avaliação e ajustes nos tratamentos de dados pessoais; ajuste legais em normativos; atendimento aos direitos de titulares de dados; e aprendizado e sensibilização. A política de privacidade das Empresas Eletrobras, já concluiu a metodologia de mapeamento e inventário de dados pessoais, requisitos para treinamento e banco de cláusulas contratuais junto a terceiros.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA ELETROBRAS EM 2019 (FIGURA 3)



Destaques em 2019

- » Aprovação da política matriz das Políticas e Regulamentos do Sistema Eletrobras, pelo Conselho de Administração, com o objetivo de sistematizar a gestão dos documentos normativos em todas as Empresas Eletrobras.
- » Revisão da Política de Alçadas das Empresas Eletrobras.
- » Divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa - (Todas as políticas estão disponíveis na área de Governança Corporativa no website da Eletrobras www.eletrobras.com.br).
- » Eleição de 24 conselheiros independentes nas Empresas Eletrobras, sendo seis na *Holding*.

É dever dos conselheiros de administração monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos acionistas, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Os administradores, conselheiros fiscais e membros dos comitês seguem os requisitos e vedações impostas pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto nº 8.945/2016 e pela Política de Indicações na *Holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras, sem prejuízo do que a este respeito dispõe a legislação vigente e o Estatuto Social da Companhia. O Manual dos Conselheiros de Administração Representantes das Empresas Eletrobras, informa, entre outros, os deveres e responsabilidades dos conselheiros.

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse, segundo o qual é vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos do art. 156 da Lei nº 6.404/1976. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

6.1. Assembleias Gerais de Acionistas

Em 2019, foram realizadas 1 (uma) Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE). A 174ª AGE da Eletrobras, tratou de novo prazo para a transferência do controle da distribuidora Amazonas D e outras providências, e a 175ª AGE tratou da aprovação de autorização para o aumento de capital social da Eletrobras por subscrição privada. Nas duas assembleias extraordinárias, a Companhia, embora não haja obrigatoriedade legal, disponibilizou aos seus acionistas a possibilidade de votar através do boletim de voto à distância, o que propiciou quóruns relevantes, de 76,53% e 59,94%, respectivamente.

6.2. Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento

O Conselho de Administração (CA) foi composto por 11 (onze) membros e reuniu-se 27 (vinte e sete) vezes em 2019, de acordo com as competências previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno. Os conselheiros atendem os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.404/1976, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016, Estatuto Social da Companhia e Política de Indicações das Empresas Eletrobras e todos os critérios legais e aplicáveis pelos órgãos reguladores. Os principais assuntos discutidos no CA foram:

- » Aumento do capital para capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) na *Holding*.

- » Emissão de *bonds* pela *Holding*.
- » Operação de emissão de debêntures de controladas.
- » Processo de desinvestimento em participações acionárias de SPEs.
- » Aprovação de operação de debêntures da *Holding*.
- » Operação de incorporação da Eletrosul pela CGTEE.
- » Acompanhamento e monitoramento de planos de previdência complementar e planos de assistência à saúde, com apoio do Comitê de Auditoria e Risco Estatutário (CAE).
- » Convocação de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e subsídio para aprovação da alienação da distribuidora Amazonas D.
- » Aprovação do contrato de compartilhamento do Centro de Serviços Compartilhados (CSC).
- » Arquivamento do Formulário 20-F na Securities and Exchange Commission.
- » Aprovação de programa de aprimoramento de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras.
- » Revisão/aprovação de documentos de governança da Eletrobras.
- » Revisão do Regimento Interno do CAE e eleição de membro independente.

O representante dos empregados foi eleito, em 2019, conforme Lei nº 12.353/2010 e Portaria nº 026/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para um prazo de gestão de dois anos, a contar da data da AGO, uma vez que o prazo de gestão (mandato) dos membros do Conselho de Administração (CA) é unificado.

É permitida, por lei e por disposição estatutária, até três reconduções. Em 2019, não houve mudanças nos requisitos mínimos para eleição.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (TABELA 20)

CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	MANDATO (1)	PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES %	OBSERVAÇÕES
José Guimarães Monforte	04.2019 a 04.2021	81	Eleito pela União
Wilson Ferreira Jr.	04.2019 a 04.2021	93	Eleito pela União / Membro independente
Vicente Falconi Campos	04.2019 a 04.2021	81	Representante da União / Membro independente
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	04.2019 a 04.2021	96	Representante da União / Membro independente
Ruy Flaks Schneider	04.2019 a 04.2021	100	Eleito pela União / Membro independente
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	04.2019 a 04.2021	94	Eleito pela União
Ricardo Brandão Silva	04.2019 a 04.2021	100	Eleito pela União
Marcelo de Siqueira Freitas	04.2019 a 04.2021	100	Eleito pela União
Daniel Alves Ferreira	04.2019 a 04.2021	94	Eleito por acionistas minoritários ordinaristas / Membro independente
Felipe Villela Dias	04.2019 a 04.2021	94	Eleito por acionistas minoritários preferencialistas
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	04.2019 a 04.2021	100	Eleito pelos Empregados da <i>Holding</i>
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	04.2019 a 04.2021	100	Eleito pelos Empregados da <i>Holding</i>

Obs: O Sr. José Pais Rangel apresentou carta de renúncia em 28.05.19. A Sra Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta apresentou carta de renúncia em 12.03.19, quando assumiu a Diretoria Financeira.

(1) O prazo do mandato se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros conforme artigo 26º do Estatuto Social da Eletrobras.

O Conselho de Administração (CA) foi assessorado, em 2019, por três comitês, como mostra a tabela abaixo:

COMITÊS DE ACESSORAMENTO E PRINCIPAIS ASSUNTOS TRATADOS (TABELA 21)

COMITÊS	MEMBROS EM 2019	PARTICIPAÇÃO % NAS REUNIÕES EM 2019	PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS EM 2019
Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS) (1) (12 reuniões)	José Guimarães Monforte Coordenador	100	- Participação do Processo de Planejamento Estratégico. - Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de indicadores, metas e iniciativas estratégicas. - Acompanhamento de iniciativas para aprimoramento da governança corporativa e sustentabilidade da companhia, incluindo-se estratégia para participação nos índices: Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice de governança IG-SEST (IG-SEST), Índice Ibovespa (B3). - Auxílio na elaboração do formulário aplique ou explique da CVM. - Monitoramento dos principais investimentos em obras/projetos em andamento. - Apoio nas diretrizes estratégicas e de governança e acompanhamento da formação da carteira de projetos. - Estratégia (Diretrizes e Objetivos Estratégicos). - Acompanhamento de projetos estratégicos. - Monitoramento da Estratégia de Comercialização de Energia.
	Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	75	
	Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	100	
Gestão, Pessoas e Elegibilidade (CGPE) (2) (20 reuniões)	Marcelo de Siqueira Freitas Coordenador	100	- Opinião sobre Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) e sobre indicadores e metas atrelados a gestão e pessoas. - Opinião sobre proposta de PLR. - Acompanhamento da evolução das práticas de indicação de administradores nas empresas subsidiárias. - Acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de gestão e pessoas. - Apoio ao CA no processo de avaliação de desempenho dos órgãos de administração da Eletrobras, inclusive mediante análise de metodologia. - Avaliação de medidas de evolução do sistema de remuneração e monitorar desligamentos pelo Plano de Demissão Voluntária (DV) e celebração de ACTs.
	Vicente Falconi Campos	82	
	Ruy Flaks Schneider	100	
Auditoria e Riscos (3) (*) (63 reuniões)	Mauro Gentile Rodrigues da Cunha (especialista)	95	- Análise e acompanhamento dos controles internos, sistema de gestão de riscos, de relatórios da ouvidoria, da auditoria interna e contabilidade, incluindo-se fidedignidade e completude das demonstrações financeiras e notas explicativas, - Análise de operações financeiras e monitoramento de investimentos Capex, dentre outras atribuições fixadas pela Lei 13.303 e pela CVM.
	Daniel Alves Ferreira	86	
	Luís Henrique Bassi Almeida	96	
	Felipe Villela Dias	84	

(1) Os Srs Carlos Eduardo Rodrigues Ferreira e Edvaldo Luís Risso deixaram de participar do Comitê em 29.04.2019.

(2) O Sr. Manoel Arlindo Zaroni Torres deixou de participar do Comitê em 31.03.2019. Os Srs Manoel Arlindo Zaroni Torres, José Guimarães Monforte, Carlos Eduardo Pereira e Walter Baêre de Araújo Filho deixaram de participar do Comitê em 29.04.2019.

(3) A Sra. Elvira Baracruhy Cavalcanti Presta deixou de participar após assumir a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores em 12.03.2019. O Sr. José Pais Rangel deixou de participar deste conselho após sua renúncia em 28.05.2019.

A participação ativa dos membros do CA nos comitês proporcionou maior segurança e confiabilidade na tomada de decisões. Isto porque, em cada reunião ordinária do CA há uma sessão dedicada a apresentação as atividades de cada comitê pelos respectivos representantes. Neste momento, os coordenadores não somente reportam os trabalhos realizados no mês pelo comitê respectivo, como sinalizam posicionamentos e opiniões relativas às matérias de deliberação do CA, que lhe são correlatas.

6.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) realizou 14 reuniões em 2019, entre ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno alterado em dezembro de 2019.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL (TABELA 22)

CONSELHO FISCAL*	MANDATO	PARTICIPAÇÃO %
Eduardo Coutinho Guerra	07.2018 a 04.2020	93
Patrícia Valente Stierli	04.2019 a 04.2021	100
Giuliano Barbato Wolf	04.2019 a 04.2021	100
Thaís Márcia Fernandes Matano Lacerda	04.2019 a 04.2021	100

* Os Srs. André Eduardo Dantas, Agnes Maria de Aragão da Costa e José Wanderley Uchôa Barreto deixaram o cargo em abril de 2019.

* O Sr. José Roberto Bueno Jr deixou o cargo em setembro de 2019.

6.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva (DEE) realizou 57 reuniões em 2019. Os diretores têm prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016).

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA 2019 (TABELA 23)

DIRETORIA EXECUTIVA*	MANDATO	PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES %
Wilson Pinto Ferreira Junior	07.2019 a 07.2021	100
Elvira Baracuh Cavalcanti Presta	07.2019 a 07.2021	100
Lucia Maria Martins Casasanta	07.2019 a 07.2021	98
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	07.2019 a 07.2021	100
Márcio Szechtman	07.2019 a 07.2021	100
Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	09.2019 a 07.2021	100

* O Sr. Armando Casado de Araujo deixou o cargo em janeiro de 2019.

* O Sr. Antonio Varejão deixou a Diretoria de Geração em abril de 2019.

* O Sr. José Antonio Muniz Lopes deixou a Diretoria de Transmissão em abril de 2019.

* A Sra. Aracilba Alves da Rocha deixou a Diretoria de Administração em abril de 2019.

REMUNERAÇÃO REALIZADA DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS (TABELA 24)

(Em R\$)

REMUNERAÇÃO	2019	2018	2017
Conselho de Administração	597.351,44	588.596,49	661.975,71
Conselho Fiscal	358.410,82	382.649,66	393.229,11
Diretoria Executiva	5.707.520,05	6.948.244,60	8.323.204,63
Comitê de Auditoria e Riscos	1.694.564,52	901.556,04	-

REMUNERAÇÃO PROPOSTA DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS AGO 2020 (TABELA 25)

(Em R\$)

REMUNERAÇÃO	2020
Conselho de Administração	626.729,79
Conselho Fiscal	391.706,12
Diretoria Executiva	10.834.739,00
Comitê de Auditoria e Riscos	2.350.236,70

Valores conforme Proposta de Administração 60ª AGO de 2020.

Desempenho, Avaliação e Treinamento da Administração

A avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva (DEE) e Conselho Fiscal (CF) vem sendo realizada desde 2013. A partir de 2018, esta pesquisa passou a ser feita de maneira independente por consultoria externa em todas as empresas Eletrobras e nos Comitês do Conselho de Administração da *Holding*. Envolve também os Diretores e Conselheiros do Cepel e das SPEs nas quais a Eletrobras ou suas controladas possuem participação majoritária.

Em 2019, os procedimentos de avaliação foram aprimorados incluindo entrevista estruturada, autoavaliação e avaliações personalizadas para os Presidentes dos Conselhos de Administração e Diretores-Presidentes. Os critérios de avaliação contemplam três pilares: competências, resultados e atribuições do órgão. As avaliações do ciclo 2019/2020 estão em andamento, com a conclusão prevista para o fim de março de 2020.

Em relação às ações educacionais para os administradores, foi realizada a palestra sobre “Riscos, Controles Internos e Integridade” para o CA da *Holding* com transmissão para as controladas e quatro workshops presenciais nas bases Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis com temas como “Papéis e Responsabilidades de Conselheiros e Administradores”, “Direitos Humanos”, “Governança Corporativa” e “Gestão de SPEs”, com índice de participação de 53%.

O Conselho de Administração da *Holding* participou ainda de palestras sobre 1) Riscos, Controles Internos e Integridade; 2) Direito regulatório no Setor Elétrico; 3) Comercialização de energia; 4) Deveres fiduciários de lealdade e diligência no trato de informações corporativas relevantes; 5) Responsabilidade dos administradores, com ênfase à Política de Divulgação; e 6) Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários das Empresas Eletrobras, sendo que a última contou com participação dos Conselheiros Fiscais e Diretores da *Holding*, além de Conselheiros de Administração e Fiscais das empresas controladas. Em novembro de 2019, os membros do Conselho de Administração visitaram a Usina de Angra II e o Cepel.

A Eletrobras aprovou ainda o Programa de Aprimoramento de Conselheiros e Diretores das Empresas Eletrobras, com a previsão de palestras periódicas na ocasião de reuniões ordinárias. Os temas das palestras buscam atender o feedback dos próprios conselheiros em pesquisas realizadas anualmente e quando da sua posse.

6.5. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

A gestão de riscos nas Empresas Eletrobras segue as normas internacionais ISO 31000 - Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes e os Controles Internos; *Enterprise Risk Management Framework* (COSO ERM) e *Internal Control Integrated Framework* (COSO 2013).

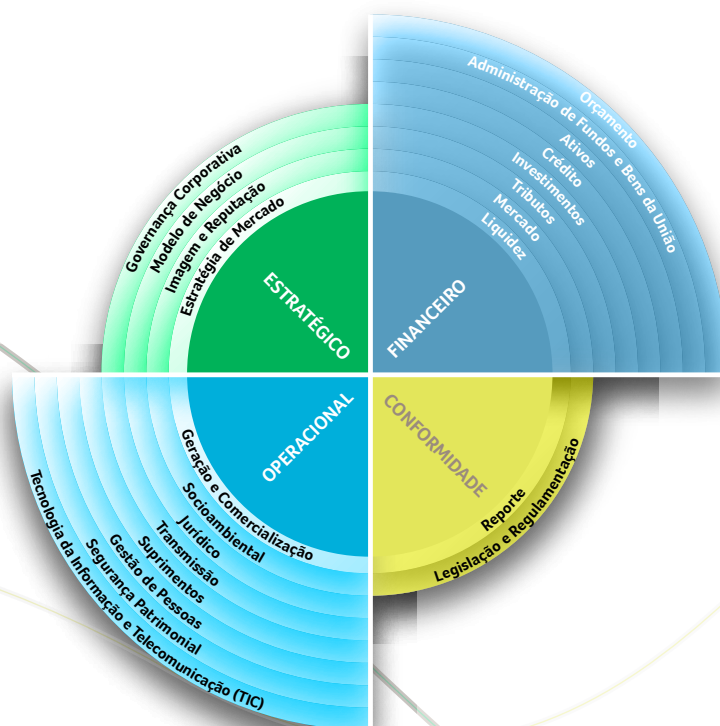
O processo de gestão de riscos das Empresas Eletrobras tem como base legal as Leis nºs 13.303/2016 e 12.846/2013, em conjunto com o Decreto nº 8.945/2016. Dessa forma, o modelo de gestão de riscos parte da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. A última etapa é a adequada comunicação dos riscos, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado e as determinações dos órgãos reguladores.

O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) é o responsável por monitorar e acompanhar os planos de ação, resultado dos relatos mensais feitos pelos auditores independentes, auditoria interna e área de controles internos acerca do status dos trabalhos da Certificação SOX – notadamente em relação aos gaps identificados em anos anteriores. Mensalmente, os auditores independentes fazem relatos ao Comitê, à Auditoria Interna e à área de Controles Internos acerca do status dos trabalhos da Certificação SOX.

Em 2019, os riscos de Marco Regulatório; Comercialização de Energia; Novos Negócios; Direitos Humanos; Fluxo de Caixa; Demonstrações Contábeis e Financeiras; Gestão do Negócio de SPes; Segurança de Barragens; Operação e Manutenção da Transmissão; Operação e Manutenção da Geração; Armazenamento de Elementos Combustíveis Irrradiados; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Formação e Gestão do Contencioso; e Fraude e Corrupção foram priorizados e analisados pelo Conselho de Administração. Os seus planos de ação continuam sob acompanhamento constante de seus gestores responsáveis.

A Eletrobras planeja implantar um sistema automatizado de gestão de riscos a fim de facilitar a elaboração de suas análises e acompanhamento da eficácia das ações de mitigação de riscos propostas.

MATRIZ DE RISCO DA ELETROBRAS EM 2019 (FIGURA 4)



6.6. Compliance e Práticas Anticorrupção

O atual programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, Programa Eletrobras 5 Dimensões, representa o amadurecimento das ações históricas da Eletrobras no combate à fraude e corrupção. Desde a sua reestruturação, em outubro de 2016, as Empresas Eletrobras vêm ganhando destaque pelo reconhecimento da efetividade do programa, tanto nos resultados de sua investigação independente na esteira da Operação Lava Jato, como nos respectivos encerramentos de eventuais questionamentos por parte de autoridades competentes.

Destaque em 2019

- » Consolidação do processo de avaliação de integridade de terceiros, que envolve fornecedores, patrocinadores, doações, convênio e ações sociais; e ainda os indicados para Membros de Governança (Diretores e Conselheiros das Empresas Eletrobras) e os processos de Desinvestimentos – participação no Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019.
- » Aprovação da Política de Administração de Conflitos de Interesses que visa estabelecer diretrizes para membros de colegiados de governança, colaboradores, representantes e terceiros das Empresas Eletrobras, na prevenção, identificação, declaração de situações que possam configurar conflitos de interesses, e orientar como proceder em tais casos, a fim de que as condutas sejam sempre pautadas pelos Princípios da Ética, Integridade e Transparência e alinhadas com os valores do Sistema Eletrobras.
- » A Avaliação do Risco de Fraude e Corrupção tiveram como foco o tratamento dos riscos priorizados em cada empresa Eletrobras, por meio do acompanhamento das recomendações emitidas pela área de integridade no sentido de mitigar os fatores de risco identificados.
- » Revisão da metodologia de priorização e tratamento do risco de fraude e corrupção, ajustando-a e agrupando-a em 11 fatores de risco principais. Esses fatores são relacionados aos macroprocessos/processos das Empresas Eletrobras, onde estes podem se materializar.

6.7. Processo de Investigação Independente

Em 30 de abril de 2018, foi encerrada a ação de investigação independente, iniciada em 2015, pelo escritório Hogan Lovells, após denúncias no âmbito da Operação Lava Jato. A partir desta data, todos os novos assuntos relacionados ao tema, são conduzidos internamente, pela própria Eletrobras, por intermédio de sua Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade. Para isso, a Companhia vem adotando as medidas necessárias para viabilização de estrutura dedicada, com o aprimoramento do processo de gestão e tratamento de denúncias coordenado pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI) criado em 2017, juntamente com a contratação de um canal de denúncias externo, bem como a capacitação de seus empregados para apuração de denúncias de corrupção.

Quanto às medidas de ressarcimento, a Companhia e suas controladas Furnas, Chesf e Eletronorte, aderiram no final de 2018, ao acordo de leniência firmado entre CGU e a Odebrecht, o que representa uma oportunidade para recuperar parte dos prejuízos causados às empresas citadas, no âmbito do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato. O acordo de leniência com a Odebrecht destinou R\$ 162 milhões a serem pagos à Eletrobras e suas controladas, em até 21 anos, atualizados pela Selic. A primeira parcela do Acordo, que deveria ter sido paga em conjunto com a segunda parcela em outubro de 2019, encontra-se pendente de autorização judicial para liberação do crédito que já está depositado em juízo. Por sua vez, a segunda parcela, vencida em outubro de 2019, teve o vencimento postergado até 30/03/2020, por solicitação da Odebrecht à Advocacia Geral da União (AGU) e Controladoria Geral de União (CGU). Pelo fato de não ter recebido até o momento nenhum valor devido por força da adesão ao Acordo, a Eletrobras constituiu uma Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) nas demonstrações financeiras consolidadas do 2019.

A Eletrobras permanece monitorando as notícias de mídia, relacionadas à Operação Lava Jato, de forma a adotar providências imediatas e eficazes, caso haja algum desdobramento das investigações que digam respeito às empresas do Sistema Eletrobras.

6.8. Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Eletrobras tem o papel fundamental de apoiar a Alta Administração na avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle.

No exercício de 2019, foram produzidos 22 (vinte e dois) Relatórios de Auditoria, dentre os quais se destacam como mais relevante os seguintes:

- » Pilar Estratégico: Gestão da Governança Corporativa e Gestão de Riscos Corporativos;
- » Pilar Financeiro: Gestão de Negócios Corporativos e Participações Acionárias, Gestão Contábil, Gestão Tributária e Fiscal, e Gestão de Fundos de Pensão;
- » Pilar Operacional: Gestão de Infraestrutura, Serviços e Segurança Empresarial, Gestão de Pessoas e do Conhecimento, Gestão do Contencioso, Gestão do Empréstimo Compulsório; e
- » Pilar Conformidade: Integridade e Conformidade.

O monitoramento das recomendações da auditoria é acompanhado e reportado, periodicamente, ao Comitê de Auditoria e Risco Estatutário (CAE). Destaca-se também a Nota Técnica SEI nº 23/2019/CGPPE/SEST/SEDDM-ME do SEST, que manifestou sobre as regras gerais para aplicação da Participação nos Resultados (PLR) referente ao exercício de 2019. Foi determinada a criação de um deflator no pagamento individual dos gestores relativo ao cumprimento de prazos e recomendações da auditoria interna e de determinações ou recomendações dos órgãos de controle, obedecendo ao seguinte critério:

- Até uma recomendação: deflator de 5% no pagamento individual.
- Entre dois e cinco recomendações: deflator de 7% no pagamento individual.
- Mais de cinco recomendações: deflator de 10% no pagamento individual.

Os atendimentos às demandas de Órgãos de Controle - Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), tais como auditorias, fiscalizações, solicitações de informação, recomendações e determinações, entre outras, foram realizados de forma contínua.

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) no Sistema Eletrobras, que contempla toda a atividade de auditoria interna, como o processo de planejamento, de execução dos trabalhos, de comunicação dos resultados e de monitoramento, foi aprimorado, com destaque para:

- » Padronização e adequação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), utilizando como base os riscos priorizados pela Companhia.
- » Padronização do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT).
- » Acompanhamento das métricas de desempenho da auditoria interna, com o intuito de monitorar e aperfeiçoar os processos.
- » Relatório padronizado com os principais resultados das Empresas Eletrobras ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE).

Remediação de Deficiências

A Auditoria Interna executa e avalia, por meio de testes, a estrutura de controles internos da administração, processos de negócio e de tecnologia da informação que possam impactar, de forma relevante, nas demonstrações financeiras da empresa.

Todas as deficiências identificadas na realização dos testes da administração são encaminhadas às áreas de controles internos para iniciar o programa de remediação. Este programa engloba tanto as falhas identificadas pela Auditoria Interna quanto aquelas apontadas e divulgadas pelo Auditor Externo, como mais relevantes ou de maior criticidade.

Durante o exercício de 2019, consultores externos auxiliaram a Auditoria Interna a corrigir as deficiências significativas e revisitar os controles internos, a fim de cumprir a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Este processo englobou todas as empresas incluídas no escopo desta certificação.

Foram implementados planos de ação para tratamento das deficiências de controles internos, visando eliminar a fraqueza material apontada na certificação de 2018. Todas as não conformidades apontadas pela auditoria interna, em seus testes de controles, são oficialmente reportadas às empresas escopo da certificação no evento de subcertificação.

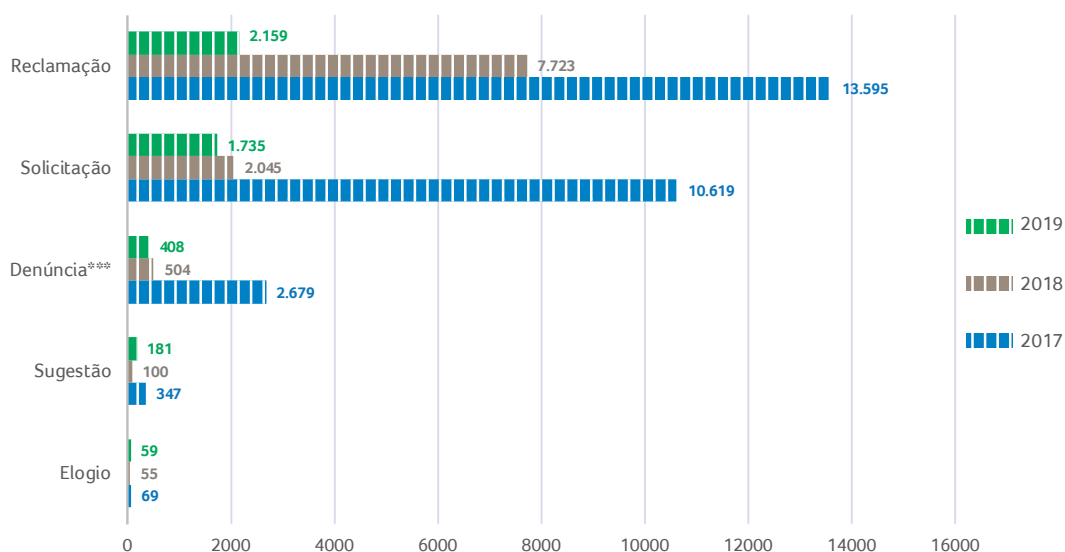
Os controles classificados como ineficazes nos testes da administração compõem a base do projeto de remediação das deficiências.

6.9. Ouvidoria

A Ouvidoria atende tanto do público interno quanto externo com ferramentas que garantem, a qualquer pessoa, solicitar informações, fazer sugestões, reclamações ou elogios. O papel da Ouvidoria é buscar, em parceria com todas as áreas da empresa, soluções para as questões recebidas, visando a melhoria dos nossos processos internos e a transparência.

Em 2019, houve uma queda de 56% no número de manifestações recebidas pelas Empresas Eletrobras, passando de 10.427, em 2018, para 4.542 em 2019. Essa redução deve-se à privatização das empresas de distribuição nos estados de Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima. Cerca de 73% de todas as solicitações recebidas em 2019 vieram através da Eletrobras Holding. Excluindo o efeito das empresas distribuidoras em 2018, houve um aumento de 36% nas manifestações, passando de 3.339 em 2018 para 4.542 em 2019, embora 474 das 4.542 sejam manifestações sobre as distribuidoras recebidas pelas Eletrobras, Amazonas GT e Eletronorte.

MANIFESTAÇÃO POR TIPO NO SISTEMA ELETROBRAS (GRÁFICO 7)



A Ouvidoria Geral da Eletrobras conta com diversas entradas para recebimento de manifestações:

- » Sistema de Ouvidoria (SOU) – registro direto por site www.eletrobras.com.br e intranet.
- » Telefones (21) 2514- 5895 / (21) 2514-4538 (atendimento em horário comercial).
- » Atendimento presencial ou carta no seguinte endereço:
Escritório Central da Eletrobras
Rua da Quitanda, 196/4º Andar – Centro
Rio de Janeiro, CEP 20091-005
- » E-mail: ouvidoria@eletrobras.com.
- » Canal de Denúncias Eletrobras (externo) – www.eletrobras.com.br /e ligação gratuita 0800 377 8037

Canal de Denúncias Externo

A variação das denúncias verificadas entre os anos de 2017 e 2018 justifica-se pela diminuição dos registros de falhas no serviço e furto de energia das distribuidoras, que antes eram recebidas no Sistema de Ouvidoria (SOU) e agora são tratadas diretamente pelas empresas de distribuição, que não pertencem mais ao Sistema Eletrobras.

Dentre as 408 denúncias válidas recebidas no Canal de Denúncias da Eletrobras, 282 foram finalizadas e 126 ainda permaneciam em apuração. Das denúncias válidas, os principais temas foram: Infração a Normas, Regulamentos, Contratos e Legislação (321 ocorrências), Infração Ética (44) e Infração ao Programa de Integridade (41) e outros assuntos (2).

As demais manifestações, que não tenham caráter de denúncia, são encaminhadas para registro no Sistema de Ouvidoria da respectiva empresa para tratamento local e são registradas no Canal de Denúncias como “fora do escopo”.

O Comitê do Sistema de Integridade (CSI) é responsável pelo macroprocesso de gestão e tratamento de todas as acusações e infrações detectadas e registradas no Canal de Denúncias da Eletrobras, referentes às empresas do grupo, exceto aquelas que envolvam diretores e conselheiros das empresas. Em 2019, foram recebidas 307 denúncias de responsabilidade do CSI, sendo 259 encerradas (inclusive de anos anteriores).

Destaques em 2019

O processo de gestão e tratamento das denúncias avançou com:

- » Formulário exclusivo para as ouvidorias das empresas, permitindo a padronização e requisitos de qualidade para o documento.
- » Criação da área de Gestão de Apuração de Denúncias na *Holding*, subordinada ao Conselho de Administração, que coordena as áreas equivalentes nas subsidiárias.
- » A apuração de denúncias também passou a contar com roteiros e documentos que garantem a uniformização e a qualidade da atividade em todas as empresas do grupo.

Para 2020, estão previstos atualizações e detalhamentos de procedimentos relativos à responsabilização e remediação de denúncias. E, também, o desenvolvimento de indicadores de desempenho para a atividade e contratação de sistemas de apoio à apuração de denúncias.

SIC– Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Eletrobras criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) onde disponibiliza dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2019, foram recebidos um total de 683 pedidos de informações e todos foram atendidos dentro do exercício.

Entre as Empresas Eletrobras, a *Holding* foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC, 205 no total com tempo médio de resposta de 9,08 dias.



7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

7.1. Desempenho Empresarial

O desempenho da Eletrobras, monitorado pelo Conselho de Administração, é medido pelo Índice Scorecard Estratégico, que reúne indicadores de natureza financeira, operacional, socioambiental, de governança e integridade empresarial. Esse resultado é baseado nos Contratos de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), instrumento do processo de planejamento e gestão das Empresas Eletrobras com abrangência quinquenal e a possibilidade de revisão anual. E, também, no programa de Remuneração Variável Anual (RVA) dos Presidentes e Diretores das Companhias, que é construído partir de indicadores anualmente pactuadas entre a Eletrobras e suas controladas. Essas metas são derivadas do Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG) e dos Planos de Negócios e Gestão das empresas (PNGs), ambos referentes ao período 2019-2023. Além da aprovação pelos Conselhos de Administração, há a concordância, ainda, do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SESTt), que pertence ao Ministério da Economia.

7.2. Responsabilidade Social

A Eletrobras procura conduzir seus negócios e atividades de maneira comprometida com o respeito aos direitos humanos, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua.

Destaques em 2019

- » Lançamento do 1º Edital de Projetos Sociais das Empresas Eletrobras. Este edital teve a educação como eixo estruturante e focou na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida de grupos em situação de vulnerabilidade. Essa pauta está em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.
- » O Programa de Coleta Seletiva Solidária, em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Três cooperativas receberam aproximadamente 26 toneladas de resíduos recicláveis, proporcionando uma renda de R\$ 28,6 mil.
- » O Comitê de Gênero, Raça e Diversidade organizou quatro Oficinas de Promoção do Respeito à Diversidade para os comitês de gênero das Empresas Eletrobras.
- » O 9º Fórum Mulheres em Destaque, patrocinado pela Eletrobras, em novembro, buscou apresentar caminhos para promover transformações efetivas no âmbito da diversidade e equidade de gênero nas corporações.

- » Programa Eletrobras de Voluntariado permitiu que os voluntários da Eletrobras dedicassem 598 horas a 59 ações e seis campanhas, beneficiando 3.597 pessoas. A empresa investiu R\$ 51,6 mil no apoio à realização das atividades e mobilização de voluntários.

Programa Eletrobras de Voluntariado / Campanha de Natal. Fotógrafo: Claudio Ribeiro



- » A Eletrobras deu continuidade à sua participação nos projetos com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 4.500 indígenas e 40 aldeias. Esses projetos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a SPE Norte Energia e as instituições representativas dos Kayapó. Em 2019, o investimento total foi de R\$ 2,1 milhões. Os projetos são financiados pela Norte Energia, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu.



Projeto Kayapó – Acervo Instituto Kabu

- » O Programa Cultural das Empresas Eletrobras, com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991 ou Lei Rouanet) foi retomado. Por edital, a Holding contratou quatro projetos da área de Artes Cênicas, no segmento de Teatro e outros dois por escolha direta, num total de R\$ 1,5 milhão.

- » Na primeira edição do Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras, com base em projetos esportivos aprovados na Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/ 2006), a Holding contratou, por edital, dois projetos nas modalidades Surf e Vela, num total de R\$ 297 mil.

PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS APOIADAS PELA ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 26)

(Em R\$)

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS: VALORES REPASSADOS		HOLDING	
		2019	2018
1	Projetos e Ações Sociais	-	-
1.4	Geração de Trabalho e Renda	28.060,54	-
Subtotal Projetos e Ações Sociais		28.060,54	-
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	685,80	4.794,40
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	50.374,22	2.500,00
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	26.585,95	11.013,18
Subtotal Voluntariado		77.645,97	18.307,58
6.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	-	-
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	296.988,85	-
Subtotal Patrocínios Esportivos		296.988,85	-
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.500.000,00	2.084.000,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	80.000,00	2.167.700,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		1.580.000,00	4.251.700,00
Total de investimentos repassados em 2019		1.982.695,36	4.270.007,58

A Eletrobras manteve-se signatária do Pacto Global, do qual participa desde 2006, e continua na coordenação colegiada do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas.

Publicidade e Comunicação

A Eletrobras aplica a maior parte dos recursos de publicidade e comunicação em ações institucionais, sendo que R\$ 8,8 milhões dizem respeito ao Procel (com orçamento que provém do 3º Plano de Aplicação de Recursos do Procel), e R\$ 7,5 milhões, a ações de publicidade da empresa.

INVESTIMENTOS EM PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO (TABELA 27)

(Em R\$)

PRODUTO	2019	2018
Publicidade Institucional Eletrobras	16.373.092,32	3.224.264,65
Publicidade Oficial (Legal)	4.329.256,19	5.778.534,50
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	974.571,31	2.616.134,09
Total	21.676.919,82	11.618.933,24

7.3. Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental realiza o monitoramento das ações das Empresas Eletrobras relativas ao meio ambiente. Seus três principais instrumentos são a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA) e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS). Um quarto instrumento está sendo desenvolvido: o Sistema de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental (SAL), uma ferramenta informatizada de gestão que será utilizada para acompanhar as licenças ambientais e suas condicionantes nos empreendimentos de geração de suas empresas.

Política Ambiental

Aprovada em junho de 2019, a quarta versão da Política Ambiental das Empresas Eletrobras considerou o teor da Norma ISO 14.001. Buscou ainda o alinhamento aos preceitos do Pacto Global, ao incentivar o desenvolvimento sustentável e ao destacar a abordagem preventiva no que concerne às questões ambientais. Esta política leva em conta também as regras de *Compliance* e as Diretrizes para Relacionamento com Comunidades Indígenas.

Comitê de Meio Ambiente

O Grupo de Trabalho de Recursos Aquáticos e Biodiversidade do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA) vêm desenvolvendo um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade, aos serviços ecossistêmicos e às oportunidades desta interação para as empresas Eletrobras. Em 2019, o GT avaliou o serviço ecossistêmico “Provisão de Água”. Os resultados demonstram que este é um dos serviços ecossistêmicos de maior relevância para as Empresas Eletrobras, sendo necessário, além de avaliar mais profundamente a magnitude dos riscos e custos associados, propor estratégias que visem melhorar a gestão do tema dentro das empresas.

Sistema IGS

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS) compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderentes aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

Outras Certificações

Além do IGS, as Empresas Eletrobras possuem certificações ISO 14.001 nas seguintes operações: UHE Tucuruí e UHE Coaracy Nunes, da Eletrobras Eletronorte. A Eletrobras Chesf possui certificação ISO 14.001 no serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas da Eletrobras Furnas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei Estadual nº 1.898/1991.

Em 2019, a Eletrobras aderiu ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade. O documento, lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), define nove metas a serem cumpridas até 2030, com o objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas.

No âmbito das mudanças climáticas, o Carbon Disclosure Project (CDP) elevou a classificação da Eletrobras de “C”, para “B” em Climate Change (2019/2020).

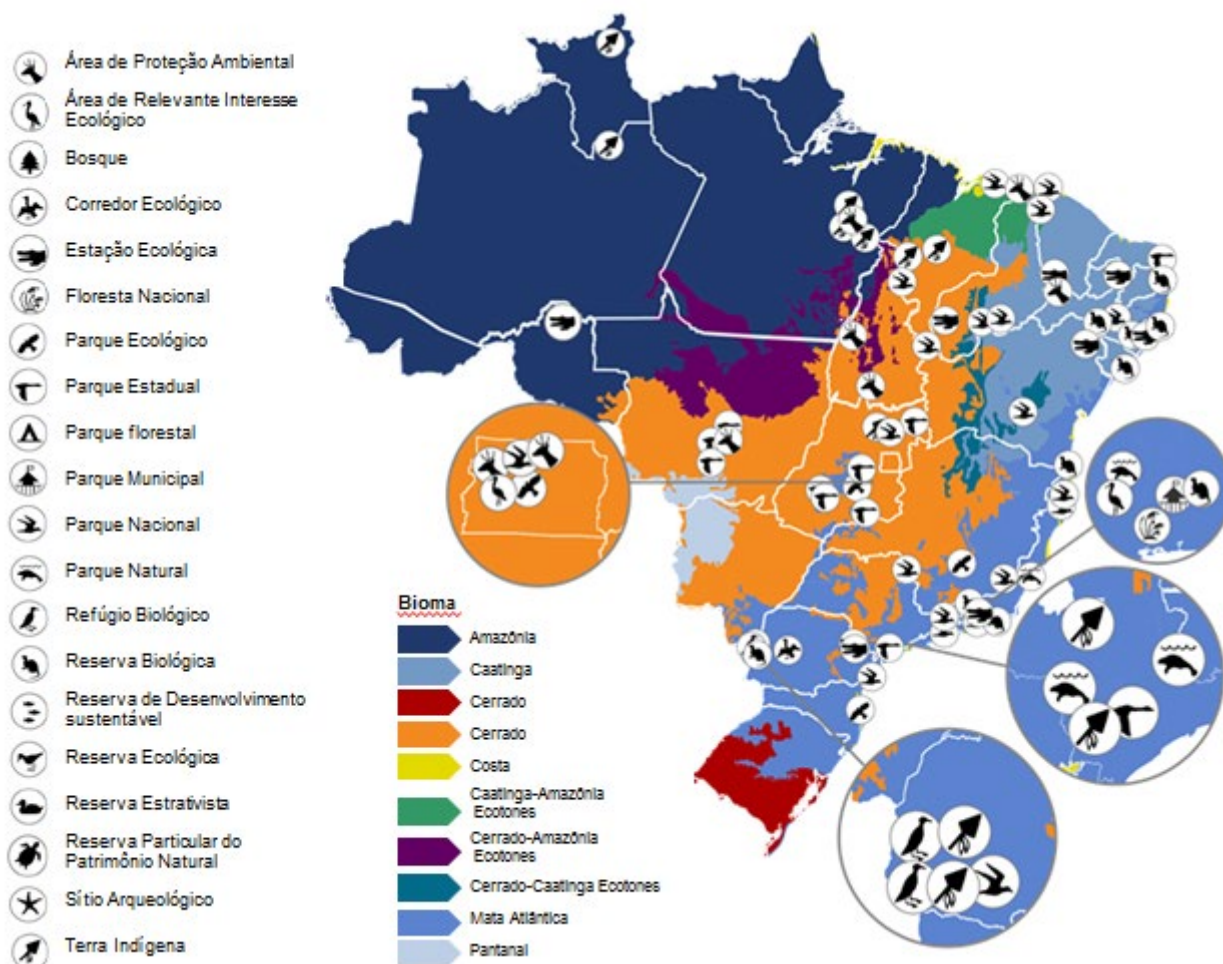
O CDP concedeu, na primeira avaliação, nota A- à Companhia pelo Engajamento de Fornecedores (Supplier Engagement Rating - SER), sobre a performance em governança, metas, emissões de escopo 3 (indiretas) e engajamento da cadeia de valor.

Além disso, no CDP Water Security 2019, a Eletrobras subiu de “B” para “A-”, conquistando a categoria “Leadership”.

Ações e Projetos Ambientais

O apoio às unidades de conservação tem se mostrado uma medida eficaz para contribuir com a proteção da biodiversidade. As Empresas Eletrobras apoiam áreas protegidas, como unidades de conservação, terras indígenas e sítios arqueológicos, localizados nos principais biomas brasileiros (Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pampa). Destacam-se ainda as áreas protegidas de propriedade das Empresas Eletrobras, criadas com o intuito de contribuir para a conservação da biodiversidade regional, a pesquisa científica e a educação ambiental.

PROJETOS AMBIENTAIS (MAPA 4)



Relacionamento com os Stakeholders

As diretrizes para remanejamento de populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras preconizam que as informações sobre os projetos, seus impactos, medidas de compensação e reparação, critérios de avaliação, formas de indenização e direitos da população afetada devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados ao projeto, sendo adequados e acessíveis aos envolvidos.

As Empresas Eletrobras promovem um amplo processo de interação com os grupos sociais envolvidos com base no diálogo, na transparência e na participação das diversas instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população.

Subordinadas ao Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras estão nos grupos de trabalho:

- » **Educação Ambiental** - realizou diálogos presenciais sobre a metodologia de Educação Ambiental para o Licenciamento Ambiental nas empresas.
- » **População Atingida** - promoveu a discussão sobre Direitos Humanos e Negócios, com foco em situações que envolvem comunidades atingidas por obras de infraestrutura.
- » **Assuntos Indígenas** - iniciou a análise dos protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada, elaborados por comunidades tradicionais.

A Eletrobras, em parceria, com a estatal boliviana ENDE, desenvolve, desde 2018, ações do Programa de Comunicação e Interação Social (PCS), no âmbito dos Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do rio Madeira, na fronteira entre Brasil e Bolívia, que serão concluídos em 2020.

Em Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, está instalado o Centro de Informação do Estudo de Inventário Binacional que durante a semana oferece atendimento presencial ao público, das duas margens que deseja informações sobre os estudos. No local, também são realizadas reuniões com apresentações e treinamentos das Normas de Conduta em Campo elaborado para os colaboradores do projeto.

7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Em 2019, não houve alterações no portfólio total de marcas da Eletrobras, mantendo total de 106 (cento e seis) registros de marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), sendo 13 (treze) referentes à logomarca antiga, 32 (trinta e duas) à logomarca nova, e 12 (doze) à marca nominativa. Outros 49 (quarenta e nove) registros de marca estão associados ao Procel.

Prêmios e Reconhecimentos

A Eletrobras foi listada pela 12ª vez no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa, Balcão – [B3]. Melhorou também seu desempenho no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, passando de 50 para 56 pontos, apenas quatro abaixo da pontuação máxima.

Pela terceira vez consecutiva a Companhia, alcançou a nota máxima, IG-Sest Nível 1 (nível de excelência), em todas as dimensões, no 4º Ciclo da Certificação do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), representando o atendimento a todos os itens de Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias. Além da *Holding*, a certificação incluiu, ainda, as controladas Chesf, Eletrosul, CGTEE, Amazonas GT, Furnas, Eletronuclear e Eletronorte, que também atingiram o IG-SEST Nível 1.

A obtenção de tais certificações demonstra o esforço conjunto do Sistema Eletrobras, coordenado pela *Holding*, visando à melhoria dos processos para atendimento às boas práticas de governança corporativa, alinhada às diretrizes estratégicas contidas no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras.

Destaques em 2019

- » **Melhor CEO** – Wilson Ferreira Junior melhor diretor executivo (Latin America's Best CEOs), na pesquisa Latin America Team, na categoria Electric & Other Utilities.
- » **Carbon Clean 200** – Eletrobras – listada entre as 200 empresas do mundo, com ações em bolsa, que se destacam com rendimentos obtidos a partir de produtos e serviços de baixo carbono. A Eletrobras é uma das nove companhias nacionais a integrar o ranking.
- » **100 Mais Influentes da Energia** – Wilson Ferreira Junior – indicado na categoria Eficiência Energética, pelo Grupo Midia
- » **Institutional Investor** – Eletrobras – destacada na 28ª posição no ranking geral e na 4ª posição no âmbito das empresas do setor de energia elétrica, considerados os maiores lucros líquidos, margens líquidas, lucros da atividade, Ebitda e patrimônios líquidos do país pela Revista Valor 1000.
- » **Selo Women on Board (WOB)** – Eletrobras Furnas, Eletronorte, Eletrosul, CGTEE – reconhecimento da ONU Mulheres pela participação de duas ou mais mulheres em seus conselhos, priorizando o tratamento da diversidade de gênero em seus negócios e incentivando seus parceiros a aderirem ao mesmo movimento.
- » **Prêmio WEPs Brasil 2019** – Empresas Empoderando Mulheres – Eletrobras Eletrosul – premiada na categoria Empresas de Grande Porte – Prata pela ONU Mulheres e Pacto Global, como promotora da cultura de equidade de gênero e de empoderamento da mulher no país.
- » **Melhores Empresas do Brasil 2019** – Eletrobras – obteve o 3º. Lugar no segmento de Energia em Desempenho Financeiro; 4º. Lugar em Visão de Futuro; 7º. Lugar em Capital Aberto e 8º. Lugar no Ranking Geral do Anuário Época Negócios 360º, da Revista Época Negócios.
- » **Prêmio CSC Destaque 2019** – Eletrobras – premiada em 1º Lugar na categoria CSC Destaque, pela Associação Brasileira de Serviços Compartilhados (ABSC)
- » **Profissional Mais Admirada** – Lucia Casasanta – eleita entre os 20 executivos de *Compliance* mais admirados do país pelo Anuário *Compliance On Top 2019*. Elaborado pela -Vittore Partners e dLE-C-Legal, Ethics, *Compliance*.

Em março de 2020, a Eletrobras foi premiada com o “Melhor Departamento Financeiro Interno: Infraestrutura e Energia” pela Finance and Law Summit & Awaradas (Filasa).

7.5. Gestão de Pessoas

A Eletrobras encerrou o ano de 2019 com 13.089 empregados efetivos (excluindo a parte brasileira de Itaipu) contra 17.233 empregados em 2018, o que representa uma redução de 24% do quadro efetivo. Desse total, 4.368 empregados estavam nos segmentos administrativo e 8.721 no operacional. A redução deve-se, principalmente, ao Plano de Demissão Consensual (PDC), à queda nas admissões e à transferência de controle acionário das distribuidoras Ceal e Amazonas D, ocorrido em 2019. Em janeiro de 2020, o quadro de empregados da Eletrobras era de 12.568, em razão dos desligamentos pelo PDC processados em 01/01/2020.

Nº DE EMPREGADOS EFETIVOS NAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 28)

EMPRESA	REGIÃO										EXPA- TRIADO (1)	TOTAL (2)
	NORTE		NORDESTE		CENTRO- OESTE		SUDESTE		SUL			
	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.		
Eletrobras					5	14	252	467			1	739
Cepel							76	234				310
CGTEE									50	276		326
Chesf			587	2.606								3.193
Eletronorte	137	1.028	30	248	309	744	2	30				2.528
Eletronuclear							320	1.370				1.690
Eletropar							3	1				4
Eletrosul									165	893		1.058
Furnas		6			42	306	470	1.924	4	85		2.837
Amazonas GT	59	345										404
Total Eletrobras sem Itaipu	196	1.379	617	2.854	356	1.064	1.123	4.026	219	1.254	1	13.089
Total Feminino												2.511
Total Masculino												10.578
Itaipu (margem brasileira)	-	-	-	-	2	2	-	-	1.057	262		1.323

(1) A partir de 2019 optou-se por fazer a separação de empregado da Holding que fica lotado no escritório internacional em Montevideo, Uruguai.

(2) Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, e contempla os colaboradores que estão nas empresas. O quadro efetivo é composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos e os que estão em licença sem vencimentos e aposentados por invalidez. Dados de Itaipu são separados por não ser empresa consolidada no Sistema Eletrobras.

Admissões – As admissões somaram 43 empregados concursados, sendo 29 via concurso público da Itaipu Binacional, e 14 via concurso e reintegração judicial, com destaque para 8 em Furnas, o que representa uma redução de 86% em relação ao total de admissões do ano anterior.

Mão-de-Obra Contratada – O total de mão-de-obra contratada teve redução de 100%, saindo de 4.377 para 0. Deve-se a isso:

- » Redução total de mão de obra contratada das empresas Distribuidoras Ceal e Amazonas D, que foram privatizadas em 2018.
- » Da mão de obra contratada reportada por Furnas em 2018, um total de 1.046 pessoas, passou por um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com os desligamentos de todos ocorridos em dezembro de 2019. Houve a mudança de vínculo de 94 pessoas que passaram a ser consideradas como empregadas.
- » A partir de 2019, por uma alteração de metodologia da Eletrobras, os valores reportados pela Eletronuclear como mão de obra contratada, passam a ser considerados como serviços de terceiros.

Rotatividade nas Empresas Eletrobras – O índice de rotatividade das empresas Eletrobras reduziu 0,68 p.p. A variação no indicador traz como destaque a privatização das empresas Distribuidoras.

ROTATIVIDADE NAS EMPRESAS ELETROBRAS (TABELA 29)

ÍNDICE DE ROTATIVIDADE	2019	2018	2017
Total Empresas Eletrobras	0,33%	1,01%	1,33%
Itaipu	3,73%	3,79%	3,30%

Plano de Demissão Consensual (PDC)

Em 2019 houve lançamento de dois Planos de Demissão Consensual (PDC) implantados simultaneamente na *Holding* e nas empresas Amazonas GT, CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas. São iniciativas previstas no PDNG. As condições de ambos os planos foram aprovadas previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Os 1.726 empregados desligados representam um aumento de 91% em comparação aos 905 que saíram em 2018 e uma redução de 16% quando comparado aos 2.055 desligamentos de 2017 em função do Plano de Demissão Voluntário Extraordinário e do Plano de Aposentadoria Extraordinário.

IMPACTO FINANCEIRO DO PDC 1 NAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 30)

(Em R\$ mil)

EMPRESAS ELETROBRAS	INSCRITOS APROVADOS E DESLIGADOS NO PDC (1)	INDENIZAÇÕES DO PDC (2)	GASTOS ESTIMADOS COM PLANO DE SAÚDE	ECONOMIA ESTIMADA 2019	ECONOMIA ESTIMADA ANUAL
Amazonas GT	14	2.897,27	371,23	1.529,91	2.671,24
Cepel	22	4.390,17	3.338,57	3.334,84	6.033,43
CGTEE	4	470,00	126,00	465,21	818,43
Chesf	95	22.022,39	17.407,54	13.871,21	27.078,81
Eletronorte	147	61.288,72	16.733,45	35.475,00	68.767,39
Eletronuclear	29	7.792,12	1.309,43	5.017,11	9.629,50
Eletrosul	53	13.617,66	2.730,20	12.575,21	23.680,35
Furnas	73	19.011,03	7.361,83	16.641,72	31.517,33
Eletrobras	38	9.272,50	2.833,57	7.371,32	14.869,54
Consolidado	475	140.761,87	52.211,82	96.281,53	185.066,03

- (1) Dos 475 desligados informados, 01 empregado se desligou em jan./2020. Posteriormente será adicionado a estes desligamentos outros 03 empregados que aderiram ao plano, mas ainda não se desligaram, pois 01 teve o desligamento adiado e 02 estão em licença médica.
- (2) Indenizações do PDC e planos de saúde contemplam também os valores estimados para os empregados ainda não desligados.

IMPACTO FINANCEIRO DO PDC 2 NAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 31)

(Em R\$ mil)

EMPRESAS ELETROBRAS	INSCRITOS APROVADOS NO PDC 2	DESLIGADOS NO PDC 2 ATÉ 31/12/2019	DESLIGAMENTOS EM 2020 (1)	INDENIZAÇÕES DO PDC 2 (2)	GASTOS ESTIMADOS COM PLANO DE SAÚDE	ECONOMIA ESTIMADA ANUAL
Amazonas GT	47	37	10	14.522,52	1.210,53	17.218,43
Cepel	37	15	22	12.106,64	1.711,22	16.241,12
CGTEE	25	24	1	7.231,81	-	7.460,99
Chesf	543	531	12	152.444,23	21.209,10	165.929,79
Eletronorte	327	287	40	137.567,77	17.039,96	208.321,72
Eletronuclear	56	34	22	17.192,10	3.672,92	24.165,34
Eletrosul	73	70	3	16.775,03	1.318,98	19.992,07
Furnas	206	203	3	53.462,17	13.690,04	81.075,75
Eletrobras	53	51	2	14.486,62	2.528,81	20.512,91
Consolidado	1.367	1.252	115	425.788,89	62.381,57	560.918,12

- (1) Desligamento em 2020 referem-se a empregados inscritos que estão com seus desligamentos agendados para até março de 2020.
- (2) Indenizações do PDC, planos de saúde do PDC 2, economia estimada do PDC 2 contemplam o total de inscritos e aprovados.

Perfil dos Colaboradores

O quadro de empregados da Eletrobras é composto por 19% de mulheres e 81% de homens. Dentre as funções gratificadas, 22% são ocupadas por mulheres e 78% ocupadas por homens. Em 2019, a Eletrobras encerrou o ano com 305 empregados com deficiência, um aumento de 3,7% em relação ao ano de 2018.

Vale destacar também que entre os empregados há 978 pós-graduados, 431 com Mestrado e 96 com Doutorado.

PERFIL DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 32)

	SUPERIOR			MÉDIO			FUNDAMENTAL			TOTAL GERAL
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
Raça										
Branca	3.236	1.198	4.434	2.850	449	3.299	178	9	187	7.920
Parda	1.220	394	1.614	1.814	190	2.004	202	9	211	3.829
Negra	223	64	287	337	41	378	31	1	32	697
Amarela	53	18	71	49	5	54	3		3	128
Indígena	11	6	17	28	1	29	3	1	4	50
Não Informado	189	69	258	132	54	186	19	2	21	465
Total Geral	4.932	1.749	6.681	5.210	740	5.950	436	22	458	13.089
Tempo de serviço										
0 a 5 anos	376	128	504	379	98	477	34	1	35	1.016
6 a 10 anos	1.019	424	1.443	883	147	1.030	33	4	37	2.510
11 a 15 anos	1.675	659	2.334	1.554	186	1.740	41	1	42	4.116
16 a 20 anos	607	184	791	661	63	724	21		21	1.536
21 a 25 anos	199	28	227	398	15	413	9		9	649
26 a 30 anos	350	115	465	358	87	445	45	1	46	956
31 a 34 anos	329	111	440	455	85	540	147	10	157	1.137
Acima de 35 anos	377	100	477	522	59	581	106	5	111	1.169
Total Geral	4.932	1.749	6.681	5.210	740	5.950	436	22	458	13.089
Nível Hierárquico										
Assessoria	78	33	111		1	1				112
Superintendência	142	38	180	1	2	3				183
Departamento	338	128	466	19	2	21				487
Divisão	195	28	223	35		35				258
Supervisão	58	14	72	13	2	15				87
Sem função	4.121	1.508	5.629	5.142	733	5.875	436	22	458	11.962
Total Geral	4.932	1.749	6.681	5.210	740	5.950	436	22	458	13.089
Nível Educacional										
Médio				5.210	740	5.950				5.950
Pós	668	310	978							978
Mestrado	327	104	431							431
Doutorado	77	19	96							96
Total Geral	4.932	1.749	6.681	5.210	740	5.950	436	22	458	13.089
Portador de Deficiência										
Sim	129	42	171	111	16	127	7		7	305
Não	4.803	1.707	6.510	5.099	724	5.823	429	22	451	12.784
Total Geral	4.932	1.749	6.681	5.210	740	5.950	436	22	458	13.089

Inclusão

Em conformidade com as exigências legais, por meio dos seus concursos públicos para provimento dos quadros de pessoal, as empresas Eletrobras viabilizam o acesso de pessoas com deficiência às respectivas empresas. No que tange às condições de trabalho, as empresas realizam ações em prol da acessibilidade nas suas dependências, mantendo as instalações adequadas para tornar os ambientes de trabalho cada vez mais acessíveis, proporcionando autonomia, equidade, respeito e melhoria na qualidade de vida por meio de iniciativas de saúde que promovam o bem-estar desses empregados. Essas medidas contam, inclusive, com apoio de comitês especializados nas empresas. Em 2019 havia 305 empregados com deficiência sendo: 10 da Holding, 4 no Cepel, 144 na Chesf, 94 na Eletronorte, 7 na Eletronuclear, 24 na Eletrosul e 22 em Furnas.

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Em 2019, as ações educacionais das Empresas Eletrobras receberam um investimento total de R\$ 23,8 milhões, representando queda de 7% em comparação aos R\$ 25,7 milhões de 2018, com destaque para redução nos programas de pós-graduação.

Dentro do Programa de Integridade (*Compliance*) Eletrobras 5 Dimensões, a Companhia promoveu a Semana de Integridade e Cultura Ética com o objetivo de proporcionar uma abordagem global sobre temas como ética e integridade. O evento contou ainda com a palestra “Visão de Futuro: Governança, Sustentabilidade e Ética da Organização de Sucesso do século XXI”.

Nessa ocasião, foi lançado o curso on-line “Integridade e Cultura Ética das Empresas Eletrobras” para todos os colaboradores com objetivo de promover e disseminar diretrizes e práticas de uma cultura de ética e integridade corporativa, reforça do o programa Eletrobras 5 Dimensões. A ação educacional cumpre ainda o compromisso estabelecido no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, alinhado às exigências da Lei das Estatais nº13.303/2016, de promoção de treinamento periódico a empregados e administradores sobre as diretrizes e práticas de integridade das empresas. Um total de 11.582 colaboradores concluíram o curso até o fim do prazo de 31/01/2020.

SISTEMA EDUCACIONAL ELETROBRAS EM 2019 (UNISE + UNIDADES DE EDUCAÇÃO) (TABELA 33)

AÇÕES	INVESTIMENTO (R\$)	QTDE DE AÇÕES	PARTICIPANTES	PARTICIPAÇÕES	CARGA HORÁRIA
Pós - Graduação Stricto Sensu	142.144	21	23	23	7.391
Pós - Graduação Lato Sensu	4.233.736	77	226	227	64.145
Demais Ações Educacionais	10.174.620	3.924	12.178	39.846	613.955
Congressos e Seminários	2.045.021	317	2.298	3.006	47.073
Cursos de Idiomas	751.892	251	401	828	28.110
Viagens e Deslocamentos	6.550.782	0	0	0	0
Total	23.898.195	4.590	15.126	43.930	760.674
Horas Treinadas por participação				17,32	
Investimento por participante				R\$ 1.579,94	

Política Integrada de Gestão de Pessoas

A Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras possui diretrizes em torno dos temas de carreira, remuneração e benefícios; desenvolvimento de pessoas; segurança do trabalho, saúde e qualidade de vida; e plano de saúde e previdência complementar.

Remuneração e Benefícios

A política de remuneração, adotada pela Eletrobras, segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras), o PCR é aprovado pelas Entidades Sindicais, por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Economia. Não houve alterações na política de remuneração adotada pela Eletrobras em 2019.

Avaliação de Desempenho

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) é a metodologia unificada de avaliação de desempenho das Empresas Eletrobras. Identifica e monitora o nível de desenvolvimento dos empregados em relação às habilidades, conhecimentos e atitudes exigidas para o nível de complexidade do cargo ou da função que ocupam. É um dos modelos de gestão que facilita o desdobramento de ações que possam auxiliar no alcance das metas empresariais pactuadas.

Todos os colaboradores e gerentes são submetidos às avaliações de competência, contribuindo para que os resultados finais reflitam as entregas individuais. Com isso, é possível mensurar a diversidade de desempenho da força de trabalho da Companhia.

Em 2019, foram realizadas diversas ações relacionadas ao aperfeiçoamento do SGD no sistema SAP instância única, de modo a unificar, padronizar e operacionalizar o sistema de avaliação de desempenho em todas as empresas.

A expectativa para 2020 é o lançamento de uma nova versão do SGD contendo a revisão das competências e evidências, o aprimoramento metodológico e a utilização de novos formulários e ajustes no SAP, acarretando maior aderência às diretrizes estratégicas da empresa e às melhores práticas de mercado.

Planejamento de Sucessão

O Processo de Seleção e Nomeação Gerencial, criado em 2018 e atualizado em 2019, consolidou uma padronização no procedimento de levantamento de potenciais gestores com a avaliação interna, pelas áreas de gestão de pessoas e diretorias executivas; e, externa, por parte de consultoria independente (assessments), em que a meritocracia passa a ter um papel crucial no seu resultado.

Desde 2017, foram realizados 1.165 assessments na *Holding* e nas Empresas Eletrobras, sendo 40 assessments em 2019.

O Plano de Funções do Sistema Eletrobras está sendo revisado com objetivo de mapear as funções necessárias e relevantes para o perfeito funcionamento das empresas e aderentes às melhores práticas de gestão de carreira disponíveis no mercado, em consonância com os objetivos traçados pela alta gestão.

Planos de Previdência

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos às seguradoras ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos.

Em 2019, a Eletrobras atuou na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que administram.

Com o apoio de consultoria técnica atuarial e jurídica adequou-se à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR 23), visando

ajustar itens relativos à modalidade do plano, passando de pós-pagamento para pré-pagamento, percentual de custeio patrocinadora/participantes, padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros.

Informações adicionais sobre os planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD) podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2019.

BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE PREVIDÊNCIA DAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2019 (TABELA 34)

FUNDOS DE SEGURIDADE E OUTROS PLANOS SOCIAIS	PLANO DE PREVIDÊNCIA NA MODALIDADE DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)	PLANO DE PREVIDÊNCIA NA MODALIDADE DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)	APÓLICE DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA OS EMPREGADOS E ASSISTIDOS	PLANO DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO
Beneficiários ativos (em unidades) -				
Eletrobras	83	619	449	2.679
Eletronuclear	1.457	-	1.565	6.915
Eletronorte	40	2.502	2.438	8.344
Furnas	414	2.272	2.366	12.392
Eletrosul	325	846	1.288	3.908
Cepel	44	251	289	1.069
CGTEE	135	-	-	-
Amazonas GT	6	368	391	1374
Chesf	11	3.734	5.834	10.783
Itaipu	1.333	-	2.804	3.913

Saúde, Bem-Estar e Segurança no Trabalho

As Empresas Eletrobras desenvolveram, em 2019, um plano de ação integrado com foco na prevenção de doenças, na promoção da saúde e no bem-estar no trabalho dos seus colaboradores, acompanhando o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2019-203. Este programa será implementado, de forma integrada, em todas as empresas a partir de 2020, de acordo com as especificidades de cada uma.

Nas iniciativas de saúde e bem-estar no trabalho, desenvolvidas em 2019, destacam-se os corais corporativos; os programas de corrida e caminhada; as oficinas e palestras sobre mindfulness; a campanha de vacinação contra a gripe; iniciativas de alimentação saudável, saúde mental, aleitamento materno e preparação para aposentadoria; Semana de Saúde e Qualidade de Vida; ginástica laboral/ comitês de ergonomia; doação voluntária de sangue e as ações do setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul.

O módulo EH&S (Environment, Health & Safety) do SAP foi implementado, possibilitando melhor gestão dos riscos e informações, com a integração dos processos de saúde e segurança do trabalho em todas as empresas Eletrobras.

Em 2019, houve 1 óbito relacionado a efeitos da corrente elétrica ocorrido na Eletronorte, sem alteração em relação ao único óbito ocorrido em 2018 na Eletrosul. Em relação aos terceirizados, houve 3 óbitos ocorridos na Chesf em 2019.

Segurança do Trabalho

No que se refere à Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, destacam-se:

- » Atendimento às normas regulamentadoras dos órgãos ministeriais e tratamento das atividades de fiscalização em áreas de risco elétrico e respectiva periculosidade caracterizada nas áreas, com o acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de inspeções físicas de obras, empreendimentos e/ou serviços de projetos.
- » Continuidade e melhoria dos processos de certificação de operadores, de acordo com as diretrizes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- » Avaliação de condicionamento físico, para todos os empregados de atividades técnicas da empresa.
- » Treinamentos legais, como aqueles para trabalho em altura (NR-35); para espaços confinados (NR-33); para segurança com combustíveis e inflamáveis (NR-20); uso de EPI (NR-06); segurança em instalações e serviços em Eletricidade (NR-10); e Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (NR-18).

Relações Trabalhistas e Sindicais

As negociações de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), no âmbito das Empresas Eletrobras, são efetuadas de forma nacional e contam com a participação de diversas Federações e Sindicatos tais como Federação Nacional dos Urbanitários; Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente; Federação Nacional dos Engenheiros; Federação Nacional dos Administradores; Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; Federação Nacional dos Técnicos Industriais; Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; Federação Nacional das Secretárias e Secretários; Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro; Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais; e os Sindicatos dos Urbanitários de Alagoas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Amapá, Rondônia, Roraima, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco, entre outros.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, após seis meses de negociação com os sindicatos e com a mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), definiu um reajuste salarial e de benefícios em 3,55%, cujo valor é inferior à inflação entre maio de 2018 e abril de 2019, registrada em 5,07%. No ano de 2019 não ocorreram greves referentes ao processo negocial trabalhista.

O ACT 2019/2020, em sua cláusula sétima, denominada “Quadro de Pessoal”, estabeleceu a implantação dos quadros de referência de 12.500 empregados efetivos para o período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de abril de 2020; e de 12.088 para o período de 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021. Considerando que o quadro efetivo da Eletrobras, em janeiro de 2020, foi de 12.568 empregados, em fevereiro de 2020 houve o desligamento, sem justa causa e pagamento apenas das verbas rescisórias, de 68 empregados.

8. FUNÇÕES DE GOVERNO



8.1. Gestão de Programas de Governo

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pretende oferecer, até o ano de 2022, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. O programa é operacionalizado pela Eletrobras, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural.

De 2003 até 2019, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R\$ 27,62 bilhões, sendo R\$ 20,08 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (Conta de Desenvolvimento Energética (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR)). Foram realizadas 98.137 ligações, acumulando mais de 3,5 milhões de ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a 16,8 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

A Eletrobras foi responsável por 9.819 projetos no ano de 2019, totalizando 551.922 projetos desde 2004. Este total de obras em 2019 resultou:

- » Execução de 3.091.690 ligações, o que corresponde a 95% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras; assim como:
- » Realização de ligações de unidades consumidoras no meio rural em 5.436 municípios brasileiros;
- » Construção de 818.216 km de redes elétricas de alta e baixa tensão;
- » Implantação de 8,55 milhões de postes;

- » Instalação de aproximadamente 1,78 milhão de transformadores; e
- » Implantação de 5.816 sistemas fotovoltaicos individuais e 2 coletivos.

Em 2019, foi liberado R\$ 0,49 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi aplicado um montante de R\$ 16,47 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R\$ 20,08 bilhões, ou seja, 82% do total de recursos contratados.

LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS DE 2004 A 31/12/2019 (TABELA 35)

(Em R\$ milhões)

REGIÃO	CONTRATADOS			LIBERADOS(*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	5.775,91	318,29	6.094,20	4.460,83	284,30	4.745,13
Nordeste	8.489,75	941,94	9.431,69	7.135,74	837,42	7.973,16
Centro-Oeste	1.089,13	575,60	1.664,73	875,91	526,96	1.402,87
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,88	942,98	1.683,86
Sul	346,24	511,90	858,14	280,22	387,26	667,48
Brasil	16.559,16	3.522,24	20.081,40	13.493,58	2.978,92	16.472,50

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais, após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Lei nº 13.360/2016).

Nº DE LIGAÇÕES DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, POR REGIÃO, ATÉ 31/12/2019 (TABELA 36)

REGIÃO	CONTRATADAS ENTRE OS AGENTES EXECUTORES (*) E A ELETROBRAS	CADASTRADAS NO SISTEMA LPT + COMPROVADAS FISICAMENTE NOS PROJETOS ESPECIAIS
Norte	755.715	666.133
Nordeste	1.656.410	1.597.758
Centro-Oeste	229.833	217.593
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.255.789	3.092.018

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), criado Lei nº 10.438/2002 e regulamentado no Decreto nº 5.025/2004, começou a ser implantado em 2004, com o objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa.

O Proinfa adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 Pequena Central Hidrelétrica (PCHs) com 1.159,24 MW, 52 eólicas com 1.282,52 MW e 19 térmicas a biomassa com 533,34 MW, totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006, até o final de 2018, a contribuição do Proinfa para o sistema, em termos de volume de energia gerada, foi de aproximadamente 106,6 milhões de MWh. Em 2019, o programa gerou 8,9 milhões de MWh ao custo de R\$ 4,05 bilhões.

Com relação a 2020, para fins de estabelecimento das quotas anuais de energia elétrica referentes às concessionárias de distribuição e de transmissão, a Resolução Homologatória nº.2.653, de 17 de dezembro de 2019, definiu que o montante a ser rateado no ano é de 11.202.147 MWh, com um custo previsto de R\$ 3,32 bilhões.

Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) tem por objetivo promover o uso eficiente da energia elétrica no país, combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais. É um programa do Governo Federal que atinge todo Brasil com de ações setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

Em 2019, a Eletrobras aplicou cerca de R\$ 23,2 milhões em projetos de eficiência energética nos segmentos público e privado com recursos oriundos da Lei nº 13.280/2016.

O resultado final de economia de energia do Procel estará disponível apenas em abril de 2020, mas a estimativa, principalmente através do Selo Procel, é de uma redução de aproximadamente 24,9 milhões de megawatts-hora (MWh), evitando uma emissão de 1,84 milhão tCO2 equivalentes.

Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

BUSA

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (SIGBUSA), dos quais 1.897 estão em operação, vinculados à concessão de empresas do setor e 25 encontram-se desativados. A Aneel realizou em dia 25 de abril de 2019, uma consulta, que ainda aguarda parecer, para alienação de 67 bens considerados inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica. Outros 23 bens foram alienados. Entre os anos de 2015 a 2019, a *Holding* gastou R\$ 12,7 milhões com a administração dos bens da União (BUSA).

CUSTOS DA ELETROBRAS APÓS A TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS FUNDOS SETORIAIS PARA A CCEE (TABELA 37)

(EM R\$ MIL)	
2017 (maio a dezembro)	2.848,8
2018	3.058,8
2019	1.172,6
Total Período	7.080,20

O Poder Executivo Federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) nº 5.877/2019, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e que, entre outras medidas, altera o Decreto Lei nº 1.383/1974, de 26 de dezembro de 1974, e propõe novas possibilidades para os bens BUSA. O PL prevê a criação de sociedade de economia mista ou empresa pública que, entre outras finalidades, fique responsável pela administração dos Bens da União sob Administração da Eletrobras. O referido projeto de lei ainda não foi votado pelo Congresso Nacional.



9. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R\$ 31.305 bilhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.436.883 ações preferenciais. Em relação a 2018, não houve alteração relevante na composição do capital social da Companhia, incluindo: aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social.

Em novembro de 2019, foi aprovada pela 175ª Assembleia Geral Extraordinária (175ª AGE) o aumento de capital, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais classe “B”, no montante mínimo de R\$ 4.054.016.419,37, subscrito e integralizado pelo acionista controlador, União Federal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). A 177ª AGE, realizada em fevereiro de 2020, homologou o aumento de capital social, no montante total de R\$ 7.751.940.082,78, com a emissão de 201.792.299 novas ações ordinárias e 14.504.511 novas ações preferenciais classe “B”. Dessa forma, a partir de fevereiro de 2020 o capital social da Eletrobras passa a ser de R\$ 39.057.271.546,52, divididos em 1.288.842.596 ações ordinárias, 146.920 ações preferenciais de classe “A” e 279.941.394 ações preferenciais de classe “B”.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA ELETROBRAS EM 31/12/19 (TABELA 38)

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAL. "A"	%	PREFERENCIAL. "B"	%	TOTAL	%
Acionista Controlador								
União Federal	554.394.671	51,00	0	0	411	0,00	554.395.082	40,99
BNDESpar	141.757.951	13,04	0	0	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	0	0	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	0	0	0	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	0	0	0	-	1.000.000	0,07
Outros	269.730.822	24,81	146.920	100,00	228.482.699	86,08	498.360.441	36,84
Acionista não controlador								
Cust. CLBC								
Residente	134.974.434	12,42	82.828	56,38	103.728.559	39,08	238.785.821	17,65
Não Residente	107.546.666	9,89	1	0,00	101.991.247	38,42	209.537.914	15,49
Programa ADR	27.121.748	2,49	0	-	8.030.814	3,03	35.152.562	2,60
Demais								
Residente	87.728	0,01	64.064	43,60	10.340.613	3,90	10.492.405	0,78
Não Residente	246	0,00	27	0,02	213	0,00	486	0,00
Total	1.087.050.297	100	146.920	100	265.436.883	100	1.352.634.100	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ELETROBRAS PELOS CONTINENTES EM 2019 (TABELA 39)

CONTINENTE	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAL. "A"	%	PREFERENCIAL. "B"	%
Oceania	2.323.445	0,21%	0	0,00%	1.093.326	0,41%
Europa	25.038.388	2,30%	28	0,02%	26.864.910	10,12%
América do Norte	87.024.504	8,01%	0	0,00%	64.622.690	24,35%
América do Sul	954.159.894	87,78%	146.892	99,98%	156.441.450	58,94%
Ásia	18.498.066	1,70%	0	0,00%	16.408.207	6,18%
África	6.000	0,00%	0	0,00%	6.300	0,00%
Total	1.087.050.297	100%	146.920	100%	265.436.883	100%

Desempenho das ações

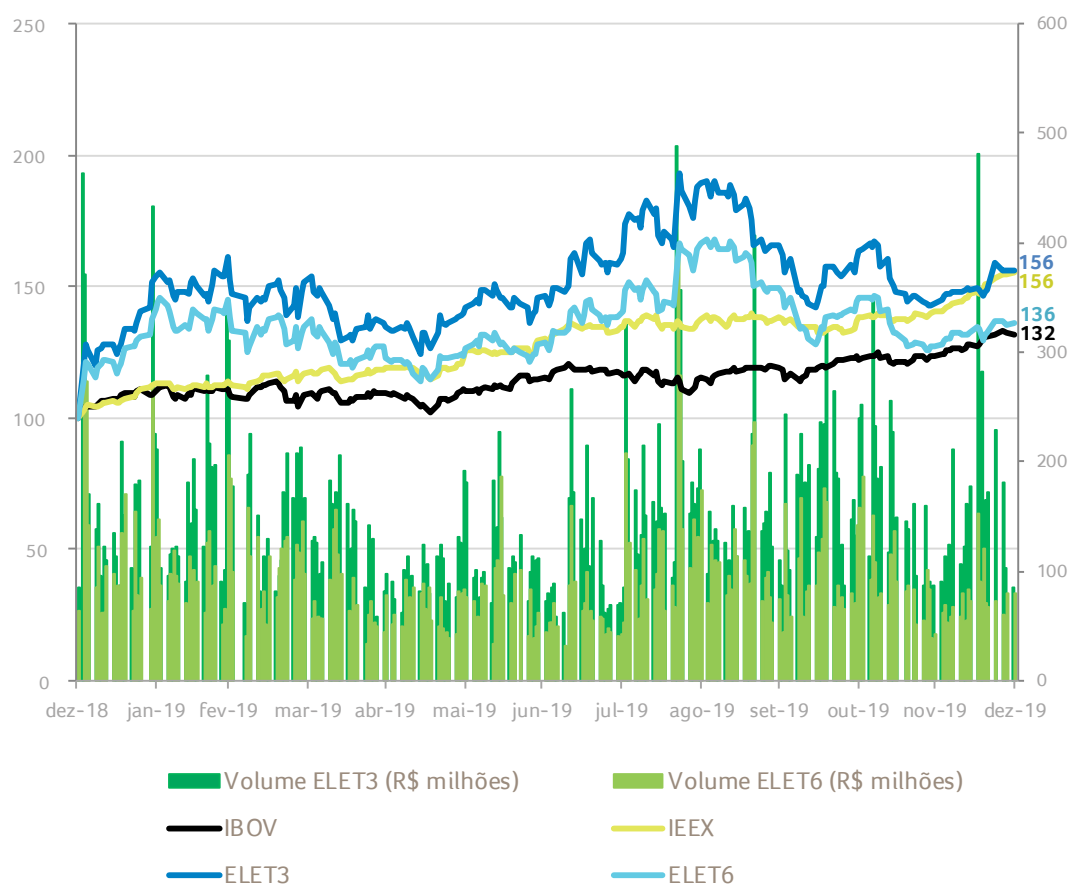
A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ELET3” e as ações ordinárias e as ações preferenciais classe “B” e classe “A”, sob os tickers “ELET6” e “ELET5”, respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os tickers “EBR” e “EBR-B”. Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os tickers “XELTO” e “XELTB”.

Em 2019, as ações da Companhia refletiram positivamente o resultado do PDNG 2019-2023 com a privatização das empresas distribuidoras, o desinvestimento em SPes e coligadas e a perspectiva de democratização do capital da Eletrobras.

PROGRAMA NÍVEL 1 B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (ELET3 E ELET6) (TABELA 40)

PREÇO E VOLUME	(R\$) ELET3 B3 (AÇÕES ON)	(R\$) ELET6 B3 (AÇÕES ON)	(PTS.) IBOV B3 (ÍNDICE)	(PTS.) IEE B3 (ÍNDICE)
Cotação de Fechamento em 31/12/2019	37,80	38,24	115645	76627
Máxima em 2019	46,83	47,27	117203	76627
Média em 2019	36,27	38,17	100660	62557
Mínima em 2019	29,00	32,14	89993	50699
Variação em 2019	56,0%	35,7%	31,6%	55,5%
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (milhões de ações)	4,1	2,5	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (R\$ milhões)	151,3	93,8	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2019	R\$ 51.246 milhões			

COMPORTAMENTO AÇÕES DA ELETROBRAS NA B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO EM 2019 (GRÁFICO 8)



Número índice 31/12/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

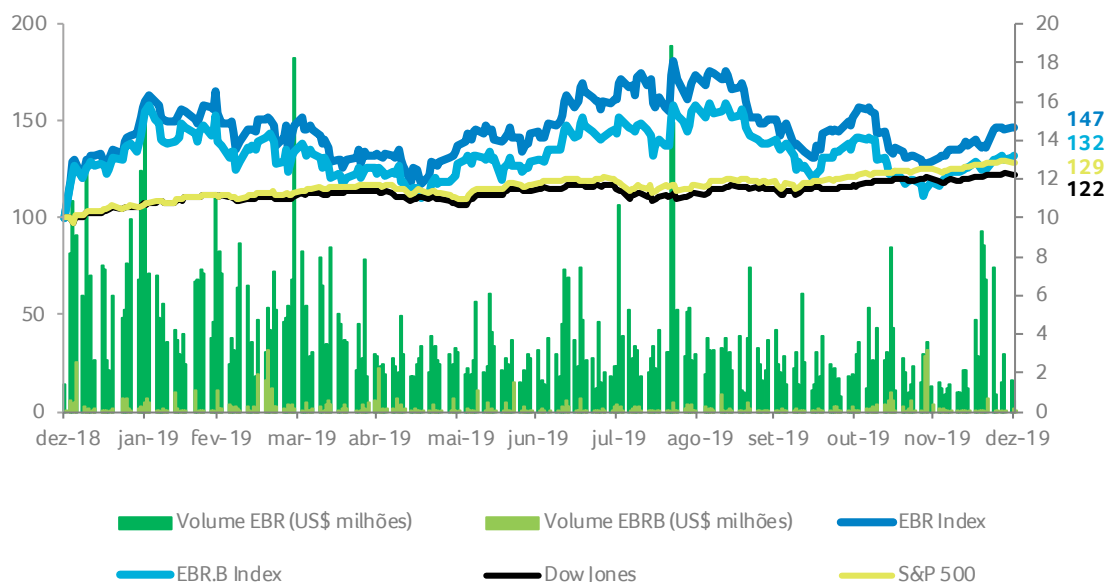
Fonte: AE Broadcast

PROGRAMA DE ADR NÍVEL II NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE (NYSE) EM 2019 (TABELA 41)

(Em US\$)

PREÇO E VOLUME	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2019	9,32	9,48
Máxima em 2019	11,47	11,46
Média em 2019	9,26	9,60
Mínima em 2019	7,47	7,90
Variação em 2019	46,8%	32,0%
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (milhares de ações)	430,9	27,4
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (milhões US\$)	4,0	0,3

COMPORTAMENTO DAS ADRS NÍVEL II NA NYSE EM 2019 (GRÁFICO 9)



Número índice 31/12/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

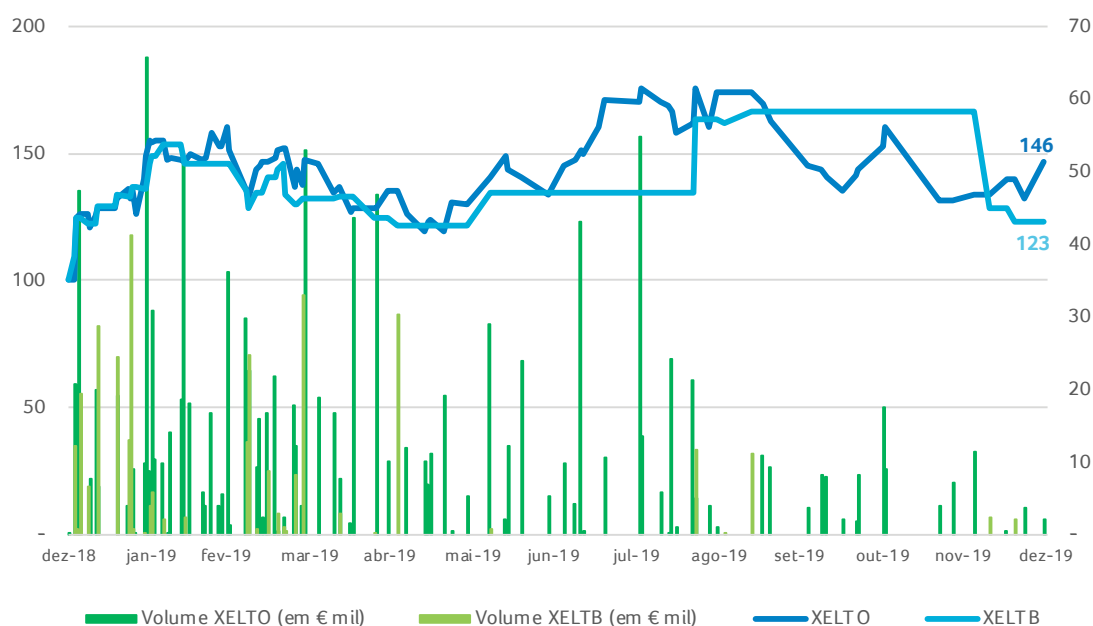
Fonte: AE Broadcast

PROGRAMA LATIBEX – BOLSA DE VALORES DE MADRID EM 2019 (TABELA 42)

(Em €)

PREÇO E VOLUME	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2019	8,35	7,70
Máxima em 2019	10,00	10,40
Média em 2019	8,21	8,50
Mínima em 2019	5,70	6,85
Variação em 2019	46,5%	23,2%
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (milhares de ações)	1,7	1,5
Volume Médio Diário Negociado em 2019 (milhares de Euros)	13,5	9,3

COMPORTAMENTO DAS AÇÕES NA BOLSA DE VALORES DE MADRI EM 2019 (GRÁFICO 10)



Número índice 31/12/2018 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

9.1. Rating (Classificação de Risco)

Os ratings da Eletrobras refletem a perspectiva do rating soberano do Brasil e também a expectativa de que a Companhia continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de rating da empresa continua espelhando o rating soberano do país.

RATING (TABELA 43)

AGÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL/ PERSPECTIVA	ÚLTIMO RELATÓRIO
Moody's BCA	"B1": / Positiva	18/09/2019
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba3": / Positiva	18/09/2019
Fitch - Issuer Default Ratings (Foreign Currency)	"BB-": / Estável	12/06/2019
Fitch - Issuer Default Ratings (Local Currency)	"BB-": / Estável	12/06/2019
Fitch - Senior Unsecured Debt Rating	"BB-"	12/06/2019
S&P LT Local Currency (Escala Nacional Brasil)	"brAAA"	07/01/2020
S&P - Senior Unsecured	"BB-"	07/01/2020
S&P LT Foreign Currency (Escala Global)	"BB" / Estável	07/01/2020

9.2. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em 2019, a Eletrobras realizou, em São Paulo, duas reuniões com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), atendendo a sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Promoveu também um roadshow nos EUA (nas cidades de Boston e Nova York), e outro no Brasil, participou de mais quatro eventos no exterior (três em Nova York e um em Miami) e oito conferências no Brasil.

Ombudsman de RI



Em 2019, o Ombudsman de RI recebeu 654 consultas de 383 manifestantes, sendo 95 estrangeiros. Os solicitantes foram classificados como agentes autônomos, investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas, agências de rating, órgãos reguladores e outros agentes de mercado. Das consultas realizadas, 98,9% estavam relacionadas à privatização, ao aumento de capital, às informações financeiras, à realização de assembleias de acionistas e ao PDNG.

As entidades reguladoras e demais órgãos do Governo Federal recebem tratamento especial, com os atendimentos classificados como urgentes. O Ombudsman de RI registrou 30 atendimentos dessa natureza, sendo 50% oriundos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), 25% da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e 25% do MME (Ministério de Minas e Energia).

O canal de contato do Ombudsman de RI está no site www.eletrobras.com.br

Comunicação com o Mercado

Em 2019, a Eletrobras divulgou 106 Comunicados ao Mercado, entre eles 28 Fatos Relevantes e 11 Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002. Desse total, cinco foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A., o que corresponde a 3,4% dos comunicados. Os demais foram de iniciativa da Companhia, visando cumprir sua obrigação de manter o mercado informado. Os principais assuntos abordados foram: privatização da Eletrobras; alienação de SPE's; aumento de capital social; incorporação CGTEE/Eletrosul; emissão de debêntures; certificação em programas de governança da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e da SEST; empréstimo compulsório; e Plano de Demissão Consensual.

10. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962, com objetivo gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Companhia, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 3.975 processos, relativos a este tema, provisionados.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária; (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a Taxa SELIC).

(TABELA 44)

R\$ MIL	31/12/2019	31/12/2018
Principal	6.128.374	6.372.806
Juros remuneratórios	1.714.617	1.741.409
Juros moratórios	9.718.620	9.827.697
	17.561.611	17.941.912

A controvérsia mais relevante diz respeito à continuidade de aplicação dos juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano, após a Assembleia Geral de Conversão. De acordo com o atual precedente do STJ (recursos repetitivos Recurso Especial nº 1.003.955/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS), os juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano cessam na data da Assembleia Geral de conversão, observada a prescrição quinquenal.

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial nº 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, cabem recursos a serem interpostos pela Companhia.

Se, porventura houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Companhia, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R\$ 11.070.703 mil. A Companhia não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

PROVISÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS ENVOLVENDO EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS (TABELA 45)

(Em R\$ mil)

SALDO INICIAL (31 DE DEZEMBRO DE 2018)	17.941.911
(+) Constituição de provisão	1.244.121
(+) Atualização monetária	545.392
(-) Reversão de provisão	-468.763
(-) Pagamentos efetuados	-1.701.051
Saldo final (31 de dezembro de 2019) em R\$ mil	17.561.611
Variação no período	-380.300

Maiores informações podem ser encontrar na Nota Explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2019.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

11.1. Serviços de Auditoria Externa

Em 2019, todas as Empresas Eletrobras passaram a ter como Auditor Independente, exclusivo, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes.

REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES EM 2019 (TABELA 46)

(Em R\$)

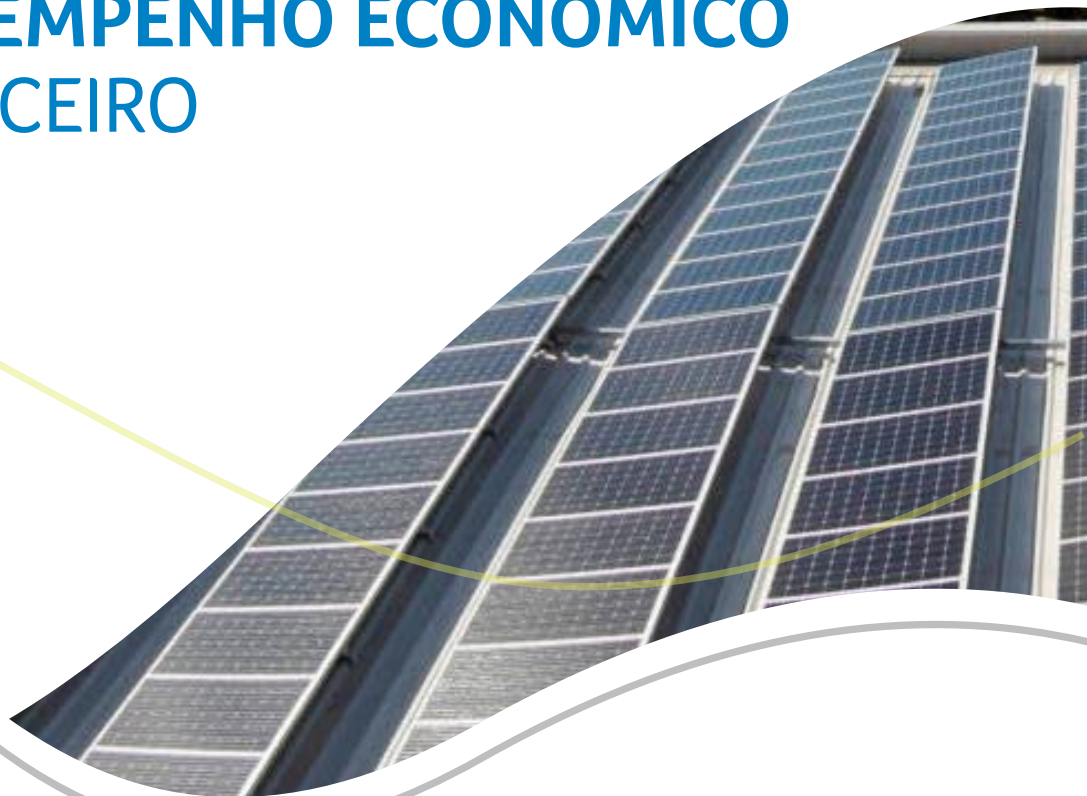
EMPRESAS ELETROBRAS	2019	2018	2017
PWC (R\$)	13.416.666,62	-	-
KPMG Assessores LTDA (R\$)	784.551,45	7.420.086,45	7.486.083,29
KPMG Auditores Independentes (R\$)	4.994.695,10	11.987.268,24	11.947.781,11
Total	19.195.913,17	19.407.354,69	19.433.864,40
ITAIPU BINACIONAL		2018	2017
PWC (R\$)	-	425.254,00	479.910,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	564.924,45	-	-
Total	564.924,45	425.254,00	479.910,00

Para evitar conflitos de interesse ou a perda de independência auditores externos, a Eletrobras segue a Instrução CVM nº 308/1999 quanto à obrigatoriedade de substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos.

As Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes no período de 04/02/2014 até 30/04/2019. Em consonância com suas obrigações legais, a Eletrobras firmou contrato com a PWC em abril de 2019, com vigência de 24 meses renováveis por mais 36 meses. A Itaipu Binacional teve como Auditor Independente a KPMG Auditores Independentes em 21/06/2018, com prazo de vigência de 36 meses.

Em relação à prestação de serviços de não auditoria, no dia 26/06/2018 foi firmado contrato com a PWC, via processo licitatório, no valor total de R\$ 1.051,6 mil reais para serviço especializado na avaliação de desempenho dos integrantes dos órgãos de Governança, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretorias Executivas e Comitês Estatutários, da Eletrobras, suas Controladas e nas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de natureza jurídica estatal, nas quais a Eletrobras ou Controladas tinham participação. O contrato foi vigente até 29/02/2019, período que antecede a prestação de serviço da PWC como auditor independente.

12. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO



12.1. Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2019, um lucro líquido consolidado de R\$ 10.744 milhões, 20% inferior aos R\$ 13.348 milhões obtidos em 2018. O lucro de 2019 é composto pelo Lucro Líquido das operações continuadas de R\$ 7.459 milhões e pelo Lucro Líquido de R\$ 3.285 milhões referente às operações descontinuadas (distribuição), destacando a privatização da distribuidora Amazonas Energia, que deixou de ser consolidada pela Eletrobras.

A Receita Operacional Líquida passou de R\$ 25.772 milhões em 2018 para R\$ 27.726 milhões em 2019, com destaque para a entrada em operação da UTE Mauá 3 da Amazonas GT e recebimento de GAG Melhoria relativa as concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/2013. O Ebtida Internacional *Financial Reporting Standards* (IFRS), no valor de R\$ 19.007 milhões em 2018, caiu para R\$ 10.257 milhões em 2019, impactado, em 2018, pela reversão do *impairment* e contrato oneroso de Angra III no montante de R\$ 7.243 milhões contra uma provisão, para a mesma obra, em 2019, de R\$ 462 milhões. O Ebtida recorrente cresceu 5,3%: R\$ 12.540 milhões em 2018 e R\$ 13.210 milhões em 2019 e o indicador da Dívida Líquida/Ebtida recorrente foi de 1,6, demonstrando o sucesso das medidas de desalavancagem da Companhia.

A Companhia, em decorrência de novas análises identificadas nos saldos comparativos decidiu realizar reclassificações em sua demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, conforme prevê o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, para fornecer informações confiáveis e mais relevantes, os detalhes sobre as reclassificações estão sendo fornecidos na nota explicativa 4.3 das Demonstrações Financeiras de 2019.

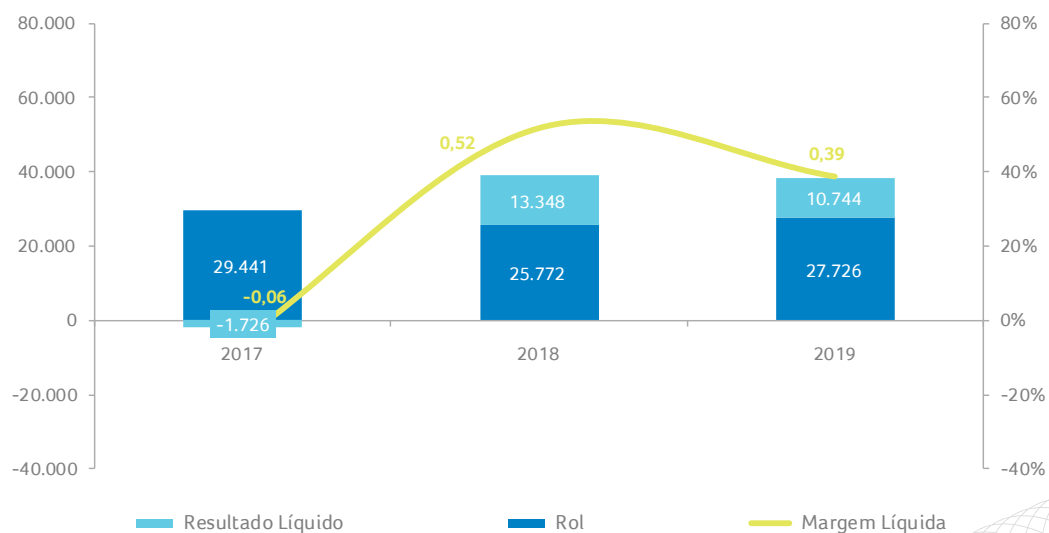
RESULTADO CONSOLIDADO 2019-2018 (TABELA 47)

(Em R\$ milhões)

DRE	2019	2018
Receita de Geração	23.374	20.139
Receita de Transmissão	9.544	9.868
Outras Receitas	769	869
Receita Bruta	33.687	30.876
Deduções da Receita	-5.961	-5.104
Receita Operacional Líquida	27.726	25.772
Custos Operacionais	-6.778	-5.537
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.850	-9.108
Depreciação e Amortização	-1.807	-1.702
Provisões Operacionais	-2.006	6.495
	7.284	15.920
Participações societárias	1.141	1.385
Outras Receitas e Despesas	25	0
	8.450	17.305
Resultado Financeiro	-2.081	-1.375
Resultado antes do imposto	6.369	15.931
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.090	-2.484
Lucro líquido do Exercício	7.459	13.447
Lucro (Prejuízo) Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	3.285	-99
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	10.744	13.348

RESULTADO E MARGEM LÍQUIDA (GRÁFICO 11)

Em milhões de reais



12.2. Receita, Custos e Despesas Operacionais

Receita Operacional

RECEITA OPERACIONAL CONSOLIDADA 2019-2018 (TABELA 48)

(Em R\$ milhões)

RECEITA OPERACIONAL – GERAÇÃO	2019	2018	%
Receitas de Geração			
Suprimento	15.871	13.269	19,6
Fornecimento	2.282	2.320	-1,6
CCEE	1.353	1.297	4,4
Receita de Operação e Manutenção - Usinas Renovadas pela Lei 12.783/2012	3.549	2.708	31,0
Receita de Construção	49	34	43,9
Repasse Itaipu	269	511	-47,3
Receitas de Geração	23.374	20.139	16,1

Geração

Suprimento:

- Amazonas GT: +R\$ 2.978 milhões, faturamento dos produtores independentes PIES e quatro usinas a gás que foram recebidos da Amazonas Distribuidora e início fornecimento do CCEAR pela Amazonas GT (Mauá 3).
- Furnas: +R\$ 287 milhões, aumento das vendas no ACL, ampliada pela redução no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD) no Ambiente de Contratação Regulada.
- Eletronuclear: +R\$ 124 milhões devido, principalmente, ao aumento da Receita Fixa das Usinas de Angra 1 e 2 em 2,8% (R\$ 92,9 milhões/ano) conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.509/2018.
- Eletronorte: -R\$ 486 milhões, término do contrato com a Boa Vista Energia, com redução de 84% ou R\$ 184 milhões, além de redução de 16% com faturamento da energia vendida no ACL, impactado pela queda do volume vendido (2018: 1.616 MWm x 2019: 1.300 MWm) e queda de 7,6% do preço no ACR (2018: R\$ 363/MWh x 2019: R\$ 243/MWh).

Fornecimento

- Chesf: -R\$ 98 milhões, redução no período de cerca de 65 MW médios no consumo dos clientes industriais alcançados pela Lei nº 13.182/2015, em função de: (i) problema ocorrido na planta de um consumidor industrial; (ii) parada para manutenção de um consumidor industrial no mês de setembro/2019. A ocorrência destes fatos contribuiu para o aumento da receita na CCEE.
- Furnas: +R\$ 85 milhões, ajuste de preço dos contratos vigentes dos leilões da Usina de Itumbiara, regidos pela Lei nº 13.182/2015, específicos para consumidores finais, resultando em um incremento de receita na ordem de R\$ 27 milhões e novos contratos que tiveram início de suprimento

a partir de 01/07/2018 impactaram a receita positivamente em R\$ 62 milhões. Por outro lado, ocorreram diferenças entre os valores contabilizados, referentes ao Art.10, §10 da referida Lei, sendo em 2018 aproximadamente R\$ 4 milhões superiores a 2019.

CCEE

- Amazonas GT: -R\$ 298 milhões, venda de energia no mercado de curto prazo (MCP) de Aparecida e Mauá 3 em 2018, que não ocorreu no mesmo período de 2019, devido ao início do fornecimento do CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
- Chesf: +R\$ 386 milhões, (i) encerramento de contratos de suprimento no 4T18 (cerca de 80 MW médios), sem recontratação em 2019); (ii) redução do lastro de compra da ESBR em cerca de 40 MW médios, no 4T18 (redução refletida na rubrica “Energia Comprada para Revenda”); (iii) redução de 140 MW médios no consumo dos industriais (Lei nº 13.182/2015). Esses fatores compensaram a redução do preço da energia liquidada.

Receita de Operação e Manutenção - Usinas Renovadas pela Lei nº 12.783/2013

- Revisão na metodologia de cálculo das GAGs para o ciclo 2018-2019, com aumento no valor da GAG total em especial devido ao reconhecimento da GAG melhoria de cerca de R\$ 1 bilhão/ano.
- Reajuste anual da RAG conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.587/2019.

Receita de Construção

- Maior nível de investimentos em Geração realizado em 2019, porém sem efeito para resultado pois tem valor equivalente na despesa de construção.

Repassse Itaipu

- Variação da tarifa sobre a qual incide a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price* e *Industrial goods*, e, também, em função do reconhecimento da Portaria Interministerial nº 04/2018 do MME e Ministério da Fazenda que determina a receita de Itaipu.

Transmissão

(TABELA 49)

(Em R\$ milhões)

RECEITA OPERACIONAL DE TRANSMISSÃO	2019	2018	%
Receita de O&M – Linhas Renovadas Lei nº 12.783/2013	3.367	3.325	1,2
Receita de O&M – Regime Exploração	790	759	4,1
Receita de Construção	521	678	-23,2
RBSE – Linhas renovadas pela Lei nº 12.783/2013	4.073	4.462	-8,7
Receita Contratual – Transmissão	793	643	23,3
Receitas de Transmissão	9.544	9.868	-3,3

Receita de O&M – Linhas Renovadas Lei nº 12.783/2013

- Reajuste da RAP homologada para o ciclo 2019/2020 (Resolução Homologatória nº 2.565/2019) referente ao ciclo tarifário 2019-2020.

Receita de O&M – Regime Exploração

- Eletrosul: +R\$ 46 milhões, acréscimo nas parcelas da RAP em razão do reajuste pelo IPCA de 4,66% e, principalmente, e ajustes decorrentes do CPC 47 ocorridos da TBSE, Controlada da Eletrosul, de R\$ 19 milhões em 2019 e aumento da RAP em R\$ 22 milhões pelo fato da TBSE ter se tornado controlada em 2018.

Receita de Construção

- A variação se deve, principalmente, ao menor volume de investimentos comparativamente ao ano anterior, com destaque para Chesf (R\$ 61 milhões).

RBSE – Linhas renovadas pela Lei nº 12.783/2013

- Reajuste da Resolução Homologatória nº 2.565/2019, aumentando a TIR do fluxo de recebíveis, com destaque para as controladas Furnas (-R\$ 251 milhões) e Chesf (-R\$ 222 milhões).

Receita Contratual – Transmissão

- Eletrosul: +R\$ 35 milhões, ao acréscimo do saldo do ativo contratual em função de: (i) 2018 foram realizadas melhorias, porém não reconhecida a receita por ausência de critérios pela Aneel. Para o ciclo 2019/2020, a Aneel, por meio da Nota Técnica nº 115/2019-SGT, estimou aproximadamente R\$ 49,5 milhões de investimentos para 5 anos a partir de 2018, com receita anual de R\$ 3,9 milhões, também retroativa. Os critérios bem como a receita futura poderão ser reavaliados, e o recebimento inicialmente será por meio de inclusão na parcela de apuração; e (ii) acréscimo, em 2019, da execução da implantação de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica autorizados pela Aneel.
- Chesf: +R\$ 8 milhões, maior registro de remuneração incidente sobre o ativo financeiro em função da entrada de novos empreendimentos no decorrer do exercício de 2019, com destaque para autorizações do contrato 61.

Outras Receitas

(TABELA 50)

(Em R\$ milhões)

RECEITA OPERACIONAL	2019	2018	%
Outras Receitas	769	869	-11,6

Outras Receitas

- Furnas: -R\$ 65 milhões, variação decorrente de (i) menor ganho da Receita Atuarial (-R\$ 10 milhões), em 2018 foi de R\$ 182 milhões e em 2019 foi R\$ 172 milhões; (ii) receita decorrente do efeito do aumento na participação Santo Antônio em 2018 sem correspondente em 2019 (-R\$ 34 milhões); e (iii) faturamento de quatro meses, em 2018, da Eletropar referente a cessão onerosa de infraestrutura para a Eletronet, no valor total de R\$ 16 milhões.

- Chesf: -R\$ 6 milhões, (i) queda na receita de serviços operação e manutenção R\$ 3 milhões; e (ii) queda na receita de serviços de engenharia R\$ 3 milhões; em contrapartida tivemos um aumento com a renda de prestação de serviços de O&M da ETN que foi incorporada no 4T19 no valor de R\$ 2 milhões.

Custos Operacionais

(TABELA 51)

(Em R\$ milhões)

CUSTOS OPERACIONAIS (R\$ MILHÕES)	2019	2018	%
Energia comprada para revenda	-2.162	-1.560	38,7
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1.593	-1.482	7,5
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.107	-1.185	77,8
Construção	-915	-1.310	-30,2
Custos Operacionais Totais	-6.778	-5.537	22,4

Energia comprada para revenda

- Amazonas: GT +R\$ 571 milhões, aumento se deu em função da incorporação dos contratos de compra de energia dos produtores independentes PIEs em 2019. Tal fato não ocorreu no mesmo período de 2018. O preço médio dos contratos dos PIE's é R\$ 314,40/MWh, e a energia contratada é de 305MW médio/mês. Em 2018 houve apenas a constituição do *leasing* sem o registro da compra de energia.
- Furnas: +R\$ 158 milhões, ajuste de preço conforme definição dos contratos e aumento do montante contratado.

Encargos sobre uso da rede elétrica

- Reajuste de 10% da Tust.
- Amazonas GT: +R\$ 39 milhões, aumento da geração de energia.

Combustível p/ prod. de energia elétrica

- Em função da assunção do contrato do gás celebrado com a Petrobras, pela Amazonas GT (+R\$ 983 milhões), em decorrência da desverticalização e privatização da Amazonas Distribuidora.

Construção

- Houve menor volume de investimentos comparativamente ao ano anterior.

Despesas Operacionais

(TABELA 52)

(Em R\$ milhões)

PESSOA, MATERIAL, SERVIÇOS E OUTROS	2019	2018	%
Pessoal	-5.828	-5.385	8,2
Material	-280	-262	6,9
Serviços	-2.171	-2.157	0,6
Outros	-1.572	-1.304	20,6
PMSO total	-9.850	-9.108	8,1

Pessoal

- Aumento se deve, principalmente, aos custos com Plano de Demissão Consensual, que reflete efeitos parciais devidos as datas de desligamento e obrigações temporais com plano de saúde. Foram desligados 905 empregados em 2018 e 1.726 em 2019. As despesas com PDC (indenização e plano de saúde) foram de R\$ 681 milhões em 2019 e R\$ 379 milhões em 2018. Além disso, ocorreram reversões de provisão de Participação nos Lucros (PLR) em 2018, em montante superior de R\$ 154 milhões, em relação às reversões de PLR em 2019.

Material

- CGTEE: +R\$ 22 milhões, devido ao aumento do Consumo do CAL e demais materiais em função de problemas com material em 2019.

Serviços

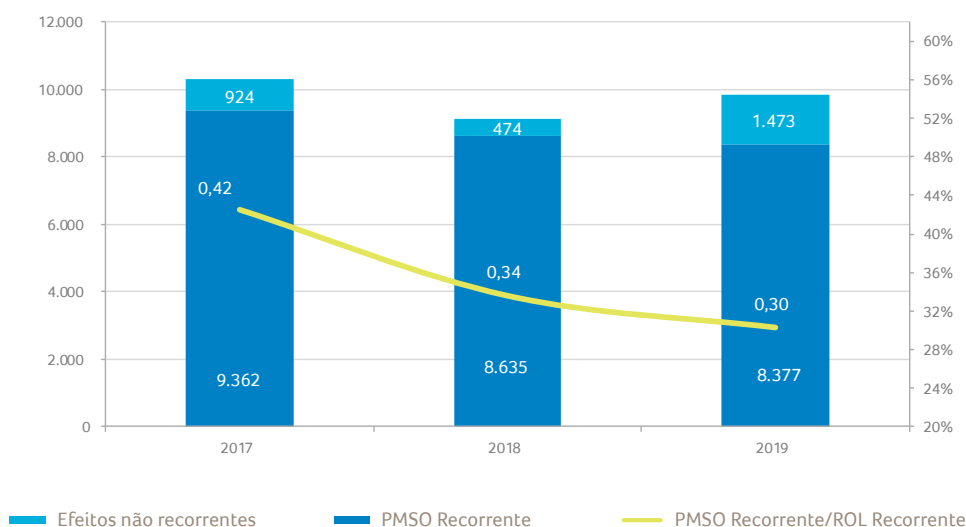
- Controladora: +R\$ 32 milhões, contratação de serviços relacionados a emissão de títulos de dívida e consultorias relacionadas ao projeto SAP/ERP.
- Amazonas GT: + R\$ 23 milhões, manutenções de usina da UTE Mauá 3.
- Compensada pela redução em Furnas (- R\$ 37 milhões): redução dos serviços de terceirizados, cujos efeitos parciais somente se deu no último trimestre de 2019; e pela redução da Eletronuclear (-R\$ 44 milhões) devido a ocorrência de menos uma parada de Usina.

Outros

- Furnas: +R\$ 426 milhões, ocorrência de eventos não recorrentes como o pagamento do acordo dos Terceirizados (+R\$ 321 milhões), pagamento de indenização para Ampla (+R\$ 111 milhões) e Inepar (+R\$ 85,5 milhões).
- Compensado, parcialmente, pela Eletronorte (-R\$ 131 milhões): redução das despesas com aluguel UTE Araguaia (R\$ 58 milhões), decorrente da suspensão do acionamento da termelétrica; estorno de arrendamento mercantil (R\$ 42 milhões) devido a adoção do IFRS 16 e menor baixa de Bens Imobilizados (R\$ 37 milhões).

PMSO GERENCIAL E PMSO/ROL (GRÁFICO 12)

Em milhões de reais



CONSOLIDADO DAS PROVISÕES OPERACIONAIS – 2019-2018 (TABELA 53)

(Em R\$ milhões)

PROVISÕES OPERACIONAIS	2019	2018	%
Provisões/Reversões operacionais	-2.006	6.495	-171%
<i>Provisões/Reversões</i>			
Garantias	101	-38	-368
Contingências	-1.757	-1.820	-3
PCLD - Consumidores e revendedores	268	160	67
PCLD - Financiamentos e empréstimos	356	-81	-538
Contratos Onerosos	179	1.354	-87
Provisão/Reversão para Perdas em Investimentos	334	340	-2
Provisão para Perdas em Investimentos classificados como mantidos para venda	0	-554	-100
Impairment de Ativos de longo prazo	122	6.546	-98
Provisão ANEEL - CCC	53	0	-
TFRH	0	1.184	-100
Outras	-413	-439	-6
Provisões/reversões Operacionais	-2.006	6.495	-171%

A variação se explica, principalmente, em função de:

- Provisão de Contingências no montante de R\$ 1.757 milhões, sendo R\$ 775 milhões referentes a processos do Empréstimo Compulsório.
- Reversão do *impairment* e contrato oneroso de Angra III, no montante de R\$ 7.243 milhões, em 2018, contra uma provisão de R\$ 462 milhões, em 2019, devido ao atraso da obra em 11 meses. Além disso, PCL de R\$ 605 milhões referente ao contrato de financiamento com a distribuidora Amazonas Energia, que se encontra inadimplente em cerca de R\$ 180 milhões. O valor adicional de R\$ 435 milhões é uma análise de risco prospectiva da Companhia a luz do CPC 48 e foi tratado como não recorrente, para fins gerenciais com impacto no Ebitda recorrente.

12.3. Participação Societária

(TABELA 54)

(Em R\$ milhões)

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (R\$ MILHÕES)	2019	2018	%
Participações Societárias	1.141	1.385	-17,6

Redução no resultado de equivalência de coligadas em 2019, com destaque para CTEEP em função de ajuste na RBSE, conforme práticas contábeis da Eletrobras (-R\$ 808 milhões), parcialmente compensado pelo aumento da equivalência da ESBR (+R\$ 430 milhões) e SPE Madeira (+R\$ 341 milhões).

12.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido passou de uma Despesa Líquida de R\$ 1.375 milhões, em 2018, para uma Despesa Líquida de R\$ 2.081 milhões, em 2019. Essa variação deve-se, principalmente a:

Receitas Financeiras:

- (i) Ajuste a valor justo, com registro de despesa de R\$ 921 milhões em 2018 e de uma receita líquida R\$ 368 milhões em 2019, com um aumento positivo de 140%, decorrente da remuneração a valor justo do ativo RBSE, considerando a atualização da parcela remuneração “Ke” a partir de julho 2017 pelo WACC regulatório da transmissão e IPCA até a data de mensuração; a alteração da taxa de desconto próxima da NTN-B de 4,6% em dezembro de 2018 para uma taxa próxima da remuneração regulatória de 6,4%; e o início do recebimento em junho de 2021, pelo prazo da Portaria 120, até junho de 2025. Se considerarmos os efeitos em despesa financeira de ajuste a valor justo. Parcialmente contrabalançado pela:
- (ii) queda na receita de juros, comissões e taxas de 67% devido, principalmente, a contabilização do acordo com a Eletropaulo no montante de R\$ 1.064 milhões em 2018;
- (iii) variações cambiais ativas, com registro de R\$ 4.151 milhões em 2018 e de R\$ 2.662 milhões em 2019. Essa variação foi parcialmente compensada pela variação cambial passiva, perfazendo uma variação cambial líquida positiva de R\$ 249 milhões.

Despesas Financeiras:

- (i) variações cambiais passivas, com registro de R\$ 4.364 milhões em 2018 e de R\$ 2.627 milhões em 2019. Essa variação foi mais do que compensada pela variação cambial ativa;
- (ii) parcialmente compensadas pelos encargos de dívidas, que apresentaram aumento no montante de R\$ 567 milhões, devido, principalmente, aos encargos das novas debêntures emitidas pela *Holding* e, na controlada Eletronuclear, devido à desqualificação da obra UTN Angra 3 para capitalização dos juros devido a não retomada da obra da usina.

12.5. EBITDA Consolidado

(TABELA 55)

(Em R\$ milhões)

EBITDA	2019	2018 AJUSTADO	%	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	10.744	13.348	-20%	13.348
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	3.285	-99	-3411%	-1.879
Resultado do Exercício	7.459	13.447	-45%	15.227
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.090	2.484	-144%	2.484
+ Resultado Financeiro	2.081	1.375	51%	578
+ Amortização e Depreciação	1.807	1.702	6%	1.702
= EBITDA	10.257	19.007	-46%	19.990
AJUSTES EVENTOS NÃO RECORRENTES				
GAG Melhoria Retroativa 3T18	0	0	0%	-
Outras Receitas e Despesas	-25	0	-	-
Retroativo: Procel/CUSD Nuclear	0	99	-100%	99
PAE/PDC	681	379	80%	370

EBITDA	2019	2018 AJUSTADO	%	2018
Investigação/Consultorias/Indenização Tractebel e Ampla/EUST Livramento/ Caducidade concessão/Terceirizados Furnas	792	94	741%	54
Contingências	1.757	1.820	-3%	1.820
PCLD RGR devidos por terceiros/Estimativa de perda de crédito (CPC 48)	435	11	67%	-
Contratos Onerosos	-179	-1.354	-2%	-1.354
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-334	-340	-100%	-340
Provisão para Perdas em Investimentos classificados como mantidos para venda	0	554	-98%	554
Impairment de Ativos de longo prazo	-122	-6.546	-98%	-6.546
Caducidade da concessão	0	0	-	-
Provisão Indenização Terceirizados	0	0	-	-
Provisão ANEEL - CCC	-53	0	-	1.187
TFRH	0	-1.184	-	-1.184
Efeito na Alienação de Participações	-	-		-2.967
Efeitos Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	-	-		-3.227
= EBITDA RECORRENTE ¹	13.210	12.540	5,3%	8.456

1 Os ajustes feitos para o Ebitda pro forma referem-se a eventos não recorrentes ou eventos que estão previstos para serem tratados no âmbito do PDNG 2019-2023. Entretanto, existem riscos e incertezas relacionados aos negócios da Companhia, tais como, mas sem se limitar, a condições econômicas, regulatórias, políticas e comerciais gerais no Brasil e no exterior, variações nas taxas de juros, inflação e valor do Real, mudanças nos volumes e padrão de uso de energia elétrica pelo consumidor, condições competitivas, pagamentos relacionados a nossos recebíveis, mudanças nos níveis de chuvas e de água nos reservatórios usados para operar nossas hidrelétricas, nossos planos de financiamento e investimento de capital, regulamentações governamentais existentes e futuras, e outros riscos descritos em nosso relatório anual e outros documentos registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários e a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América, que podem alterar essas estimativas e expectativas da Administração. Assim, os resultados futuros das operações e iniciativas das Companhias podem diferir das expectativas atuais e o investidor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas..

Desde o 2T19, a Companhia passou a considerar, no seu Ebitda recorrente, a receita de RBSE das concessões prorrogadas a luz da Lei 12.783/2013, de forma a manter protocolo semelhante aos *covenants* de debêntures emitida em 2019. O Ebitda de 2018 ajustado considera esse ajuste da receita de RBSE para comparação do Ebitda recorrente de 2018, para efeitos comparativos e, também, os efeitos obrigatórios do IFRS 9 e 15 conforme explicativa 4 das nossas demonstrações financeiras. Além disso, considerando a privatização das distribuidoras ter sido concluída em abril de 2019, e estas operações não fazerem mais parte do seu *core business*, a Companhia tratou como não recorrente os efeitos relevantes de receitas financeiras, despesas, reversões de PL e provisões de PCLD prospectivas de empréstimos contratados com elas antes ou em decorrência do processo de privatização, que afetaram de forma relevante o resultado da companhia, em 2019, embora receitas e eventuais provisões decorrentes de empréstimos contratados possam continuar afetando o resultado contábil da companhia até seu completo exaurimento. Contudo, foram tratados como recorrentes PCLD de dívida efetiva das distribuidoras em aberto. Esses ajustes recorrentes relativo às distribuidoras, ajustaram o Ebitda recorrente 2019 em R\$ 435 milhões.

12.6. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

A variação na dívida de 2019, em comparação ao ano de 2018, foi positivamente impactada pela captação de debêntures de R\$ 5 bilhões, cujos recursos foram utilizados para quitação dos *bonds* com vencimento em 2019 e amortização parcial de dívidas das distribuidoras assumidas com a Petrobras.

DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA EM 2019 (TABELA 56)

(Em R\$ milhões)

	31/12/2019
Dívida Bruta	47.900
(-) Repasse RGR para CCEE (1)	1.118
Dívida Bruta Recorrente	46.781
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	10.762
(-) Financiamentos a Receber	14.277
(+) RGR a receber Repasse RGR para CCEE	1.118
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.820
Dívida Líquida	21.041

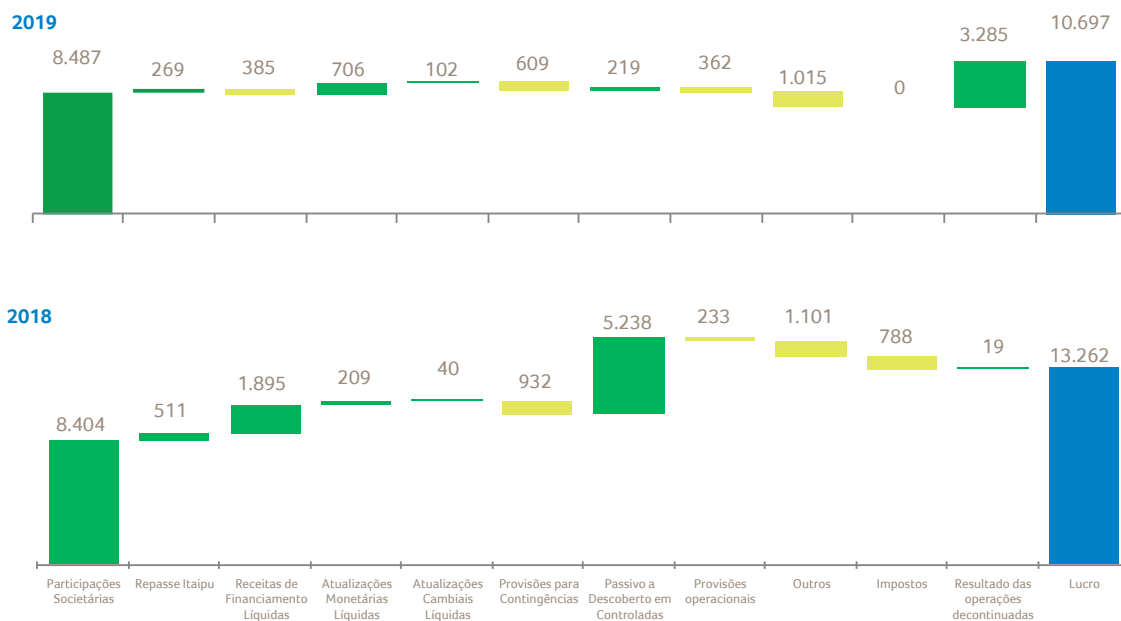
(1) Foram excluídos, pró-forma, a dívida e recebível, referente a financiamentos concedidos com recursos da RGR, devidos por empresas fora do grupo Eletrobras, uma vez que a Eletrobras, é somente gestora da dívida.

12.7. Análise do Resultado da Controladora

Em 2019, a Eletrobras *Holding* apresentou lucro líquido de R\$ 10.697 milhões, uma redução de 19% em comparação ao lucro líquido de R\$ 13.262 milhões registrado em 2018.

Esse resultado de 2019 foi decisivamente influenciado por: (i) lucro de operações descontinuadas no montante de R\$ 3.285 milhões, devido à privatização das empresas distribuidoras iniciada em 2018 e concluída até 2T19, com a transferência da Amazonas D e Ceal (ii) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 8.487 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; parcialmente compensado por (iii) Provisões para Contingências Judiciais, no montante de (R\$ 609 milhões), decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de (R\$ 775 milhões). O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras *Holding* entre 2018 e 2019.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA ELETROBRAS HOLDING (GRÁFICO 13)



Participações Societárias da Controladora

Em 2019, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 8.487 milhões, decorrente principalmente do resultado de Equivalência Patrimonial dos investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (TABELA 57)

(Em R\$ milhões)

	CONTROLADORA	
	2019	2018
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	7.632	6.877
Investimentos em coligadas		
Equivalência patrimonial	854	1.527
Total	8.487	8.404

Provisões Operacionais da Controladora

Em 2019, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 752 milhões, frente a reversão de provisão de R\$ 4.074 milhões em 2018.

Essa constituição é explicada, principalmente pela constituição de empréstimo compulsório no valor de R\$ 775 milhões em 2019 e de R\$ 1.319 milhões em 2018, (ii) pela Provisão para Liquidação de Créditos Duvidosos (PCLD) no montante de R\$ 356 milhões em 2019 frente a uma reversão de R\$ 81 milhões em 2018; e (iii) esse movimento foi parcialmente contrabalançado pela reversão de provisão relativa ao passivo a descoberto no valor de R\$ 219 milhões, em 2019, e de R\$ 5.238 milhões, em 2018.

PROVISÕES OPERACIONAIS (TABELA 58)

(Em R\$ milhões)

PROVISÕES OPERACIONAIS	CONTROLADORA	
	2019	2018
Garantias	101	-38
Contingências	-609	-932
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-356	81
Passivo a descoberto em Controladas	219	5.238
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	7	-40
Provisão para perdas em investimentos classificados como mantidos para venda	0	-276
Impairment	0	0
Provisão ANEEL - CCC	0	0
TFRH	0	0
Outras	-114	40
	-752	4.074

Resultado Financeiro da Controladora

Em 2019, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em R\$ 423 milhões, apresentando uma redução em relação ao resultado financeiro positivo de 2018 de R\$ 2.144 milhões, conforme demonstrado a seguir:

RESULTADO FINANCEIRO (TABELA 59)

(Em R\$ milhões)

RESULTADO FINANCEIRO	2019	2018
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	2.122	3.672
Receita de aplicações financeiras	435	437
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2	7
Atualizações monetárias	706	209
Variações cambiais	102	40
Outras receitas financeiras	343	191
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-2.041	-1.533
Encargos de arrendamento mercantil	-6	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-231	-234
Outras despesas financeiras	-1.009	-646
	423	2.144

Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 10.697,1 milhões atribuído ao controlador. Não houve no exercício de 2019 declaração de qualquer dividendo ou JCP antecipados. Desta forma, o valor bruto do Dividendo a ser declarado, conforme detalhado no anexo VIII da proposta de administração da 60ª Assembleia Geral Ordinária, será conforme segue:

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS (TABELA 60)

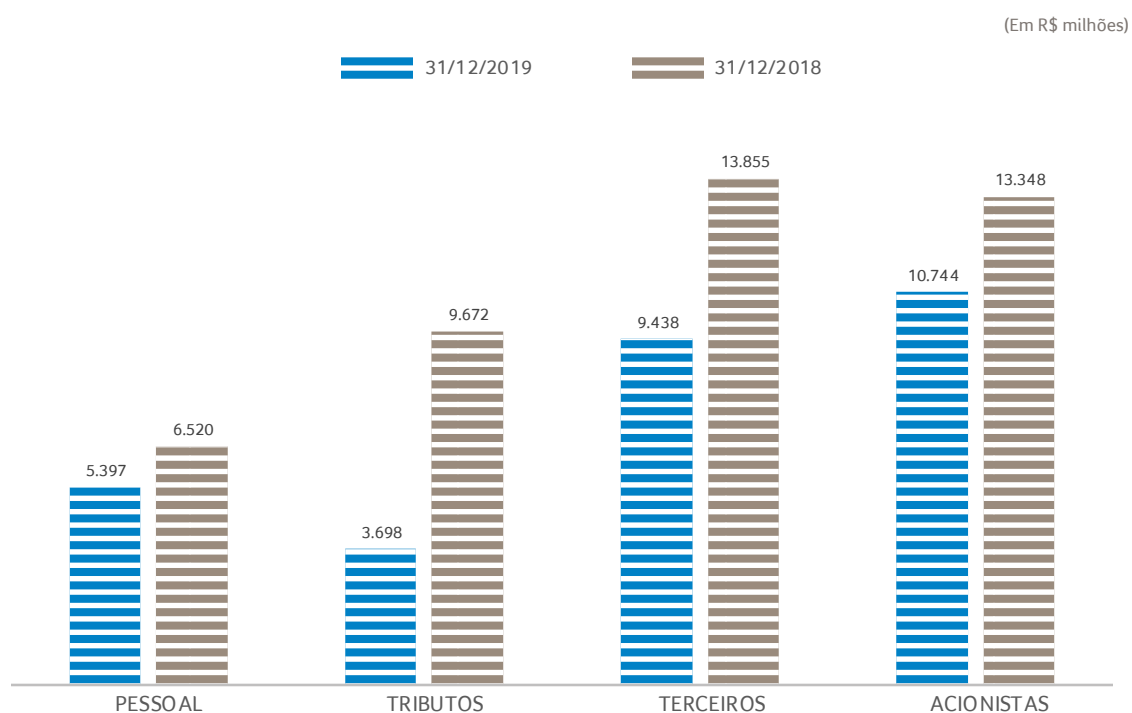
(Em R\$ mil)

CLASSE	TOTAL	R\$ /AÇÃO
Ações preferenciais classe A	330	2,24782042102
Ações preferenciais classe B	489.880	1,74993652455
Ações ordinárias	2.050.357	1,59085138596
Total	2.540.567	

Farão jus aos Dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária prevista para 30 de abril de 2020, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

Distribuição do Valor Adicionado

(GRÁFICO 14)



13. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL 2019

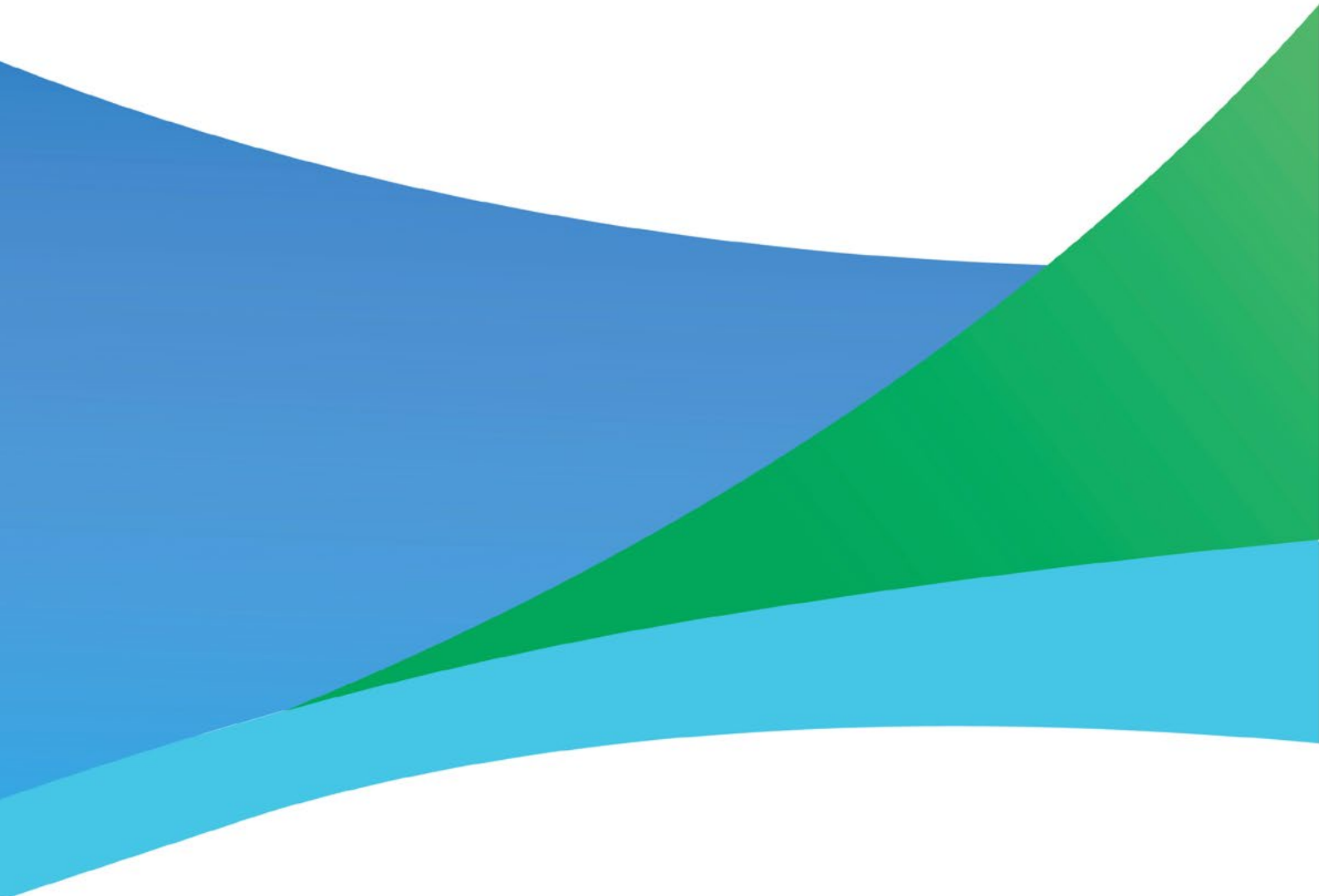
(Em R\$ mil)

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL						
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
I Recursos Humanos						
a. Remuneração	2019		2018	2019		2018
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 236.550		R\$ 229.786	R\$ 4.375.266		R\$ 4.543.163
- Empregados	R\$ 228.757		R\$ 224.323	R\$ 4.340.418		R\$ 4.507.388
- Administradores	R\$ 5.921		R\$ 4.905	R\$ 32.976		R\$ 35.216
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	13,66		14,81	-		-
- Administradores	1,05		1,05	-		-
b. Benefícios Concedidos	2019		2018	2019		2018
Encargos Sociais	R\$ 73.124		R\$ 63.873	R\$ 1.106.042		R\$ 1.107.085
Alimentação	R\$ 14.516		R\$ 11.616	R\$ 211.994		R\$ 231.383
Transporte	R\$ 601		R\$ 364	R\$ 28.295		R\$ 31.067
Previdência Privada	R\$ 18.807		R\$ 47.092	R\$ 229.837		R\$ 231.449
Saúde	R\$ 25.013		R\$ 29.275	R\$ 486.305		R\$ 480.701
Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 5.371		R\$ 3.340	R\$ 21.987		R\$ 31.826
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 3.148		R\$ 3.098	R\$ 68.844		R\$ 52.384
Cultura	R\$ -		R\$ -	R\$ 1.821		R\$ 1.719
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 1.385		R\$ 2.547	R\$ 24.695		R\$ 30.339
Outros	R\$ 20.387		R\$ 11.232	R\$ 513.272		R\$ 561.579
Total	R\$ 162.352		R\$ 172.436	R\$ 2.693.092		R\$ 2.759.531
c. Composição do Corpo Funcional	2019		2018	2019		2018
Nº de empregados no final do exercício	739		780	12.975		14.211
Nº de admissões	0		0	127		77
Nº de demissões	48		52	1.327		1014
Nº de estagiários no final do exercício	109		129	921		943
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	10		10	485		233
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	482		503	10.483		11.446
- Feminino	257		277	2.492		2.765

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL					
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
c. Composição do Corpo Funcional	2019	2018	2019	2018	
Nº de empregados por faixa etária:					
- Menores de 18 anos	0	0	0	0	
- De 18 a 35 anos	36	74	1.292	1.661	
- De 36 a 60 anos	631	642	10.079	10.724	
- Acima de 60 anos	72	64	1.604	1.826	
Nº de empregados por nível de escolaridade:					
- Analfabetos	0	0	0	0	
- Com ensino fundamental	26	12	466	732	
- Com ensino médio	41	67	1.270	1.754	
- Com ensino técnico	15	0	4.296	4.029	
- Com ensino superior	346	364	4.619	5.216	
- Pós-graduados	311	337	2.324	2.480	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:					
- Masculino	63%	67%	-	-	
- Feminino	37%	33%	-	-	
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2019	2018	2019	2018	
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.453	1.509	9.492	9.465	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	24	19	743	1.314	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	140	108	658	1.575	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 8.297	R\$ 7.517	R\$ 510.346	R\$ 121.996	
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo					
2.1. Relacionamento com a Comunidade	2019	2018	2019	2018	
Totais dos investimentos em:					
Educação	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.318	R\$ 24.441	
Cultura	R\$ 1.580	R\$ 4.252	R\$ 11.610	R\$ 23.405	
Saúde e Infraestrutura	R\$ -	R\$ -	R\$ 98.169	R\$ 62.133	
Esporte e Lazer	R\$ 297	R\$ -	R\$ 1.980	R\$ 3.952	
Alimentação	R\$ -	R\$ -	R\$ 7	R\$ 15	
Geração de Trabalho e Renda	R\$ 28	R\$ -	R\$ 3.200	R\$ 2.057	
Reassentamento de Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Outros	R\$ 78	R\$ 18	R\$ 24.996	R\$ 29.320	
Total dos investimentos	R\$ 1.983	R\$ 4.270	R\$ 161.280	R\$ 145.323	
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.019.038	R\$ 5.737.969	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 335.965	R\$ 304.054	
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 1.983	R\$ 4.270	R\$ 7.516.283	R\$ 6.187.346	

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL		
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2.2. Interação com os Fornecedores		
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:		
Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:		
DECLARA, sob as penas da lei que:		
1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;		
1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.		
1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.		
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;		
Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).		
Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.		
O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.		
Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.		
Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balço Social”, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:		
• boas práticas de governança; • combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção; • práticas leais de concorrência; • direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil; • direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado; • promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência); • compromisso com o desenvolvimento profissional; • promoção da saúde e segurança; • promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros; • proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; • ações sociais de interesse público.		

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL					
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
III. Interação com o Meio Ambiente					
3.1. Investimentos	2019		2018	2019	2018
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ -		R\$ -	R\$ 56.051	R\$ 161.701
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -		R\$ -	R\$ 82.405	R\$ 43.224
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -		R\$ -	R\$ 259	R\$ 447
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -		R\$ -	R\$ 2.794	R\$ 3.170
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 1.959		R\$ 1.651	R\$ 95.591	R\$ 292.240
Total dos investimentos	1.959		1.651	237.100	500.782
3.2. Passivo Ambiental	2019		2018	2019	2018
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -		R\$ -	R\$ 396	R\$ 9.098
Passivos e contingências ambientais	R\$ -		R\$ -	R\$ 178.064	R\$ 130.452
Total dos passivos ambientais	0		0	178.460	139.550
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0		0	42	30
IV. Outras Informações					
4.1 - Informações financeiras	2019		2018	2019	2018
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 366.525		R\$ 668.828	R\$ 27.725.519	R\$ 25.772.305
Resultado Operacional (RO)	R\$ 7.412.149		R\$ 14.031.419	R\$ 6.369.753	R\$ 15.930.518



Eletrobras